SBH
Pi 175 P18
(145p)
Cx06

Na aurora dos tempos modernos, os estabelecimentos coloniais dos portugueses compõem-se apenas de praças isoladas, situadas quase invariavelmente junto à fralda do mar, embora de longe possam lembrar um imenso império e, como tal, se façam administrar. Assim os descreveria, por volta de 1827, Leopoldo von Ranke, nas escassas linhas que lhes dedica em seu tratado dos príncipes e povos do sul da Europa (1). E a mesma idéia, com pouca diferença, é realçada, entre tantos outros, por um ilustre historiador dos nossos dias, R. H. Tawney, que acrescenta êsse império colonial lusitano do século XVI como uma simples linha de fortalezas e feitorias de dez mil milhas de comprimento (2).

Tal modo de ver, longe de representar uma noção recente, não deixava de ser compartilhado pelos contemporâneos da grande expansão lusitana no ultramar. Bem significativas, a propósito, são as palavras por que Alvismo, um dos interlocutores dos Diálogos das Grandezas do Brasil, lamentava que aqui a gente portuguesa fizesse tão curta a conquista, podendo-se fazer mais larga, e admitia que merecessem seus compatriotas o nome de ruins colonizadores, pois "em tanto tempo que habitam nêste Brasil", diz, "não se alargaram para o sertão ng

---

(1) Leopold von Ranke, Die Osmanen und die Spanische Monarchie, p.329.

(2) R. H. Tawney, Religion and the Rise of Capitalism, p. 72.

na maneira de povoar mãle dos lêgnos, contentando-se de, nas fraldas do mar, se acharem somente em fuser aguáreo" (3). E em 1627, o nosso frei Vicente do Salvador deplorava ainda, em frase bem conhecida, que, sendo os portugueses "grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, nem contentam-se de ir andar arranhando ao longo do mar como caranguejos" (4).

O que se dava com êles no Brasil, também ocorria, com pequena diferença, em outras províncias ultramarinas, se é certo o que, em carta endereçada de Goa, em novembro de 1585, o seu conterrâneo Bernardo Davanzati, ponderava o florentino Filippo Sassetti sôbre êsses colonizadores. Os quais, escrevia, com efeito, não mereceriam melhor nome do que o de bate praias, dado por um "negro" natural daquelas partes, já que se não internavam um palmo terra a dentro (5).

Por sua vez, Francisco de Vitoria, o grande teólogo dominicano, assinalava os notáveis proveitos que tiravam os portugueses, praticamente sem conquista territorial, do trato com povos indígenas da África, semelhantes àqueles que os castelhanos subjugaram no Novo Continente (6). E dois séculos depois, em 1726, os mercadores da companhia inglesa das Índias Orientais ainda se preocupavam com êsses negociantes lusitanos "que praticam o mais intenso comércio com a costa africana, sem disporem ali de quaisquer fortalezas" (7).

---

(3) Dialogos das Grandezas do Brasil, p. 26.

(4) Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, p. 16.

(5) Filippo Sassetti, Lettere di....., p. 324. No texto original, lê-se batti piano, expressão que seria quase ininteligível sem a providência do autor de lhe dar o correspondente italiano - scopalitti -, que equivale precisamente a "varre praias".

(6) Apud Dr Joseph Höffner, Christentum und Menschenwürde, p. 229.

(7) The New Cambridge Modern History-VII. The Old Regime, p. 569.

Só ocasionalmente, aqui e ali, na África sobretudo, vamos ver a cobiça dos preadores de escravos, os "pombeiros", como se chamavam, ou às vezes dos caçadores de ouro, levá-los longe da costa do oceano ou das margens dos grandes rios navegaveis. Trata-se, não obstante, de penetrações esporádicas, de que não resultarão núcleos estaveis de povoamento, e que não ajudam a liquidar, como o desejariam alguns modernos, a opinião tradicional, e entudo, ainda válida, sôbre a preferência decidida e quase exclusivista dos antigos portugueses pela exploração e colonização litorânea das terras descobertas.

A imagem gráfica de tal preferência poderiam fornecê-la muitos dos mapas que compuzeram, não apenas durante os primórdios de sua expansão marítima, mas já em seu apogeu e declínio, no século XVI. Entre as diversas características que oferece essa incipiente cartografia portuguesa, comparada à italiana, por exemplo, ou à ~~xxxxxxxx~~ catalã (emprego da sigla do nome de Cristo - JHUS ou CHIS - a quem se consagram as mesmas obras; abundância notavel e variedade das rosas do vento; grandes inscrições nas fímbulas, às vezes bifurcadas; o Norte indicado, não por um sinal cônico ou pela acentuação de colorido no raio que mostra aquela direção, segundo o uso dos italianos, nem, à moda catalã, pelo triângulo esférico e a estrela pôlar, esta destacada, não raro, da rosa dos ventos, e ~~xxx~~ pela ponta aguçada de um capacete ou, em certos casos, já pela flor de lis, mais tarde universalmente aceita), entraria o fato de não assinalar de ordinário o interior das regiões representadas. Só em algumas cartas mais ~~xxxxx~~ procurava-se suprir até certo ponto semelhante falha. E isso parece tanto mais singular quanto é digna de nota, em seus mapas, a profusão de topónimos antiquados ou supositícios, alusivos, muitos dêles, a terras

ainda não descobertas e apenas suspeitadas (8).

A verdade, dificilmente contestavel, é que, tendo sido de fato os iniciadores em grande escala, na Europa, da expansão transoceânica, os portugueses, em contraste nítido, nêste ponto ao menos, com os castelhanos, por exemplo, se limitaram a dilatar enormemente, ao longo das rotas do Atlântico e do Índico, o tipo de ação colonizadora já desenvolvido principalmente pelos seus predecessores e, em muitos aspetos, seus mestres em tais empreZas: os marinheiros italianos da Idade Média.

Estes, por sinal, também tinham sabido desenvolver então um estilo de cartografia que, ainda distanciado, embora, dos futuros modelos portugueses, se adapta rigorosamente ao mesmo sistema de exploração litorânea. É bem o que devem sugerir certos mapas italianos dos séculos XIV e XV, onde o mundo mediterrâneo, segundo pôde notar um historiador, se apresenta como um jardim ariostesco: as costas tingidas de amarelo de ouro, as penínsulas de verde e purpurino, as ilhas maiores de azul ou côr de vinho, as menos importantes, de ouro e verde. No interior das terras êsses cartógrafos antigos "não escreviam nada, porquè só ~~[illegible]~~ o litoral lhes interessava" (9).

Tanto quanto a das repúblicas italianas, a atividade ultramarina desenvolvida pelos portugueses tem acentuado cunho mercantil. É certo que não chegariam a libertar-se como os venezianos ou, sobretudo, como os genovêses, do apego à propriedade fundiária considerada instrumento decisivo de riqueza nos seus estabelecimentos coloniais. Mas caberá lembrar ainda que, se não podiam, nêsses mesmos estabeleci-

---

(8) Leo Bagrow, Geschichte der Kartographie, pp. 90 s.

(9) Roberto Lopez, Storia delle Colonie Genoveni nel Mediterraneo, p. 263.

mentos coloniais. Mas caberá lembrar ainda que, se não podiam, nêsses mesmos estabelecimentos, dispensar um mínimo de ocupação de território - ao passo que os italianos se contentavam mais frequentemente com as simples concessões e os privilégios econômicos (10) -, tais diferenças prendem-se mais provavelmente à maior distância em que se achavam suas colônias em relação à mãi-pátria e também à civilização e à técnica rudimentares e indefesas da generalidade das populações indígenas naquelas áreas.

Todavia o domínio pleno a que nelas podiam aspirar cifrava-se, em regra, no estrito necessário para o livre exercício da atividade mercantil ou predatória. Salvo nas ilhas do Atlântico menos apartadas do Reino, as possessões e os senhorios régios que vieram a fun-

---

(10) Importa frizar bem que se tratava aqui, em verdade, do caso mais frequente, não de uma regra absoluta. Já houve quem lembrasse como nas colônias venezianas e mesmo genovesas do Levante fôra, desde cedo, introduzida uma organização feudal da economia e da sociedade, e que com o tempo essa organização iria adquirir timbre capitalista. Lujo Brentano, entre outros, pôde notar que em Cândia (Creta), Quios e Chipre, o tipo de relação caracteristicamente medieval entre senhor e lavrador se transformara no sistema econômico das "plantações", sobretudo de açucar e algodão: "sistema similar", ajunta, "ao que posteriormente iremos encontrar na América". L. Brentano, "Gli Inizi del Capitalismo Moderno", Le Origini del Capitalismo, p. 52.- Outro autor moderno pretende mesmo que certas plantaçoes venezianas do século XIV, em Chipre especialmente, já comportavam uma técnica de plantio e produção do açucar mais adiantada do que a dos engenhos americanos dos séculos XVII e XVIII, alegando que expediam-n'o em pães perfeitamente apropriados para o consumo. Cf. G. Luzzatto, "Capitalismo Coloniale nel Trecento", Studi di Storia Economica Veneziana, p. 120.- Ess afirmativa resulta, no entanto do presuposto de que as colonias americanas mandariam às refinarias da Europa o simples "caldo da cana" (!) sem outro benefício: "L'attività industriale dei Corner non si limitava a questa prima trasformazione, come è avvenuto nel Seicento e nel Settecento nelle piantagione americane, che si limitavano a spedire i succhi di canna alle raffinerie europee". Presuposto obviamente absurdo, pois é notório que êsse suco

> ... se o não purga o fogo a tempo,
> em impuro azedume degenera....,

como dirá certo literato setecentista interpretando o latim de nosso Prudencio do Amaral no De Sacchari Opificio Carmen (Georgicas Brasileiras, p. 190). -

dar durante a fase de sua mais intensa expansão assemelham-se vivamente às velhas dogane e aos fondaca italianos. É de notar-se que em seu empenho, mais tarde, de impugnar a pretensão lusitana a uma soberania individual monopolizadora sôbre certos mares, Grotius pudesse lembrar que o próprio domínio dos portugueses nos portos e praias vizinhos àqueles mares era contestavel com razões de fato, não apenas com argumentos jurídicos. Pois na vastíssima extensão de costa que a si mesma se atribuia, a Corôa lusitana era incapaz de apontar qualquer possessão efetiva, dispondo, como dispunha, só de "algumas poucas praças fortificadas que podia reclamar como suas" (11).

Parece excessivo querer datar da ascenção da Casa de Avís o prestígio notavel que a mercancia, em detrimento da agricultura, chegou a adquirir no Reino, mormente em cidades tais como Lisboa e o Porto. Mesmo o sábio Dom Denis, que os historiadores ainda se comprazem em exaltar sob o epíteto de rei lavrador, louvando-o, além disso, pelos altos serviços que prestou à cultura de seu povo, não terá sido, um século antes de D. João I, fanaticamente hostil aos interesses pecuniários e a tudo quanto a Igreja da época ainda estigmatizava como práticas de usura.

Assim o fazem crer, pelo menos, aquelas breves palavras da Divina Comédia que insinuam uma condescendência culposa do monarca lusitano com semelhantes práticas. E a apostila do Ottimo Commento, contemporâneo do grande rei, à passagem do "paraizo" onde se alude "àquele de Portugal" — "quel di Portogallo" (12) —, não deixa de lembrar,

---

(11) Hugo Grotius, De Iure Praedae Commentarius, I., p. 243. -

(12) Paradiso, c. 19, v. 119.-

a proveito do filho de Afonso III, como, dado inteiramente à aquisição de bens materiais, posse a vida quase à guisa de mercador e com todos os tratantes do país mantém negócio de moeda, acrescentando, alião com flagrante injustiça, que, dêle, nada de real, nada de magnífico é possivel escrever: "nulla cosa reale, nulla cosa magnifica si puote scrivere di lui". Que êsse gosto exagerado de simplificar pecúnia tivesse por onde escandalizar a italianos e, ainda mais, a florentinos do Trecento, é matéria, sem dúvida, para reflexão.

Já houve quem dissesse de Portugal que fôra, em suas origens, um Estado de cruzados. É exato, não obstante, que tais cruzados se defizeram bem depressa, em seu território, dos inimigos da Fé e puderam devotar-se, enfim, a ocupações mais pacíficas e não menos lucrativas do que as guerras de fronteira. Seria de admirar, pois, se a unidade nacional e a centralização rapidamente alcançadas no Reino, deixassem de ter consequências duradouras e capazes de refletir-se na própria organização de seu império colonial.

Num ponto, ao menos, o de significado ponderavel, difere a expansão portuguesa da que tinham realizado na Idade Média as repúblicas italianas e aproxima-se largamente da empreza colonial dos seus vizinhos castelhanos. Ainda que lembre, nela, aquela prepotência de energias particularistas, tão altamente típica, por exemplo, da obra colonizadora dos genovêses. Coincidindo com a crescente afirmação do absolutismo monárquico, a expansão lusitana é, ao contrário, inseparavel de uma entranha hipertrofia do poder real, que irá empolgar, ao cabo, a vida econômica do país, não menos do que sua vida política. O princípio que há de reger semelhante expansão não parece responder a algum ato oficial previamente calculado em seus múltiplos aspetos, mas

a uma formação espontânea, lentamente amadurecida, e em tudo coerente com os rumos tomados pela monarquia lusitana sob a casa de Avís.

De acôrdo com essa tendência, todos os interesses privados hão de ficar sujeitos, tanto quanto possível, ao arbítrio do rei, primeiro negociante do país. Essa tentativa, a mais absorvente que se conhece, de instituição de um monopólio estatal do comércio, não deveria encontrar imitadores, segundo nota um historiador moderno do mercantilismo. E acrescenta que nenhuma outra nação chegou a ir tão longe nêsse sentido, quanto Portugal, ressalvando, no entanto, que assim se deu especialmente no tráfico das Índias Orientais. Pois antes da jornada de Vasco da Gama ainda teriam existido companhias particulares, fundadas aparentemente nos moldes das maone genovesas, e depois, com o descobrimento do Brasil, deveria abrir-se aqui um novo campo ao mesmo tipo de sociedades (13).

Essa mesma ressalva perdeu, contudo, sua razão de ser, depois da devastadora crítica a que foi ultimamente sujeita a tese das pretensas companhias comerciais portuguesas dos séculos XV e XVI, exibindo "todas as características das sociedades por ações dos séculos XVII e XVIII", que se viu equiparada a uma fabulosa burla (14). Resulta que

---

(13) Eli F. Heckscher, Mercantilism, I., p. 342.-

(14) Essa tese, defendida em dois artigos da Drª A. M. Hedwig Fitzler, de 1931 e 1932 respectivamente, bem acolhidos a princípio por historiadores do porte de Eli Heckscher, Earl Hamilton e Fernand Braudel, descansa em parte sôbre documentário de segunda mão e mal interpretado - quase sempre omitida a indicação das fontes usadas - e, além disso, sôbre investigações arquivais fictícias, como por exemplo as que se referem a certo Arquivo da Câmara de Lagos, de que não há notícia. Já em 1947 o Dr. Alberto Iria, diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, mostrara como a documentação alegada pela autora ou não fôra encontrada, ou não autorizava suas arrojadas conclusões. A última e definitiva pá de cal sôbre a teoria da Snra Fitzler, lançaram-n'a os Snrs. Virginia Rau e R. W. Diffie em "Alleged Fifteenth Century Portuguese Joint-Stock Companies and the Articles of Dr. Fitzler", Bulletin of the Institute of Historical Research, XXVI, 74, Londres, 1953, pp. 183-199.-

a Corôa, no que toca às possessões do ultramar, não renuncia, senão temporariamente, à ação direta, e ainda assim só o faz nos casos em que esta ofereça escassas perspectivas de bom êxito. É o que de algum modo acontecerá no Brasil, cuja colonização efetiva se inicia, por outro lado, num momento em que a força expansiva do "império" português está ameaçada de colapso.

Nessa colonização pode dizer-se que se acham assim presentes um princípio conservador, que já distinguira a expansão ultramarina das repúblicas italianas da Idade Média, ou ainda, por longo tempo, a dos povos da antiguidade clássica (15) — e que dirige o povoamento de preferência para as pareas litorâneas — e outro que se diria "moderno", peculiar durante algum tempo ao mundo ibérico, a Portugal principalmente: o papel preponderante da Corôa tendendo a absorver e de fato a anemizar a iniciativa privada, sobretudo no terreno econômico. Sendo exato, por um lado, que na possessão americana todas as circunstâncias militavam no sentido de atenuar-se êsse papel, nada impedia, no entanto, que permanecesse aqui intacta a orientação que, já na África, na Índia, chegara a governar o desenvolvimento do império português: o estabelecimento das feitorias e colônias naquêles sítios que se mostrassem mais acessíveis ao tráfico marítimo.

Parece natural, aliás, que em tão remotas paragens se espelhassem de qualquer forma alguns dos padrões e imagens familiares a colonos originários de um país onde a ~~parcela mais ativa~~ parcela mais ativa da população se adensava junto às praias, às angras, às bocas dos rios

---

(15) "A civilização européia da Antiguidade é civilização de beira-mar (Kustenkultur), assim como sua história é, de início, uma história de cidades litorâneas", escreve Max Weber em "Die sozialen Gründen des Untergange der antiken Kultur", Gesammelte Aufsätze sur Sozial - und Wirtschaftgeschichte, p. 292. -

navegaveis, entregue à faina do comércio, e também aos mistéres da navegação, das pescarias, do tráfego das salinas. Mesmo quando o Reino ainda não tinha principiado a despovoar-se ao cheiro da canela indiana, quem saisse por exemplo de Salamanca, e alcançasse a fronteira pelo Douro, que era transposto em ~~xxxx~~simples balsas, iria deparar, sôbre uma desolada paisagem, com uma gente rala e miseravel, vivendo em furnas, quase à maneira de troglóditas.

Foi precisamente o que sucedeu em 1466 aos companheiros de Leão de Rozmital, cavaleiro da Boêmia, que chegaram a atravessar o país sem achar mantimento para os homens e as bestas de transporte e carga. A razão estava nisto, que ninguém cogitara em mandar fazer ali estradas, de modo que acontecia passarem-se quatro e cinco anos consecutivos sem que se visse em toda a região um único viandante. A fome, a sêde, as agruras da rude jornada, só cessariam para os homens de Leão quando chegaram finalmente a Braga, cidade consideravel onde os esperava a melhor acolhida de parte do bispo local (16).

Enquanto a maior extensão do Reino, além da orla marítima, jaz estéril, mofina e inhóspita, Lisboa faz-se, ao contrário, de todos admirar, pela pujança de sua atividade, a abastança de seu comércio, o concurso de inúmeros forasteiros de todas as origens, que lhe dão uma fisionomia cosmopolita, verdadeiramtne impar na Europa. Ainda em fins do século XVI passaria por uma das três maiores cidades do continente, ao lado de Constantinopla e de Paris (17). Eminência conservada mesmo

---

(16) The Travels of Leo of Rosmital, p. 100.-

(17) "... Lisbona, che pure è la maggior città d'Europa, eccetuandone Constanticopoli e Parigi", Giovanni Botero, Della Ragion di Stato, p. 389. -"...ed è tanto popolata (Moscovia), che alcuni la mettono tra le quattro città della prima classe d'Europa, che a lor giudizio sono essa, Constantinopoli, Parigi e Lisbona..." id. p. 397.-

na primeira metade do Seiscentos, era de abatimento nacional, que os sucessos da Restauração não chegam sequer a dissimular(18).

O páis vive, a bem dizer, do exterior e para o exterior. Toda a sua gente, ou a maior parte dela, segundo lembra Filippo Sassetti, em carta de 1578 a Baccio Valori, sustenta-se de gêneros levados por via marítima, que a terra em sí é maninha e remissa . Por isso "aportam aqui barcos em profusão infinda, saidos da Dinamarca, do Báltico, da Holanda e de Flandres inteira, de Inglaterra e toda a costa da Bretanha e França, trazendo de tudo, mesmo ovos e galinhas, sem falar nas somas em dinheiro, e levando de volta especiarias" (19).

Outra carta sua, datada do ano seguinte e endereçada a Francesco Bonciani, de Florença, diz mais: "A bondade do porto a tudo daria remédio se fôra natural, e não o é, a esterilidade do país, pois vêm desde os mares gélidos as vitualhas que o sustentam, desde os portos de além da Polônia, através de muitas centenas e milhares de léguas, como sejam centeios e outros grãos, trigos, queijos, manteigas, peixes salgados, carnes salgadas; e de Flandres e Bretanha, ovos, galinhas, galos e capões, e logo se vendem uns depois dos outros. De que serve, pois, querer forçar a todo custo a própria terra? Porquê tamanha lida, se as coisas hão de chegar a seu tempo ao porto do mais

---

(18) "La ciudad (Lisboa) es la mayor de Europa, y la de mayores tratos; en ella se descargan la riquezas de Oriente, y desde ella se reparten por el Universo; su puerto es capaz no solo de naves que se puedem reducir a numero, sino de selvas movibles de árboles que los de las naves forman", Miguel de Cervantes Saavedra, Los Trabajos de Persiles y Sigismunda, L. III. Cap. I. - "Inclinabase mucho ella a la dos veces buena Lisboa, no tanto por ser la mayor población de España, uno de los tres emporios de Europa...", Baltasar Gracián, El Criticon, crisis X.-

(19) Filippo Sassetti, Lettere di....., p. 126.

belo rio da Europa inteira, no seu entender?" (20).

Dispor assim em abundância de produtos apetecidos e procurados pelos estrangeiros, como o são as especiarias do Oriente, o ouro da Mina, o marfim, os escravos, as madeiras tintoriais, mais tarde o açucar, o tabaco, os diamantes, o café, para, em troca, receber os gêneros mais necessários ao sustento diário: não é esse, em suma, a idéia que terão constantemente em mente os portugueses ao longo de sua expansão ultramarina? No Brasil especialmente é o desenvolvimento de produções altamente cobiçadas do estrangeiro, produções para exportar, o que xxx representará desde o início e não deixa de representar até hoje a meta de nossa existência econômica. "Se vamos à essência de nossa formação", escreve um autor recente, "veremos que na realidade nos constituimos para fornecer açucar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras" (21).

Ora, é essa mesma espécie de extroversão econômica e social o que já encontramos entre os portugueses da Europa no limiar dos grandes descobrimentos. E assim como naquelas terras remotas irão êles reproduzir quase naturalmente e sem mudança alguma traços distintivos da vida da metrópole, ali também, em sua pequena pátria européia, cria-se como uma breve epítome dos mundos explorados pelos seus homens.

---

(20) Filippo Sassetti, Lettere di....pp. 134 e.-

(21) Caio Prado Júnior, Formação do Brasil Contemporâneo, p. 26.

II

O primeiro traço comum é a utilização em larga escala, de es
cravos negros para a lavoura e os afazeres domésticos. Certa página d
de Zurara, na Crônica de Guiné, mostra-nos o espectáculo da cruel par-
tilha dos negros de Arguim introduzidos por um Lançarote de Freitas,
que certa manhã de agosto de 1444 se fizera em Lagos, na presença do
Infante. Enquanto êste contemplava em pessoa a cena, andando de um la
do para outro a cavalo, depois de tomar, dentre os cativos, a porção
que lhe competia (o quinto) no negócio, muitas das testemunhas chora-
vam apiedadas ou largavam o lugar em grandes clamores, ao ouvirem os
dos mesmos negros, separados uns dos outros sem contemplação, os pais
dos filhos, os maridos das mulheres, os irmãos das irmãs..." (1).

O inédito em tudo isso e causa de tamanho alvoroço estava,
não no simples fato de se cativarem e venderem seres humanos, fato de-
veras comezinho em muitas terras do sul da Europa, mormente as que ti-
nham vivido em contacto com os mouros, mas na presença daquela massa
compacta de indivíduos, reunidos numa vasta feira e divididos entre os
que melhor pagassem. Isso sim era acontecimento novo, desde os tempos
do império romano, e próprio para escandalizar, a princípio, algumas
almas sensíveis.

Inaugurava-se, assim, em terras de Portugal, o tráfico moder

---

(1) Chronica do descobrimento e conquista da Guiné...., cap. 18-25.

no, tal como só o conheceriam, dentro em pouco e por vários séculos as possessões européias na América: fenômeno de massa, não já infortúnio individual, "desgraça anônima, abatendo-se sôbre populações coloniais atrazadas, com a cega fatalidade de uma fôrça que as ultrapassava, porquê produzida pela súbita ampliação da técnica dos transportes no mundo branco, assim como pelas exigências de mão de obra de um universo em transformação".(2)

É lícito pensar-se que seriam então ainda mais cruas do que depois, nas minas ou lavouras do Novo Mundo, as condições dêsses escravos negros no Reino. Os próprios documentos da Santa Sé, que a Afonso V e seus sucessores assegurem o direito de tomá-los para si e tê-los cativos, não deixam passar ao menos alguma palavra de comiseração para aqueles miseraveis. É certo que, aludindo, embora, a guineenses e outros pagãos, não deixam essas bulas de os alinhar na companhia dos sarracenos e demais infieis, e tal pormenor, nos anos em que foram redigidas, logo

---

(2) Charles Verlinden L'Esclavage dans l'Europe Médievale, I., p. 620.

(3) Charles Verlinden recorda, a propósito, somente a bula de Nicolau V dada a el-rei Afonso V em 8 de janeiro de 1454. Caberia notar como essa mesma bula - Romanus Pontifex - apenas confirma no ponto que ora nos interessa o estipulado em documento pontifical anterior - a bula Divino amori Communiti, de 18 de junho de 1452, do mesmo papa. De ambas fez-se impressão recente em João Martins da Silva Marques, Descobrimentos Portugueses, I, pp. 245 e 492 respectivamente. -

antes e depois da queda de Constantinopla, quando se renovava a ameaça islâmica à cristandade, não parece induzir à tolerância, mesmo partindo de um pontífice como Nicolau V, que, pela sua formação de humanista, se diria inclinado à cordura, mais do que à severidade.

A aspereza dos costumes medievais, comparados aos de tempos ulteriores, a exiguidade maior dos transportes marítimos, onde os cativos se acumulariam promiscuamente como irracionais, a própria base de estimação para as trocas, que no Arguim, em 1455, costumava oscilar entre dez a quinze pretos por um cavalo (4), fazem presumir que essa t triste mercadoria humana estivesse então bem longe de evocar sentimentos mediocremente humanitários entre os que viessem a desfrutar dos seus serviços. E acresce que a sutileza de certos debates teológicos sôbre os direitos do europeu à escravização ou sequer à conversão forçada dos indígenas pagãos não entrara ainda em moda como no Quinhentos, depois de Vitória, Las Casas e, no caso específico dos africanos, de Molina.

As centenas de pretos que cada ano se despejam em Lisboa e em Lagos tendem, certamente a transformar a fisionomia étnica e, sem dúvida social do Reino, em proporções tais que chegarão a alarmar alguns ex contemporâneos. Mesmo comparado a Castela surpreende alí sua quantidade. Não obstante todos os defeitos que encontra em Salamanca, o belga Clenardo ainda se sente nela mais à vontade, mais perto, em tudo, da Europa, e até de sua Brabante do que no outro lado da fronteira. Ao menos entre salmantinos poderia, se assim o desejasse, viver tal como em sua terra e dipor, para criados, de homens livres. Em Portugal, po-

---

(4) Ramusio, Delle Navigationi et Viaggi, I. 107. O texto da Marciana de Veneza, ultimamente impresso pela Academia Portuguesa de Historia em pouco altera a versão ramusiana, também seguida, nêste passo, pelo de Rinaldo Caddeo. Nêle pode ler-se: "E quelli X/ XII/ e 15 teste luno segondo che sono li diti cauali..." Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra, Viagens.de.... p. 17. -

rém, o Portugal de 1535, vai encontrar um mundo já inteiramente diverso. "Mal puz os pés em Évora", escreve, "julguei-me transportado a uma cidade do inferno; por toda parte topava negros, raça por que tenho tal aversão, que só êles bastariam para me fazer abalar aqui" (5).

Um outras passagens da mesma carta, dirigida ao seu querido Látomo, diz êle ainda forçando, sem dúvida, alguns traços:"Os escravos pululam por toda parte. Todo serviço é feito por negros e mouros cativos. Portugal está abarrotado com essa raça de gente. Estou em crer que, em Lisboa, os escravos e as escravas são mais que os portugueses livres de condição. Dificilmente se encontrará uma casa onde não haja pelo menos uma escrava destas, É ela que vai ao mercado comprar as coisas necessárias, que lava a roupa, que varre a casa, acarreta a água e faz os despejos à hora conveniente: numa palavra, é uma escrava, não se distinguindo duma besta de carga, senão na figura (6).

Entre as atividades realmente positivas dêsse elemento da população cumpriria, em todo caso, lembrar o muito que fez êle no desbravar matos, dessangrar pântanos e abrir assim caminho para se criarem povoados novos, de onde o regosijo dos povos pelo seu aumento, expresso já nas côrtes de 1472. Contribuindo para o progresso da lavoura sem maior dispêndio, que era ínfimo o seu sustento, apesar de sujeitos a extraordinária mortalidade numa terra que Buchanan, pela mesma época, julgava só rica em miséria", tinham êsses negros por onde compensar a tristeza de um Garcia de Rezende ao ver o Reino, enquanto se iam os naturais encher-se dessa casta de gente exótica, destinada a deixar sua marca, porventura definitiva, nos traços físicos do povo

---

(5) M. Gonçalves Cerejeira, Clenardo e a Sociedade Portuguesa de seu tempo, p. 286. -

(6) Idem, p. 281 s.-

lusitano (7). No Portugal quinhentista não deveriam ser êles, certamente, muito menos do que no Brasil setecentista, as mãos e os pés de seus senhores, segundo a célebre frase de Antonil.

Ao abordar, porém, êste capítulo do exotismo, importa dizer que a invasão negróide dêsses africanos só poderia corroborar ali uma situação patente, tanto quanto no resto da Europa - nome que então e até muito mais tarde abrangia também o reino ocidental da península - à generalidade dos estrangeiros. Não é a extranheza dêsse mundo meio oriental e profundamente exotizado o que apavora a Bruno, por exemplo, ante um convite recebido do cardeal Cisneros, sugerindo-lhe aquêle non placet Hispania de uma das suas cartas a Tomás Moro ?

Sob o verniz europeu e latinizante, era o Oriente, com as suas importunas cortegias e cerimônias, sua jactância, seus títulos grandíloquos, suas blandícias, seus beija-mãos, suas pompas, o que inquietava o grande humanista ao pensar nas terras ao sul dos Pirineus (8). Ao amigo Capito chega a dirigir-se em palavras onde, sob êsse manifesto anti-hispanismo, se vislumbra uma ponta de rancor anti-semita que se impacienta facilmente contra certos sofismas da Cabala, do Talmud, do Tetragramaton e do Portae Lucis "de nominibus Dei et 10 Sefiroth" de Josef Gikatilla. Preferiria ver a Jesus Cristo envenenado por Ecco do que por semelhantes ninharias. E acrescenta: "Na Itália são muitos os judeus. Na

---

(7) Sôbre a ação proveitosa dos negros africanos em Portugal, durante êsse período, boas notícias úteis em Costa Lobo, História da Sociedade em Portugal no século XV principalmente, e sobretudo Wolfgang Jungk, onde êste último firmara que uma quarta parte da população lisboeta constava de negros, admite que fosse notável seu contingente, não só em ocupações menos dignas como em certos ofícios mecânicos e até em bons redes profissões burguesas ou na maringem. H. F. Link, Bemerkungen auf einer Reise, I. p. 90 s.-

(8) Cf. Marcel Bataillon, Erasmo en España, I. p. 90 s.

~~Ibéria~~ Espanha, mal existem cristãos" (9).

Não seria êste um dos muitos motivos da aversão e mesmo de certo desdem com que, até em seu período de maior fastígio, eram frequentemente tratados os espanhois. Aquela extranha gente que o próprio Dante não sabia bem que língua falasse e que Boccaccio ainda chamaria Hispani semibarbari et efferati homines viu-se de súbito alçada a um posto eminente entre as nações cultas, mais ou menos como sucedeu aos japoneses em épocas mais vizinhas da nossa. E parecia facil atribuir à fortuna cega, mais do que à própria virtude, essa grandeza inopinada. Assim o julgavam, aparentemente, muitos contemporâneos, conforme o deixam transparecer documentos tais como, por exemplo, a relação da embaixada de Francesco Guicciardini, em 1512 e 1513.

Passado um século, Trajano Boccalini ainda os poderá apresentar como homens novos nêste mundo - "uomini tanto nuovi in questo mondo e poco fa usciti dalla crudel servitù dei Mori" -, explicando a cupidez com que se atiram sôbre a Itália pelo caso dos escravos das galeras, os quais, tendo passado vinte anos a alimentar-se de biscoitos pretos e mal cheirosos, logo se empanturram, se um acaso os faz deparar com um forno de pão. Do próprio duque de Alba e seus familiares escreve aquêle a quem seus contemporâneos - antecipando-se aos do nosso Gregório de Matos - já denominavam o "boca de inferno", que só o muito unguento de que se besuntam não os faz parecer tão trigueiros quanto os mouros de Guiné (10). Pensaria, sem dúvida, naquela famosa "côr espanhola", isto é amarelenta e baça, já em outras eras associada ao santo de Pádua, que fôra,

---

(9) Erasmo, Opus Epistolarum (ed. Allen), III, 253: "Video gentem eam frigidissimis fabulis plenam nihil fere nisi fumos quosdam obiicere; Talmud, Cabalam, Tetragrammaton, Portas Lucis, inania nomina. Scoto malim infectum Christum quam istis nenias. Italia multos habet Ludneos, Hispania vix habet Christianos". -

(10) Traiano Boccalini, Ragguagli di Parnaso, III. p. 49. -

no século, o português Fernando de Bulhões.

Mouros, bem ou mal convertidos, é como, em toda a Europa, consideravam aos espanhois, ainda quando sucedia, o que era muito frequente, vangloriarem-se êles de vir dos godos: "fazer-se dos godos", como se dizia(11). Mouros e também judeus, ou marranos. "Marrano e circuncisa" era com tais palavras que ao detestado Alexandre VI, de origem valenciana, costumava aludir o cardeal Giuliano della Rovere, mais tarde papa Julio II (12). Ora, se com essa extraordinária pujança a que chegaram de um momento para outro, os espanhois puderam alcançar mais fama do que real prestígio e, entre os adeptos, mais aduladores do que admiradores desinteressados, não é de supor que fosse muito alta a reputação de seus vizinhos lusitanos.

As grandes proezas dêstes últimos, na era dos descobrimentos marítimos, foram frequentemente exaltadas, e os cabedais que de suas conquistas retiravam os monarcas da casa de Aviz chegariam a dar-lhes certo lustre. Nem assim, contudo, lhes assegurava o realce que, segundo as idéias então dominantes, se prendia, de um lado à posse de um território nacional apreciavelmente extenso, de outro a milícias experimentadas e respeitadas nos campos de batalha da Europa. O dinheiro, é exato, continuava então a representar, e a representar mais do que nunca "o nervo da guerra". De que serviam, no entanto, para o país, aquelas riquezas que só deixavam no Reino o seu rastro e que, opulentando a Corôa e os mercadores estrangeiros, não impediam a miséria crescente do povo ?

---

(11) No célebre romance picaresco de Mateo Alemán, Guzmán de Alfarache, chegando a Gênova, pretende logo fazer-se "de los godos" e seu anotador, na coleção Clássicos Castelhanos reporta-se a Correas onde êste explica que se diz "é dos godos", quando alguém se presume de linhagem muito honrada, "porque los españoles en común", acrescenta, "se precian de venir de los godos". Mateo Alemán, Guzmán de Alfarache, II. p. 168 e n. -

(12) B. Croce, La Spagna nella Vita Italiana, p. 93. -

Além disso, as longuínquas façanhas de um Albuquerque, por exemplo, que hoje nos parecem dignas de tamanho assombro, mal chegavam então a ferir ouvidos europeus, atentos, de preferência, a rumores e perigos mais imediatos: as próprias notícias do Novo Mundo, sabe-se que produziram um interesse relativamente medíocre na Europa, comparadas às da ameaça otomana. (13).

Não admira, pois, se o mesmo Guicciardini que tanta maravilha encontra na obra dos navegadores lusitanos, através de mares incógnitos sob outras estrelas, outros céus, com instrumentos em tudo diversos dos que se podem usar ao norte da equinoxial, por entre povos ignorados, diversos na língua, na religião, nos costumes, inteiramente bárbaros e adversos aos forasteiros, finalmente alcançados e tornados familiares por aquêles bravos pioneiros (14), possa em outras circunstâncias e outro lugar apresentar a Portugal como uma breve e quase obscura província hispânica, só conhecida pelo comércio grande de algumas das suas praças e pelo trato de Calecut e mais regiões pouco antes descobertas: "piccola provincia e più nota pel commercio grande di mercatanti che tiene Lisbona, e per questo tratto di Caligut ed altri luoghi novamente scoperti, che per altra cagione" (15).

---

(13) Cf. G. Atkinson, Les nouveaux horizons de la Renaissance française p. 11; Lucien Febvre, Le Problème de l'Incroyance au XVI. Siècle, p.495 "...pendant plusieurs décades, la découverte d'un nouveau Monde(...) ne provoqua qu'un médiocre étonnement".-

(14) Francesco Guicciardini, Storia d'Italia, I. p. 130: "Navigazione certamente maravigliosa e di spazio di miglia (sedicimilla), per mari al tutto incogniti, perchè passata la linea equinoziale non hanno più per guida la tramontana, e rimangono privati dell'uso della calamita; nè potendo per tanto camminо toccare se non a terre non conosciute, diverse di lingua di religione e di costumi, e del tutto barbare e inimicissime de' forestieri: e nondimeno, non ostante tanta difficoltà, s'hanno fatta in progresso di tempo questa navigazione tanto familiare che, ove prima consumavano a condurvisi (dieci) mesi di tempo, la finiscono oggi comunemente, con pericoli molto minori, in (sei) mesi".

(15) Francesco Guicciardini, "Relazione di Spagna", Scritti Autobiografici e Rari, p. 128.-

Sucede ainda que, nessa pequena província, a despeito de todo o cosmopolitismo de Lisboa e do Porto, a impressão de que representaria um mundo extranho à Europa cristã, carregado de influxos asiáticos e africanos, seria tão óbvia, ou mais, aos homens do Norte e aos italianos que lá iam, do que na própria Castela, por exemplo, ou na Catalunha. Se é exato que o problema dos mouros forros perdera ali, desde cedo, aquela fôrça e agressividade que conservará na Andaluzia e em Valência, pelo menos até 1609, e não apenas até 1492, a razão estaria em que os descendentes dos antigos senhores da península já se achariam ali largamente difundidos na população cristã. A causa principal de seu decrescimento até fins do século XV, di-lo, aparentemente com justeza, um historiador, havia de ser sua incorporação na massa do povo, por via de consórcios.

O próprio fanatismo religioso pouco importunava àquêles homens pobres e humildes, "aditos aos trabalhos mecânicos e rurais, prestimosos sem fazerem sombra ou suscitarem invejas", em nítido contraste com o que sucedia aos hebreus, alheios, êstes, radicalmente, a todo esfôrço físico, mormente ao labor agrícola, donos, em regra, de um entendimento sutilíssimo, mzeneiros consumados e capazes de dissimular, sob todas as formas, quando preciso, um credo que ofendia a consciência da maioria. Se houve monarca que deixasse a sua memória vinculada a predileções muçulmanas, declara ainda o historiador citado, foi com certeza Dom Manuel. "O caprichoso da fantasia oriental inspirou o estilo de sua graciosa arquitetura; e é dificil conceber que em muitos edifícios que dão brilho ao seu reinado, como em Cintra e em Évora, não laborassem obreiros mouros" (16).

---

(16) Costa Lobo, op. cit., pp. 37, 42 e 45.

Certas passagens de Damião de Gois parecem atestar bem essas preferências orientais do venturoso monarca. Aquelas, especialmente, onde há notícia dos seus músicos mouriscos a cantar e tanger com alaudes e pandeiros, ao som dos quais, e assim de charamelas, harpas, rebecas e tamborins, dansavam os moços fidalgos durante o jantar e a ceia. E seria quase inevitável querer associar-se tal espectáculo ao outro, de que também trata o cronista, quando lembra que D. Manuel é o primeiro rei cristão da Europa a quem foram elefantes da Índia, dos quais teve cinco juntos, quatro machos e uma fêmea, que, quando cavalgava ou caminhava nas ruas, iam deante dêle. Precedi-o, a larga distância, um rinoceronte, enquanto atrz dos elefantes e à frente do rei ia um cavalo persa coberto, levando sôbre as ancas um caçador, também persa, com a pantera que lhe mandara o rei de Ormuz. A qual pantera, além de um elefante, seriam depois enviados a Sua Santidade (17).

---

(17) Damião de Gois, Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manuel, p. 595.- No texto original de Góis não se lê "pantera" e sim "onça", nome que, com o tempo, seria associado, em português, de preferência ao jaguar americano. Sôbre a célebre embaixada de Tristão da Cunha e ainda sôbre os ricos presentes enviados pelo rei de Portugal, que, em verdade, feriam pensar na magnificência e prodigalidade de um potentado do Oriente, já existe abundante literatura. Ludwig von Pastor, fundando-se na documentação da época, alude a cavalos persas, galos da Índia, papagaios, uma pantera nova, dois leopardos e um elefante branco. Em Roma, um mouro ricamente trajado montava o gigantesco paquiderme e, por sua vez, também carregava um cofre onde se figurava, no alto, uma fortaleza toda de prata com muitas torres. Dentro do cofre havia numerosos presentes destinados a Leão X: bainhas com incrustrações de ouro e gemas preciosas, ostensórios e cálices de mais fino ouro, um valioso frontal (certamente o "frontal de brocado de peso, todo bordado, & guarnecido de perlas e pedrarias de muito preço, a coisa mais rica de sua qualidade que de memória de homem se nunca vira", a que alude Góis), além de livros magníficos. Ludwig Freiherr v. Pastor, Geschichte der Papste, IV. p.31. O caso ocorrido em frente ao castelo Santo Angelo, onde o elefante ensinado estacou um momento e por três vezes se ajoelhou ante o Pontífice, também é narrado por autores portugueses contemporâneos, além do episódio, que Pastor igualmente assinala, da água de que o animal borrifou os barbaques, com o que teria chegado ao auge o júbilo da multidão aglomerada junto ao castelo.-

Apenas conviria bem distinguir entre o significado diverso das duas cenas: de uma, em que podia comprazer-se um soberano amigo da pompa, orgulhoso do senhorio exercido sôbre remotas e misteriosas terras, cujos portentos comprazia-se, assim, em fazer desfilar entre os "atabales e trombetas" inseparaveis das mesmas andanças, além de naturalmente afeiçoado a coisas e costumes do Oriente, tanto que não duvidaria, talvez, à maneira de Frederico II, Imperador e de Afonso X, o Sábio, em dar-lhes ainda maior realce em sua Côrte e Reino, se a tanto não se opuzessem motivos particulares e poderosas razões de Estado; de outra - a dos músicos mouriscos -, intimamente associada, esta, à vida diária da gente portuguesa.

Músicos e músicas, assim como danças ou "voltas" de fundo mouro, eram, com efeito, largamente familiares a Portugal, como, aliás, a toda a península ibérica, e sua presença no paço não deveria surpreender mais a um público avezado a elas, do que, por exemplo, a dos chocarreiros castelhanos, com seus motes e ditos os quais também divertiam a el-rei, segundo refere ainda o cronista.

A graça mole e suave daquelas melodias deveria infundir então nos espectadores, alguma coisa do fascínio quase entorpecente, que, passados os séculos, William Beckford irá descobrir nos rítmos e toadas dos lundús luso-brasileiros, levados a Lisboa pelo nosso Lereno. De certo Diogo de Pedrosa, por exemplo, que se mostrara constantemente refractário às prisões de amor e, no entanto, deixaria subitamente sua esquivança só com o ver bailar a filha de Fernão da Silveira, coudel-mor ao tempo de D. João II, sabe-se que foi, de fato, enfeitiçado pelos dengues de uma dansa moura. Di-lo e dá as causas de tamanha alteração o próprio coudel, nuns versos, preservados no Cancioneiro Geral, por onde se recusa a tê-lo como seu genro:

Doce baylo de mourisca
mil sentidos faz perder
& lá mete hũa tal trisca
que é muy ma de guarecer (18)

E, não obstante o ódio inspirado em geral pelos sectários de Mafoma, a verdade é que o aferro geral às suas dansas chegou, não raro a ganhar certo cunho oficial e a imiscuir-se até em cerimônias cristãs, segundo pode atestá-lo, entre outros textos, um regimento da procissão do Corpo de Deus, feito em Coimbra no ano de 1517. Nêle se determina que os sapateiros da cidade deveriam apresentar na dita procissão uma dansa mourisca "em que vão moças onestas, de boa fama, e mourisqua bem feita domens, que o bem saibam fazer, com boas camisas, e huma bandeira rica, e hum tamboril, ou gaita, e ham de ir apoz os alfaiates, e surradores, e hamde ser sete moiros afora o Rey" (19).

Nas folias populares, mormente as de caracter religioso, de que tantas reminiscências ficaram em nossos folguedos rústicos, era frequente que ao mouro, com sua indumentária convencional e mesmo com as suas dansas se reservasse o papel de vilão, ou o de escravo. Não se tratava, porém, de regra intangivel. Nas festas que se celebraram em Elvas ao cardeal Alexandrino, quando, em 1571, foi a Portugal como Legado, apareciam, em uma das dansas, precisamente a "cativa", oito mouros agrilhoados, que, dansando à moda mourisca, se declaravam seus escravos. Em outra havia duas mouras que traziam, cada uma, aos hombros, uma rapariga vestida de ~~xgus~~ "panos cozidos em ouro e talhados de galantes e variados modos", para que assim melhor se pudesse realçar a agilidade dos seus movimentos. E com efeito, apesar de levarem aquêle peso, o fato

---

(18) Garcia de Rezende, Cancioneiro Geral de...., II., p. 86.-

(19) Apud Fortunato de Almeida, Historia de Portugal, III, p. 297.-

é que bailavam levemente ao som de um tambor, enfunando-se com o vento os vestidos das raparigas, que faziam esvoaçar um lenço por vários modos (20).

Os bailes mouriscos pareciam, aliás, indispensaveis nas festas, profanas ou religiosas, que então se faziam em todo Portugal, a julgar pelas diversas vezes em que surgem expressamente nomeadas na crônica de viagem do Legado. Assim, à entrada de Évora, foram ao encontro dêste, dois moços trajados de verde, dansando à mourisca com o acompanhamento de pandeiros (21). E mesmo quando desciam o Tejo para Lisboa, sairam ao encontro de sua galeota, barcas variamente pintadas e adornadas, nas quais se ouviam pífanos, trombetas, adufes, timbales e outros instrumentos, com cantores e bailarinos à mourisca, os quais dansavam com garbo (22).

Seu canto não deve ter agradado vivamente à gente do cardeal ou, pelo menos, ao cronista da sua viagem, se nêsse sentido for interpretado o passo onde o compara ao dos judeus nas sinagogas. De qualquer modo, e graças, talvez, à ascendência ganha em toda a Europa pelos espanhois, principalmente ao tempo de Carlos V e de Filipe II, as várias modalidades de dansas mouriscas não demorariam em transpor os Pirineus, chegando mesmo até à Inglaterra, onde, como indício de sua origem, preservariam por longo tempo os bailarinos, costumes tais como o de bronzearem as próprias faces, que lhes dava a côr ferrenha peculiar a muitos sarracenos (23).

---

(20) Alexandre Herculano, Opúsculos, VI. p. 52s; Fortunato de Almeida, op. cit. III. p. 298.-

(21) A. Herculano, op. cit., VI. p. 68.-

(22) A. Herculano, op. cit. VI. p. 76,-

(23) Ludwig Pfandl, Spanische Kultur und Sitte des 16. und 17. Jahrhunderts, p. 183.-

Em maior número, com certeza, atravessaram o Oceano, trazidas pelos primeiros colonos, e, implantando-se entre nós, deixaram aqui reminiscências que ainda perduram, como é o caso da zambra, que alcançou a América espanhola e o Brasil, tornando-se talvez o remoto antepassado de nosso atual samba. Este, conquanto não falte ainda hoje quem se esforce por discernir-lhe a origem - origem de nome, quando menos, - nêste ou naquêle radical bantú, há muitas probabilidades de que, no nome, tanto quanto em algumas características coreográficas, tais como se manifestam em meios rurais paulistas, por exemplo, ou em diversos lugares da América Espanhola, provenha, não de Angola ou do Congo, mas antes da chamada África branca.

E outro tanto sucede a determinados produtos de nossa culinária mais típica: é o caso do cuscús, descendente longínquo do célebre alcuscuz dos mouros (que ainda hoje é servido em restaurantes argelinos de Paris sob o nome de couscous), e também, segundo parece, o dos beijús, que são à maneira das filhós mouriscas, posto que os façam, não de trigo, mas de artigos da terra, tais como a mandioca ou o milho pilado.

No caso dos beijús é Gabriel Soares quem, depois de os aproximar das filhós mouriscas, expressamente afirma que são um mantimento inventado pelas mulheres portuguesas "que o gentio não usava dêles"(24). A "invenção" estava nisto, que socorrendo-se de material indígena, as ditas mulheres lograram reproduzir, na colônia, um acepipe já usual na metrópole, fazendo-o em realidade, tão delgado quanto as filhós e tão igual como as obreias.

Quanto ao cuscús, o simples fato de se ter disseminado entre nós, nas suas inúmeras variedades, por sítios muito apartados, uns dos

---

(24) Gabriel Soares de Souza, Tratado Descriptivo do Brazil em 1587, p. 164.-

outros, além das referências que lhe fazem autores quinhentistas portugueses, como Gil Vicente, no auto do Juiz da Beira, leva a supor que, já antes de se iniciar a colonização do Brasil, seria guizado de uso corrente no Reino, e não apenas entre mouros.

Ao lado de tais circunstâncias cumpriria, porém, acrescentar que, entre as leis suntuárias, invariavelmente ineficazes, promulgadas ao tempo d'el-rei Dom Sebastião, uma há, de 26 de abril de 1570, acidentemente criticada pelo nosso Varnhagen (25), onde se ordena que "pessoa alguma não poderá comer, nem dar a comer à sua mesa, mais que um assado e um cozido, e um picado ou desfeito, ou arroz, ou cuscuz, e nenhum doce, como manjar branco, bolos de rodilha, ovos mexidos...", etc. Sinal de que o prato levado à península pelos infiéis já andaria convertido em alimento trivial dos cristãos portugueses e recebera até o endosso oficial, tanto quanto os bailes à mourisca.

Razões semelhantes deveriam favorecer seu uso em Castela, mormente na Andaluzia, onde mais decisiva ainda, por mais prolongada, deveria ter sido a influência dos hábitos mouriscos. O certo, porém, é que entre autores castelhanos dos séculos XVI e XVII, aquêles que fazem alusão à iguaria dão-na commumente como coisa de mouros e alarves, nome êste que atribuiam aos muçulmanos os cristãos mais sanhudos. Assim, na comédia cervantina do Trato de Argel, um menino cristão renegado opõe às objurgatórias do irmão, que se mantivera constante em sua fé ancestral, argumentos tais como êste:

> Hay más gusto que ser moro ?
> .....
> Alcuscus como sabroso
> sorbete de azucar bebo.... etc (26)

---

(25) Varnhagen, Historia Geral do Brasil, II. 24 n.-

(26) Miguel de Cervantes Saavedra, "El Trato de Argel", Obras Completas p. 135.-

Nem todos, é exato, se distinguiam por um paladar tão mimoso. O pícaro Estebanillo Gonzalez, por exemplo, estando certa vez em Gibraltar, e tendo notícia de que estavam prendendo ali a todos os vagabundos para os desterrar, apressa-se em tentar algum ofício, afim de não ser mandado aos mouros e não se ver obrigado, ali, a comer cuscús: "Yo, por ser de los comprendidos en aquel bando, y por no ir a tierra de alarbes a comer alcuzcuz, me fuí a la Sabinilla a ser gentilhombre de jábega y corchete de pescados" (27).

Entretanto, se é exato que o mahjar mourisco não seria, entre castelhanos, de tão largo consumo como entre portugueses, nem por isso deixava de ser bem conhecido dêles. Parece significativo que Guzmán de Alfarache, pretendendo, em conversa com o seu amo eventual, embaixador francês em Roma, aludir ao ar arrufado de certa personagem, diz que andava esta de cara retorcida como um cuscús: "de pocos dias a esta parte anda el buen viejo don Beltrán comigo torcido como alcoscuz"(28). E a possivel aversão dedicada a esta como a outras coisas oriundas dos infieis, bem poderia inserir-se na espiração ao particularmente sensivel em Castela, de se integrar melhor, política e culturalmente, na vida européia.

Que existisse aspiração semelhante em Portugal, é fora de qualquer dúvida. Contudo, o simples fato de já não existir ali, desde velhos tempos, uma verdadeira questão mourisca, tal como continuará a existir em Castela e Aragão, mesmo após a morte de FilipeII, é um motivo para torná-la menos excitante. Além disso, pela própria fôrça das circustâncias, deveriam os castelhanos sentir-se mais naturalmente inclinados à Europa renascentista, representada em particular nos dois grandes

---

(27) La Vida de Estebanillo Gonzalez, I. p. 201.-

(28) Mateo Alemán, Guzmán de Alfarache, III. p. 173

focos em que se fazia sentir seu poderio, como Itália e Flandres, do que os portugueses. Pois o fato é que embora envolvidos nas intrigas dinásticas e nos interesses mercantís do Velho Continente, tinham êstes suas atenções volvidas de preferência para os domínios do ultra - mar. E justamente essa parte muito mais ativa de Castela na política européia do momento, marcada, entre outros sucessos, pelas campanhas vitoriosas de Pavia, de Saint-Quentin e de Lepanto, que tamanha projeção lhe deram, só poderia corresponder, em verdade, a um desejo vee mente de ver liquidada, em suas terras, a herança medieval ibérica, na medida em que esta se assinalara por um contacto diuturno e um vasto intercâmbio com a mourisca.

III.

Essa ânsia dos catelhanos de se incorporarem integralmente no nexo europeu já se manifestara, em fins da Idade Média, através da uma visível decréscimo do vocabulário árabe, senão na fala do vulgo, nas obras dos letrados e poetas, concomitantemente com o mais largo uso de cultismos latinos e da ornamentação clássica (1). Era quase inevitavel que o mesmo acontecesse, e de fato aconteceu, até certo ponto, em Portugal, mas não se trata de simples acaso se a sujeição estética aos modelos italianos e aos da antiguidade greco-romana, fenômeno comum a toda a Europa daquêle tempo, se deu ali por vias reflexas, ou seja por intermédio do exemplo castelhano. Do mesmo

---

(1) Maria Rosa Lida de Makiel, Juan de Mena, poeta del prerrenascimiento español, p. 51 e n. - Citado inúmeras vezes nas páginas do Cancioneiro Geral, Mena foi, sem dúvida, o principal veículo, em Portugal, das formas de transição entre o século que tem por nota essencial, entre castelhanos, a influência árabe, com Juan Ruiz e don Juan Manuel e, de outro lado, a era renascentista, com Garcilaso e Boscán. Cf. ainda M. R. Lida de Makiel, op. cit., p. 529. Pierre Le Gentil, por sua vez, nota como no Cancioneiro de Garcia de Rezende, ao par do influxo castelhano verdadeiramente absorvente e que leva até ao bilinguismo, adotado, aliás, pelos quinhentistas, com exceção de Antônio Ferreira, e por muitos seiscentistas, as influências burguinhona e italiana, ainda que manifestas, tornam-se bem menos eficazes. Da Itália, em particular, mal se poderá dizer que comunicou então aos portugueses sua febre humanista, tal como o fizera aos castelhanos, sobretudo na Côrte dos Reis Católicos. E apesar das relações epistolares de D. João II e sua Côrte com o Piliziano, a verdade é que o humanismo português só se desenvolverá, de fato, em épocas mais tardias. "Os poetas do Cancioneiro ainda escapam, em sua generalidade, a essa nova disciplina". Pierre Le Gentil, La Poésie Lyrique Espagnole et Portugaise a la fin du Moyen -Age, I. p. 70. Acrescente-se ainda a fidelidade sentimental de muitos autores portuguêses até Camões, inclusive às medidas velhas, que distinguiram a tradição medieval, sem embargo da reforma italianizante introduzida por um espírito intimamente conservador, como o foi Sá de Miranda, o qual a seguiu, aliás, sem intransigência ou exclusivismo. -

modo, o exemplo, mais ainda, a pressão de Castela é o que afinal decide a Corôa lusitana à sumária expulsão dos islamitas e judeus de todo o Reino. O monarca seguirá aparentemente, e assim o diz, a própria devoção, não a razão, ou o direito, de que nêste caso não cuidava: non curabat de juribus.

Que a decisão foi no entanto mal cumprida, mormente no que toca aos primeiros, mostram-no claramente documentos particulares interpretados por Costa Lobo, os quais, por isso mesmo que se não destinavam à luz pública, seriam mais fidedignos do que as Ordenações Manuelinas, onde o contrário se faz presumir (2). Toda a política de Dom Manuel autoriza, segundo o mesmo autor, o conceito de que, longe de compelir os mouros à expatriação, oferecia impedimentos so seu egresso. Aquêles que chegavam ao reino, idos de Castela, sob pretexto de negócio, para de fato se passarem à África, êle, interessado em fazer malograr tal intento, lhes vedava terminantemente o deixarem o Reino, fixando, além disso, penas atrozes contra os autores ou cúmplices da transgressão. O motivo apresentado para tais medidas era o receio de que fossem engrossar as fôrças dos inimigos da fé e do país.

Há certamente uma incongruência entre essa medida e outra, que se inclui na mesma lei, onde é vedado o ingresso em Portugal dos mouros "que por nós dêste reino foram lançados", mas há razões para supor, ainda com Costa Lobo, que se tratava aqui de uma simples continuação do fingimento adotado por ocasião do decreto de desterro. "De outra maneira, como conciliar esta incongruência com todas as provisões draconianas que têm por alvo o impossibilitar a

---

(2) Costa Lobo, op. cit. p. 39.-

passagem de quaisquer mouros ou cristãos novos para terra muçulmanas?" A mira não estaria em limpar o reino de mouros mas sim em retê-los(3). O verdadeiro pensamento do legislador acha-se contido no título LXXXI (§§ 5 e 6) do livro V das Ordenações, onde se determina que a ninguém será lícito forrar cativo mouro ou moura, senão por dinheiro ou mercadoria que o próprio escravo tiver fora do reino, ou pelo resgate de outro cristão; com exceção daquêles mouros, que "houverem nossa licença, para em nosso reino viverem e morarem (....), os quais viverão sempre em nossos reinos, e se não irão dêles sem nossa especial licença".

O raciocínio por analogia que levava a equiparar mouros a judeus como igualmente indesejáveis no país, não traduzia de fato, no caso daquêles, um sentimento geralmente partilhado. Enquanto os hebreus tinham contra si o rancor das massas populares, avessas às suas ousadias, e só podiam contar, quando muito, com o favor de alguns nobres e mesmo de prelados, dos mouros, ao contrário, pode dizer-se que justamente na arraia miúda encontravam maiores simpatias e até possibilidades de confraternização. Às vezes esse congraçamento, chegava a fazer-se contra outros cristãos, momento se castelhanos.

É bem significativo que um dêsses casos de solidarização entre cristãos portugueses e mouros contra estrangeiros, se tivesse dado justamente às vésperas da jornada marroquina d'el-rei Dom Sebastião, quando maior deveria ser a aversão da gente popular a tudo o que, bem ou mal, chamasse à lembrança os sectários da religião detestada. O caso, referido em manuscrito anônimo de uma testemunha dos acontecimentos, desenterrado por Alexandre Herculano de um

---

(3) Costa Lobo, op. cit. p. 44.-

entre a papelada da Biblioteca Real de Lisboa, deresse no rocio, à porta do hospital real, quando três portugueses chamaram ladrões a seis ou sete castelhanos, pertencentes justamente a um dos esquadrões que, atendendo ao apelo do soberano, tinham ido a ajudar a ãa tal empreza de Marrocos. E a razão dos insultos, que logo resultariam numa briga de vastas proporções, estava em que, estando um mouro de Cide Muça com três moedas de ouro de quinhentos reis na mão, lhe disseram os sete castelhanos se as queria trocar, que lhe dariam de ganho quarenta reis para cada uma. Aceitou o mouro a proposta, e pediram-lhe os castelhanos as moedas para ver se eram de peso, e mostrando-lhes as três, as passaram de mão em mão, uns pelos outros, de maneira que sumiram.

Percebendo a burla de que fôra vítima, pediu o mouro ajuda de três portugueses que ali passavam, emenda da zombaria, e que lhe tornassem o dinheiro. Foi então que passaram êstes a insultar aos castelhanos e a arrancar contra êles e os de seu esquadrão. Sucedeu-lhes bem o arrojo, pois em pouco se juntaram em sua defesa e do mouro quarenta ou cinquenta portugueses, que brigaram com denodo, matando quatro castelhanos e ferindo mais de vinte. Dos portugueses, segundo reza o manuscrito, não mataram nenhum, embora saissem alguns feridos.

As arruaças assim principiadas só se atalharam momentaneamente, quando el-rei, vendo como andavam mal êstes negócios, lançou bando para que todo homem, natural ou estrangeiro, que na Côrte arrancasse espada, morresse por isso. Ainda assim, tão excitados estavam os espíritos, que, logo após sua partida, se travou outra briga, desta vez entre a gente do duque de Bragança e uma companhia de castelhanos, e não cessou sequer depois que saiu o capitão castelha

no com bandeira de paz deante dos portugueses e pondo-se de joelhos , disse que por amor de Deus o matassem a êle e deixassem seus soldados pois que eram irmãos dos portugueses e vinham a servir a el-rei de Portugal. De pouco serviu a súplica, porquanto, sem deferirem a ela, iam ás portugueses seguindo em sua fúria, a vendo algum castelhano às janelas ou varandas, tiravam às arcabuzadas, e ao mesmo captão que lhes pedia paz lhe deram muitos golpes, que foi verdadeiramente milagre o não matarem (4).

A contenda com os castelhanos devido ao agravo que fizeram êstes a um mouro estabelecido no Reino parece favorecer pouco a idéia de que a generalidade dos portugueses nutrisse um rancor sem limites por uma raça que era apresentada como inimiga incruenta de sua fé . O rancor, se de fato existia, era antes insuflado por alguns doutos e clérigos do que espontâneo entre a gente miuda, justamente a que mantinha com ela maior trato e convivência. Compreende-se que a consciência de nacionalidade, que em Portugal e ainda mais em Castela nasceu largamente dos contrastes com o Islão, fosse determinada antes de tudo por injunções religiosas e principalmente políticas, surgidas do alto para baixo, vindas de um esforço da inteligência ou da fé esclarecida, e que, aém do mais, só via naquêles infieis uma raça mentalmente abatida e, de há muito, decaída de seu velho explendor.

A gente popular, que não costuma subir ao alto pensamento de uma comunhão nacional de amplas proporções, senão através de sentimentos diretos e, a bem dizer, paroquiais, se é certo que se volve em esforço contra o judeu, onzeneiro e cheio de malícia, propende a formar dos mouros opinião mais favoravel. O que a tantos pode atrair nessa

---

(4) A. Herculano, Opúsculos, VI. pp. 97 ss.-

casta de felás, no fundo simpáticos e divertidos, vem de que, aferrados, embora, ao trabalho físico, tanto que - reconhecem-no seus mesmos inimigos - podem tornar tratavel e produtiva a terra mais áspera, costumam ser, de seu natural, prasenteiros, amigos de folgar, dados a historietas, anedótas, chalaças e, principalemente, às dansas e cantorias, que acompanhavam de pandeiros, adufes e gaitas.

Ao bem-querer de que muitas vezes eram objeto misturava- se talvez alguma ponta de desdem, devido a seu gosto, sobretudo no meio urbano, pelas artes mecânicas, que dão má reputação, e também à fama que às vezes tiveram de avaros e refalsados. Mas êste seu fingimento devia prender-se antes ao hábito de dissimularem uma aversão tradicional às crenças religiosas da maioria, e representava em suma, uma atitude de defesa. Por outro lado era proverbial, em muitas partes, seu escrúpulo e fidelidade nos tratos e contratos em que se metiam, mormente quando dedicados à mercancia, onde parecia geral a improbidade, pois a própria desconsideração em que eram tidos os negócios mercantis não ajudavam então a formar-se uma bôa ética profissional entre os tratantes.

Os casos mais conhecidos em que escapavam a essa regra de conduta escrupulosa prendem-se, de ordinário, ao desejo de alguns de fugir para a terra de origem, o que, segundo as leis d Reino, lhes era defeso, e então acontecia, às vezes, deixarem atraz dívidas ou compromissos que não saldavam, se bem sucedidos em seu intento. Mesmo nêsses casos, porém, restavam suas herdades, ou casas de morada ou lojas de negócios, de que podiam ser pagos os credores, uma vez verificada a boa fé dêstes nas transações (5).

---

(5) Nêsse sentido há documento interessante, relativo a mouros do Faro, que venderam com antecedência os frutos de suas herdades de vinhas e figueirais, publicado em Silva Marques, Descobrimentos Portugueses, I (Suplemento) p. 512.

666

O dito "trabalhar como um mouro", o verbo "mourejar", que até hoje ficaram, parecem bem corresponder à sua fama de industriosos, embora pudessem prender-se menos aos forros do que aos cativos (alguns dêstes prendos, que também podiam passar por mouros, desde que professassem a religião muçulmana, apesar de bem distinguidos dos outros, dos "alvos" como se chamavam), e então eram empregados em toda sorte de serviços, ainda os mais pesados, pelos que dêles desfrutavam, pois quem tinha mouro, tinha ouro.

Quanto aos forros, sua atividade, ao menos nos meios urbanos, voltava-se de preferência para misteres que requerem habilidade e tirocínio, mais do que grande esforço físico, tais como as de ceeleões, cordoeiros, alfaiates, cesteiros, esteireiros, oleiros, alpargateiros, sapateiros, alveitares, colchoeiros, hortelãos, merceeiros, taberneiros ou azeiteiros. Nelas, tanto quanto em certas obras rurais, em particular na irrigação das terras, puderam exercer importante função social e econômica, tornando-se até certo momento quase insubstituiveis.

Já é característico, segundo foi apontado por Américo Castro, que a palavra portuguesa tarefa seja de procedência genuinamente árabe e resultante, sem dúvida, da antiga convivência da população cristã com os mouros e mouriscos. Retomando, com bastante liberdade, certas observações do mesmo autor, bem se pode dizer que muito do vocabulário introduzido por êstes entre portugueses, e trazidos mais tarde pelos colonos ao Brasil, acenam para zonas de vida onde ao mouro pôde caber decidida preeminência.

Assim é que ao alarife, na qualidade de mestre das obras, competia o planejar e dirigir construções que os alveneiros, por sua vez, se incumbiam de executar (de onde alvenaria). Por isso mesmo são ara-

bismos, alcáçer, alcova, agotein, alpendre, alquerque, saguão, alçapão, azulejo, aldrava. À apurada técnica desenvolvida por árabes e mouros nos trabalhos de utilização das águas devem-se termos tais como acéquia, algibe, [illegible], almóçega, alcabrua, além de várias outras. Como a oficiais mouros fosse confiada, muitas vezes, a confecção das roupas, os que dela se encarregavam receberam o nome alfaiates. Os barbeiros, assim como os fabricantes de armas, passaram a chamar-se alfageme; as mercadorias eram transportadas pelos almocreves, arrieiros ou recoveiros; vendidas, depois, nos armazens, no socos, em almoeda, em açougues - palavra que, de início não tinha o significado hodierno, mas servia para o tráfico de todos os objetos de consumo, tanto de victualhas como de rouperia ou alfaias de qualquer espécie ainda outras mercadorias (6) - tendo pago previamente os direitos correspondentes nas alfândegas ou aduanas. Além disso, eram pesadas e medidas por quintais, arrôbas, arrateis, fangas, almudes, celaminhas ou azumbres, que o almotacé tinha o cuidado de afiler e inspecionar, ao passo que o almoxarife se encarregava de guardá-las em depósito ou, conforme o caso, tinha a incumbência de perceber os impostos correspondentes, como a sagaria, a alcavala ou a alcaidaria, que podiam ser cobrados em maravedís e mitical (7). As contas eram feitas em

(6) Alexandre Herculano, História de Portugal, VIII. p. 20.-

(7) A sagagem era uma espécie de imposto sôbre o consumo cobrado no próprio mercado diário, ou açougue, ao que se distinguia da portagem, paga já à entrada da vila. Quando recaisse especificamente sôbre a carne é que lhe chamavam alcavala. Ambas subsistiam em Lisboa ainda "no último quartel do século XIV, porquanto estão compreendidas entre os direitos que os moradores da cidade haviam em uso de pagar ao rei, e que o Mestre lhes quitou em 6 de outubro de 1384". H. de Gama Barros, História da Administração Pública em Portugal, IX. p. 400. A alcaidaria era uma forragem equivalente a dois dinheiros de cada carga de peixe que ia ao mercado, e por vezes se juntou um lombo de cada porco morto para a venda.

O maravedi correspondeu ao real branco, moeda cunhada por D. João I. Essa equiparação foi estabelecida por seu filho e sucessor, no trono D. Duarte. Os mitical, tão de uso no comércio da Berbéria, sobretudo para o tráfico de ouro e de escravos, são referidos na crônica de

cifras e em algarismos, ou com álgebra. Aos alquimistas cabia destilar o alcool, em alambiques e alquitaras, bem como preparar álcalis, elixires e xaropes, que eram metidos em redomas. Viviam geralmente em cidades, divididas por bairros e arrabaldes, e nas casas de seus moradores comia-se açucar, arroz, laranja, limão, berinjela, alface, alcachofra, azeitona, abricoque, alperces, alcatra, almôndega, escabeche... (8).

É facil imaginar que, se não deu, ao cabo, os resultados prometidos, a tentativa de livrar o país de elementos aparentemente tão prestimosos poderia afetar gravemente, num primeiro momento, as condições económicas e sociais do Reino. Será dificil, sem dúvida, pretender demonstrar que a carência e a carestia geral da mão de obra, registadas nos escritos de viajantes que percorreram Portugal, sobretudo na primeira metade do século XVI, ou a imperícia dos lavradores e mesteirais - tão notaveis, em verdade, que Clenardo chega a associar à inepcia e ganância dos barbeiros da península ibérica a circunstância de existirem ali mais homens barbados do que em Flandres (9) - ao desaparecimento ou diminuição dessa casta de gente.

À vista dos textos documentais de que dispomos, não há motivo para se sustentar seriamente que a perseguição movida a mouros e mou

---

(continuação da n. 7) Cadamosto, onde diz que "l'oro che vendono lo danno a peso di Mitigal secondo se costuma nelle Barberie, el qual Mitigal è di valuta d'uno ducato over circa". Alvise da Ca da Mosto, "Delle Navigationi et Viaggi, I. p. 106 v.-

(8) Cf. Americo Castro, La Realidad Historica de España, p. 104. O mesmo autor tenta explicar pelo fato de ser a língua portuguesa mais arcaizante do que a castelhana, o conservarem-se nela arabismos que nesta cederam lugar a expressões românicas. Outra explicação poderia prender-se antes do caracter menos radical que teve entre portugueses, a reação contra o passado mouro e moçárabe.-

(9) Dr. M. Gonçalves Cerejeira, op. cit. p. 279.-

riscos pudesse ter consequências tão danosas sôbre a economia e a sociedade quinhentistas de Portugal, e os fatos assinalados pelos viajantes têm outras causas bem conhecidas e profundas. Seria, descabido, por outro lado, querer ressuscitar nêste caso, uma velha tese, que pesquizas recentes, como as de um Earl J. Hamilton, mostraram ser pelo menos exagerada com relação a Castela e Aragão (10), para estendê-la a um Reino onde, precisamente, o número de descendentes manifestos dos antigos sarracenos estaria então bastante minguado, tudo indicando que, em sua maior parte, se acharíam dissolvidos na massa do povo.

É inegavel, porém, que aquela perseguição, tendendo a fazer, sobretudo, com que rapidamente se desvanecesse, por eivados de paganismo, outros atributos e costumes tradicionais dessa gente, iria deixar ali um vazio irreparavel na sociedade. A lembrança daqueles jogos coloridos e ruidosos, em que todos se deleitavam, animados do feitiço proverbial, da brejeirice, dos dengues, da graça langue da mulher moura, cujos atrativos, por apartados que se achassem dos clássicos pa -

---

(10) Earl J.Hamilton, "The Decline of Spain", Economic History Review, VIII (1937-38), p. 173.- Contestando a opinião tradicional acerca das supostas consequências catastróficas da expulsão de mouros e mouriscos da Espanha entre 1609 e 1614, afirma o autor, fundado sobretudo no estudo da evolução dos preços e salários: "The complete failure of the Moorish expulsion to raise either wages in general or the remuneration of any particular class of Workers affords the strongest evidence available that the exodus of the Moriscos was not the chief cause of the Decadende of Spain". Linhas adeante, porém, admite o mesmo autor que o fato dos salários e preços deixarem de refletir a expulsão dos mouros, sugere vivamente que poucos foram os expulsos naquêle período: "strongly suggests that few Moors were expelled". Cf. também E. J. Hamilton, American Treasure and the Price Revolution in Spain, pp. 304-306.- E, em outro escrito, depois de dizer que Barcelona perdeu incomparavelmente mais em número de habitantes e em poder econômico, na guerra civil de 1640-1652 do que Valência com a expulsão dos mouriscos, acrescenta que, dêstes, a maioria fôra segregada pela classe dominante e mantida no país. War and Prices in Spain - 1651-1800 -, p. 116, n 6.-

dr̃ões de beleza feminina, deveriam afinar bem com o gosto popular, entre portugueses, parece espelhar-se, com um travo quase dolorido, no ubi sunt nostálgico de rimas como estas de Garcia de Rezende:

Vijmos grãdes judiarias,
judeus, guinolas, & touras,
tambẽ mouras, mourarias
seus bailos, galantarias
de muitas fermosas mouras,

sempre nas festas reaes,
senão hos dias principaes,
festas de mouros auia,
tambem festa se fazia
que non podia ser mais (11)

Em realidade, não apenas os atributos e costumes daquela gente se tinham tornado, desde longes séculos, um espectáculo inseparavel da paisagem social portuguesa e ibérica, em geral, mas, através de contatos íntimos e intercâmbios, haviam deixado sua marca sensivel na própria população cristã. Tanto mais quanto seu confinamento nas mourarias, além de comportar exceções oficialmente reconhecidas, não era de natureza a excluir uma familiaridade que a aptidão de muitos dos seus mecânicos e a sedução que ofereciam seus folguedos, particularmente os celebrados "bailes mouriscos", tornavam quase sempre inevitavel. Somente depois que a perseguição por motivos religiosos tendeu a fazê-los quase tão odiosos como os judeus, para a maioria do povo, foi que, aparentemente, surgiram razões mais fortes para a recíproca ~~animosidade~~XXXXXXXXXX

---

(11) Garcia de Rezende, Miscelânea e variedades de Historia, p. 144.-

animosidade (12). E então o receio, talvez bem fundado, das suas vindictas, aconselhou grandes cautelas na utilização de tais inimigos, sempre obstinados em seu credo, nos misteres onde mais facilmente pudessem exercê-las.

Assim é que, no regimento dos oficiais mecânicos da cidade de Lisboa, reformado em 1572 pelo Senado da Câmara da dita cidade, determina-se, sob graves penas, que não se examine mouro, forro ou cativo, para pasteleiro, "porquê se presume dêles que não são tão fieis e verdadeiros como cumpre a ofício desta qualidade": o que equivalia, em outras palavras, a excluí-los cabalmente de semelhante ofício, para o qual, não obstante, podia receber carta de exame, desde que se saisse bem das provas reclamadas, qualquer outra pessoa, ainda que "preto, índio ou mulato forro q" mouro não for"(13).

Se aos mouros se proibia expressamente o exercício de profissão tão delicada, e dela apenas, bem se pode admitir que em outras continuariam a ser aceitos os seus préstimos. E ainda que eram dados, de modo especial, à confecção de guloseimas e

(12) Cf. J. Lucio de Azevedo, Historia dos Christãis Novos Portugueses, p. 3: "A ausência do sentimento religioso e do exclusivismo de raça, como base da animadversão contra os judeus, manifesta-se na relativa segurança de que fruiam os mouros, também por origem alheios à Península, também adeptos de um credo que ofendia a consciência da maioria. Não obstante a pressão eclesiástica no interior, e as exortações vindas do sólio pontifical, a nação consentia, dentro do seu território, sem ser molestados, os restos dos seus antigos dominadores. Igual fato sucedia em Portugal, onde, nas representações feitas em Côrtes, os judeus tantas vezes são objeto de queixas, sem que os mouros sejam mencionados. Somente mais tarde, exacerbado o fanatismo pelos furores da inquisição, em um e outro país, a perseguição se estendeu equiparadamente..." ao que o autor chama, sem grande propriedade, "os dois ramos da raça semítica", esquecido de quenão seriam árabes, em sua generalidade, os muçulmanos da península

(13) Livro dos Regimêtos dos Officiais mecanicos...p. 222.-

de toda sorte de produtos alimentícios: coisa que parece, aliás, bem demonstrada pelo fato de alguns dêsses produtos conservarem até aos nossos dias, em português, nomes que relembram sua procedência mourisca. Que sua influência foi consideravel, nêsse particular, indica-o ainda a circunstância do fabrico do pão ter sido em Portugal, como entre mouros, durante largo tempo, um mistér especificamente feminino. E o mesmo uso deveria transportar-se ao Brasil, ao menos às regiões brasileiras onde se pôde desenvolver melhor a lavoura do trigo. Em São Paulo, durante o século XVII e mais tarde, ouve-se falar constantemente em padeiras, não em padeiros. Em certos casos tratava-se aqui de artigo de produção caseira, que as senhoras mandavam vender por intermédio dos negros de ganho.

Um acurado estudo do influxo persistente dos antigos sarracenos e mossárabes sôbre a sociedade lusitana e mesmo luso-brasileira mostraria como ela chegou a invadir até as zonas de vida mais íntimas, estremes quase sempre de intromissões verdadeiramente extranhas. Como explicar, de outro modo, a excessiva reclusão doméstica e o recolhimento das mulheres que, entre nós, mormente no período colonial, não comparecciam, em suas próprias casas, deante de visitantes, nem comiam senão com os maridos, e ainda assim quando não houvesse hóspede (salvo pai ou irmão) ?

Esse recolhimento extremado, cujos matizes orientais e de fato, muçulmanos, não escaparam a viajantes europeus que percorreram o Brasil ainda na primeira metade do século passado, tinha naturalmente seus aspetos correlativos em muitos outros traços que distinguiam a vida colonial. Traços que, em alguns casos, deveriam reproduzir, por sua vez, formas já achariam arcaizadas na península ibérica.

No trajar das mulheres, sobretudo entre as classes mais humildes, que são, por natureza, as mais conservadoras, não tem outro sentido a resistência tenaz oferecida à ação dos governos, empenhados a partir do século XVIII na abolição do uso de andarem embuçadas. Em 1775 queixava-se o governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo Aires de Saldanha, do "inculto costume" das mulheres da capitania de andarem com rebuços de dois côvados de baeta preta, assim como eram cortadas nas lojas, e com chapeus desabados às cabeças, de modo que ficavam as caras inteiramente tapadas, tanto nas ruas como nas igrejas. O costume, feito para resguardar a virtude das mulheres, impelia-as antes a atos condenaveis, pois, tal como nas histórias das Mil e Uma Noites, acontecia que muitas delas chegavam a entrar até de dia em casas de homens, "onde não entrariam se lhes não desse ousadia o bárbaro rebuço".

Assim também constava que dessa vestimenta ou disfarce se serviam criminosos para se encobrirem à justiça e alguns facinorosos para cometerem seus crimes, como algumas vezes acontecera na capitania. Foram estas razões, em particular, que determinaram o mesmo capitão-general a publicar bando em que se vedava o "inculto uso". Nem isso, porém, nem as ordens terminantes que deu mais tarde o mesmo Martin Lopes para que fossem presas as recalcitrantes e, em caso de resistência, atirada pelas pernas, visto que semelhante hábito era em "desserviço de Deus" deram quaisquer resultados. Pois em aviso régio de 30 de agosto de 1810 ainda se reiterava a mesma proibição, mandando-se que o produto das multas revertesse em benefício do hospital dos lázaros. O então governador da capitania, Antônio José da Franca e Horta, segundo tradição longamente preservada, se teria servido até de violências para pôr têrmo ao abuso, devendo, porém, tolerar, que o subo-

tituissem pelo das simples mantilhas à espanhola (14).

A própria construção das casas de morada coloniais espelha tendências em tudo semelhantes às que motivaram os tais rebuços. Nelas, apesar da supressão do pátio interno, substituído pela varanda, importada, esta das Índias orientais, mantiveram-se certos traços diretamente relacionados ao princípio de que à mulher, além da submissão absoluta que devem, ao menos exteriormente, ao arbítio, mesmo caprichoso, dos pais ou esposos, há de ser evitado o mais ligeiro convívio com extranhos que passem talvez desautorizar sua honestidade ou compostura.

As recâmaras destinadas a hóspedes, que, embora unidas ao corpo da habitação, se achavam de tal modo colocadas que êstes delas se servissem sem que entrassem em qualquer contacto com a família, filiam-se, sem dúvida, às mesmas tendências. E tanto quanto o interior da casa, o quintal deveria ser inacessível aos homens "de fora(15) . Que dizer, então, das peças e dispositivos destinados a permitir que os moradores e, sobretudo, as moradoras, pudessem ver, sem ser vistos, o que se passasse no exterior do prédio, tais como rótulas e muxarabiês ? Essas casas, por outro lado, eram ordinariamente feitas de taipa ou adobe, ao estilo dos infieis. Os quais, se não foram, a bem dizer, os introdutores na península dêsse material, contribuiram, sem dúvida, para que não se perdesse seu uso, conhecido ali desde os tempos romanos ou protoromanos.

(14) Documentos Interessantes para a História e Costumes de S.Paulo, XXVIII,(1898), p. 14; Azevedo Marques,Apontamentos Históricos, I, p.41.

(15) "... l'espèce de cour ou de jardin appelé quintal et tout l'intérieur des maisons,sont,à Minas,à Goyaz,dans le nord de St.Paul,reservés aux femmes, et y pénétrer c'est de la part des hommes la plus insigne témérité". Saint-Hilaire, Voyages aux Provinces de St. Paul...,I p.76. cf. também P. Manoel da Fonseca, Vida do Veneravel Padre Belchior de Pontes, p. 59.-

IV.

Não fossem, pois, as fundas divergências de credo, seria difícil afirmar que mouros e mouriscos representassem, em realidade, um elemento extranho, uma insólita excrescência entre a população portuguesa. No curso dos séculos, em que passaram de dominadores a dominados, mais tarde a párias, cuka situação pôde ser comparada à dos negros atuais no sul dos Estados Unidos (1), e finalmente, por motivos religiosos, a uma espécie de quisto suspeito, se não perigoso, ~~e que, no entanto, se deixaria tragar~~ não deixariam de ser tragados completamente pela maioria e assimilados completamente com o tempo.

Mesmo fisicamente, êsses mouros, que incluiriam descendentes não só dos invasores muçulmanos oriundos do Maghreb, como também de antigos indígenas da península, não deviam destoar muito do grosso da população cristã. Certo viajante natural da Silésia, Nicolau de Popielovo, chegaria a dizer, em funs do século XV, que "em todas as terras da Andaluzia, Portugal e Algarves, casas e homens muito se assemelham, sendo que a diferença na educação, nos costumes e no aspeto geral, entre sarracenos e cristãos é percebida só e unicamente no que tange às respectivas crenças religiosas", que entre êstes últimos, entretanto, seriam bastante frouxas e sem conteudo (2).

---

(1) Earl Hamilton, "The Decline of Spain", cit., p. 172, n.-

(2) Nicolas de Popielovo, "Relación de Viaje", Viajes de Estranjeros po España y Portugal, p. 323.-

Conquanto o informante não o diga expressamente, essa mesma similitude exterior existiria entre os cristãos e os judeus, tão numerosos em toda a Península, em Portugal sobretudo, onde, aos já estabelecidos na terra, se tinham ido acrescentar muitíssimos outros, expelidos da Castela. Não se entenderia de outro modo a extrema facilidade com que muitos sectários da lei mosaica, batizados ou não, se faziam passar por bons católicos e até cristãos velhos. E ainda a frequência com que, sobre adeptos da crença da maioria, católicos, filhos e netos de católicos pelos quatro costados, chegassem a recair, além disso, suspeitas graves de judaismo. Assim, na grande comoção popular de Lisboa, em 16 de abril de 1506, foram indiscriminadamente assaltados, roubados, golpeados, queimados, hebreu e cristãos velhos, sendo que muitos dêstes, para se salvarem, se viam forçados a mostrar que não eram circuncisos. Tais fatos explicariam, por si sós, a grande importância alcançada, entre portugueses e, mais tarde, entre brasileiros, pela preocupação de "limpeza" de sangue, as habilitações de genere e, em parte, talvez, o gôsto dos nobiliários e livros de linhagem.

Além de se destacarem do grosso da população pelo seu credo, tal como acontecia com os mouros, êsses "homens da nação", se distinguiem, em muitos casos, por uma notavel agilidade mental, que naturalmente os predispunha ao bom êxito no negócio mercantil e, não menos, na especulação intelectual. Filippo Sassetti, que não os estimava, e nem aos demais portugueses, diz ao menos dos cristãos novos, que eram gente pouco melhor do que infame, ruins, pérfidos, desleais, sem honra ou coisa que fosse boa, a não ser um entendimento sutilíssimo. Este, aliado àqueles atributos, dava uma tal composição, que se alguém,

negociando com êles, não acabasse por lhes deixar os próprios bens, poderia considerar-se extraordinariamente capaz e estaria em condições ~~ões~~ de receber carta branca para quaisquer tratos e contratos.

Nos cristãos velhos, ~~muito~~ ao contrário, só conseguia ver, o florentino, homens de pouco saber, muito soberbos, tanto que arrancar-lhes alguém da cabeça um capricho e fazer o impossível era a mesma coisa. Tudo conheciam êles, tudo faziam, de suas pessôas tudo dependia, a sua era a melhor terra do mundo: e punham-se a provar com induções estas coisas. Eram loquazes e vãos, e se agarravam um pobre colocavam-no no papel de simples ouvinte. E três quartos de sua perolagem consistia em Vossa Mercê e em juramentos, que não sabia de lugar onde mais se jurasse. Juravam pelos Santos Evangelhos, e se queriam engrandecer a coisa e fazê-la digna de fé aos ouvintes, logo ajuntavam: e mais por estas barbas ou por êste rosto ! E tocavam nas barbas e em todo o rosto, não sem que movesse ao riso a quem visse êsses gatimanhos (3).

Gente demasiado cumprimenteira, conforme já o dissera Erasmo dos espanhois em geral; ambiciosos ao par disso, de incansáveis encômios à sua terra e aos feitos de seus heróis, prezavam, êsses genuinos portugueses, antes o aparato do que a substância e menos o negócio do que o "divino ócio". Nisto, sem dúvida, deviam ser bem diversos dos hebreus, tradicionalmente vezeiros em tratar com moeda e por tratos viver, segundo representaram os povos nas côrtes de 1472. Do agudo engenho dos converses, apontado por Filippo Sassetti, oferece testemunho um historiador de nossos dias, quando os compara aos espanhois de Castela:"Nada impedia (....) a raça importuna e vivaz de flo

---

(3) Filippo Sassetti, Lettere di...., p. 125.-

recer, como solo de eleição, entre gente tão hostil", escreve João Lúcio de Azevedo. E acrescenta:"Raras qualidades de inteligência e de energia devera possuir, e por muitos modos havia de mostrar-se superior aos nativos, para que, a seguir às catástrofes, logo recuperasse a supremacia, objeto de tantas invejas, e principal causa do ódio popular " (4).

Diferençavam-se, outrossim, dos verdadeiros católicos, por serem dados a práticas ancestrais, requeridas por sua lei e que, públicas antes de se desencadear a perseguição oficial, passariam a ser zelosamente disciplinadas e dissimuladas desde que se aboliram suas alfamas, esnogas e marcas distintivas. Ai do judeu pretensamente converso que se visse surpreendido em tais práticas è assim se tornasse objeto de denúncia às autoridades civís ou eclesiásticas !

Do monitório do Inquisidor Geral promulgado na cidade de Evora aos dezoito de novembro de 1536, menos de um mês, por conseguinte, depois de publicada a bula do estabelecimento da Inquisição, constam as formas de delito que, no todo ou em qualquer das suas partes bastariam para se inculpar e castigar aqueles que os cometessem, assim homens como mulheres, eclesiásticos, clérigos seculares, religiosos e religiosas, fosse qual fosse o estado, dignidade, preeminência e condição, isentos ou isentas, não isentos e não isentas.....

Assim, guardar o sábado, não fazendo nêle coisa alguma, vestindo-se ou ataviando-se de vestidos, roupas e joias de festa, e adereçando-se e limpando-se à sexta-feira, e fazendo comida de sexta para o sábado, e acendendo na dita sexta candeeiros limpos, com mechas novas, mais cedo do que aos outros dias, deixando-os assim acesos a noite inteira até que por si mesmos se apagassem; degolar rezes e a-

(4) J.Lúcio d'Azevedo, Historia dos Christãos Novos Portugueses, p.10.-

ves à forma e modo judaico, "atravessando-lhe a garganta", provando o cutelo na unha da própria mão e cobrindo o sangue com terra; não comer toucinho, nem lebre, nem coelho, nem aves afogadas, nem enguias ou pescado sem escama ou outras coisas defesas aos hebreus do Velho Testamento; jejuar o jejum maior dos filhos de Israel, que cai em setembro, deixando de comer até que saiam as estrelas e estar aquêle dia do jejum maior descalço, e alimentar-se à noite de carne e tijeladas, pedindo perdão uns aos outros; jejuar o jejum da rainha Estér e outros jejuns que costumavam de fazer os judeus, assim o das segundas e quintas-feiras, em que não comiam todo o dia, até à noite; solenizar a pás coa israelita e assim rezar orações judaicas, como o são os salmos penitenciais sem Glória Patri et Filio et Spiritu Sancto e mais rezas de judeu, orando contra a parede, abaixando a cabeça e erguendo-a, e tendo nessas ocasiões os atafais, que são umas correias atadas nos braços e postas sôbre a cabeça; comer, por morte de alguém, em mesas baixas e apenas pescado, ovos e azeitonas, em sinal de amargura, e andar por dó detrás das portas, e banhar os defuntos, lançando-lhes calções de lenço, amortalhando-os com camisa comprida, pondo-lhe por cima a mortalha dobrada à maneira de capal enterrá-los em terra virgem, e em covas muito fundas, chorá-los entoando litanias judaicas, por-lhes na na boca um grão de aljôfar, ou moeda de ouro ou prata, cortar-lhes as unhas e guardá-las, derramar ou mandar derramar água dos cântaros e potes sob a alegação de que vai nêles banhar-se a alma do morto, ou que o anjo percussor lavou a espada na água; lançar às noites de São João Batista e do Natal ferro ou pão ou vinho na água dos cântaros ou potes, dizendo que àquelas noites essa água se torna sangue; abençoar o pai aos filhos, ponde-lhe as mãos sôbre a cabeça, abaixando-lhe a

mão pelo rosto abaixo sem fazer o sinal da cruz; circuncidar os filhos quando nascem e pôr-lhes secretamente nomes de judeu; rapar o óleo e a crisma que foram postos nos filhos quando batizados e logo após a cerimônia do batismo (5): todas essas práticas atrozes são indícios seguros de apostasia ou infidelidade entre os que passam geralmente por cristãos novos. Delas, algumas ainda hoje subsistem, aqui e ali, no Brasil como em Portugal, mesmo entre cristãos sinceros, certamente ignorantes de sua origem, que, em outra época, eram de molde a justificar penas exemplares.

Não faltaria naturalmente, naquêles tempos, quem, para salvar-se em tais circunstâncias, tentasse peitar os próprios oficiais do Santo Ofício, como sucedeu a certo Jorge Dias de Leiria, cristão novo morador em Évora. O qual, por êsse delicto, se viu condenado a degredo para o Brasil, em auto da fé celebrado em 1582 na Ribeira de Lisboa, na presença de Filipe II e do arquiduque Alberto (6).

Outros, talvez a maioria, tratavam de apegar-se à proteção de algum padrinho eficaz. Contudo, êste último expediente, de ordinário tão poderoso em terras ibéricas, não surtia obrigatoriamente o desejado efeito, tal a ogeriza em que se tinham os crimes de apostasia. Há a êsse respeito um exemplo característico e que a alguns pareceu explicar a origem do primeiro poema impresso, que se compoz no Brasil, e em parte sôbre assunto brasileiro.

Denunciado, com efeito, a partir de 159 , perante o visitador do Santo Ofício às partes de Pernambuco, nosso Bento Teixeira iria

(5) "Monitório do Inquisidor Geral", Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil. Confissões da Bahia, p. XXX ss.-

(6) Virginia Rau e Maria Fernandes Gomes da Silva, Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil, I. p. 3.-

agarrar-se a uma personagem particularmente eminente naquela capitania e em Portugal, a Joege de Albuquerque Coelho, o heroi de sua Prosopo - péia, esperançoso de que intercedesse junto aos inquisidores ou aos ju izes seculares com o mesmo resultado que alcançou Duarte de Albuquer - que, irmão de Jorge, ao proteger o Padre de Ouro. Essa a conjectura a que foi levado o sábio historiador Rodolfo Garcia, depois de observar: "Por que, com culpas tão graves no cartório do Santo Ofício, não teve o castigo merecido, é dificil atinar" (7). Sucede, apenas, que ao im- primir-se o poema em 1601, Jorge de Albuquerquer já não devia perten - cer ao número do s vivos. E posto que seu autor pudesse contar, por - ventura, com o socorro dos parentes do defunto, o certo é que, mereci- do ou não, receberia, afinal, o castigo devido aos seus muitos pecados.

A publicação recente dos catálogos dos manuscritos pertencen tes à Casa de Cadaval, de que Rodolfo Garcia certamente não chegara a tomar conhecimento, permite apurar (como,) já àquele tempo, o poeta, "cris tão novo, mestre de gramática, filho de Manel Alves, natural da cidade do Porto e morador em Pernambuco", fôra punido no domingo último de ja - neiro de 1599 em auto da fé celebrado na sala dos Estaus, em Lisboa, (ao lado de) mais dois companheiros.

Não se diz que espécie de punição lhe foi atribuida. Entre aqueles dois ésditosos companheiros, porém, ambos condenados, com ele, por judaismo, e incluidos igualmente nas Denunciações de Pernambuco, es tá a alcorcovada Beatriz ou Brites da Cunha - o segundo é um Rui Gomes, ourives, nascido em Lisboa -, de quem chegou a escrever Pereira da Cos ta, que, acusada de judaizar, "foi a infeliz senhora atirada aos cárce- res da Inquisição, e, confiscados os seus bens (...) arrematados peran

(7) Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil. Denuncia- ções de Pernambuco, p. XXVIII.-

te a vedoria do Santo Ofício". E acrescentou: "Ignora-se a sorte dessa primeira vítima da Inquisição em Pernambuco, mas é tradicional que morreu queimada em um dos autos da fé celebrados em Lisboa".

A êsse respeito mostra-se bastante cético Rodolfo Garcia no prefácio que escreveu para a edição das citadas Denunciações. O referimento, diz, "desacompanhado de qualquer desabonação documental, fundado apenas em tradição difícil ou impossível de apurar, deve ser relegado para o domínio das lendas, onde não faria má figura".

Se os documentos agora publicados, da cada de Cadaval, não chegam a desautorar inteiramente êsse ceticismo, é certo, em todo caso, que tornam menos inverossímil a tradição reportada por Pereira da Costa. Seja como for, êles vêm juntar um novo dado, merecedor de maiores indagações, para a história dos credos acatólicos entre nós.

E, a bem dizer, não apenas para a história dos judeus e cristãos novos. Pois na lista das pessoas saídas de um auto da fé de que dão notícia, realizado na Igreja do Convento de São Domingos de Lisboa, em 1633, lá aparece, condenado a degredo de cinco anos para o Brasil, certo Gaspar Preto, mouro ou que se dava por tal, oriundo de Vila Garcia, no arcebispado de Braga. A condenação, aliás, não resultava do fato de professar, porventura, a religião dos infiéis, mas de "rezar de sortes e feitiços, com graves urgentes indícios de ter pacto com o diabo" (8).

Se determinadas usanças, ainda hoje conhecidas no Brasil e sem dúvida em Portugal, sobretudo entre populações rústicas, que as praticam sem conhecer de ordinário suas raízes, como já foi dito, podem indicar a presença de alguma remota influência israelita, não é facil dizer-

(8) V. Rau e M. F. Gomes da Silva, op. cit., p. 24.-

se o mesmo, com a mesma segurança, de certos movimentos messiânicos surgidos, por exemplo, entre nossa gente sertaneja em, muito em particular, aquêles, como os da Santa de Pedra (1819) e da Pedra Bonita (1838) em Pernambuco, ou, mais recentemente, como o de Canudos (1893-1897), no sertão da Bahia, todos êles animados, de modo expresso, pelo ideal de volta de São Sebastião, o redentor prometido, que inspirava trovas como esta aos jagunços fanáticos de Antônio Conselheiro:

Visita nos vem fazer
Nosse rei Dom Sebastião
Coitado daquêle pobre
Que estiver na lei do cão.

A presença, em certos lugares do Brasil, de comunidades de sebastianista, verdadeiro ponto de partida, talvez, de algumas dessas explosões messiânicas, é assinalada por viajantes estrangeiros que os percorreram já em princípio do século passado. Para Spix e Martius, que os puderam conhecer de perto, seria lícito quase afiançar que representavam o único traço de poesia e até de romantismo existente na vida do povo, entre nós: "a história de uma nação que apenas data de uns poucos século", escrevem, "não se perde, como as dos Estados europeus, nos portentos de um passado ignoto; seus antecedentes bem sabidos não enriquecem a fantasia de quadros poéticos..." (9).

---

(9) Spix und Martius, Reise in Brasilien, II. p. 506 s. A continuação dêsses devaneios, que merecem ser lembrada aqui, diz ainda o seguinte: "Seria injustiça, no entanto, querer atribuir à carência de uma poesia épico-romantica, nêsse caso, unicamente à juvenilidade do povo brasileiro; seus fundamentos ela os tem, além disso, no próprio caracter dos seus antepassados. Os portugueses exibem, ao longo de toda a sua história, antes uma vida nacional prática, voltada para fora - através das navegações, descobrimentos, conquistas, tráficos -, do que aquela quietação poética que, entre muitos povos do Norte, permite associarem-se os próprios feitos e destinos a um mundo de fantasia, onde êstes se engalanem".-

N América Portuguesa e mormente em Minas Gerais, onde os encontraram, ao que parece, pela primeira vez, seriam êsses sebastianistas mais numerosos, então, isto é por volta de 1818, do que na própria mãi pátria. Oe retrato que dêles nos deixaram os naturalistas condiz mal, no entanto, com essa pintura romântica, e parece sugerir antes a frieza austera e ascética de certas confissões protestantes.

Os sequases do credo sebastianista distinguem-se, segundo êles, antes de tudo por sua diligência, parcimônia e caridade. Um dêsses sequazes, o velho Guarda-Mór Inocêncio, que tão cordialmente os acolheu em sua fazenda, junto ao arrial das Catas Altas, entre cartas geográficas, um mapa-mundi, livros denunciadores de graves preocupações científicas, fê-los pensar, involuntariamente, num verdadeiro quaker (10).

Toda a descri ão e, ainda mais, a evocação dos quakers, leva-nos a ver nêsse tipo de sebastianismo uma curiosa mescla de exaltação política e de seita - é sta a expressão que ocorre imediatamente aos viajantes - com um fundo espeiritual e a cético. Seita no sentido que à palavra deu modernamente Troeltsch, para designar, em contraposição às "igrejas" constituidas, certos grupos relativamente reduzidos de fieis, que aspiram à perfeição interior do indivíduo e à boa camaradagem entre os participantes do grupo. "Desde seu início, por conseguinte, vêm-se elas forçadas a organizar-se em pequenos agrupamentos, e a renunciar à idéia de dominar o mundo. Sua atitude com relação ao mundo, o Estado e a Sociedade pode ser indiferente, tolerante ou hostil, já q ue êles não têm o desejo de dirigir e incorporar essas formas de vida social; ao contrário, tendem a evitá-los: seu objetivo u-

---

10) Spix e Martius, op. cit. I. pp. 403 ss.-

sual consiste, ou em tolerar a presença delas concomitantemente com o agrupamento sectário, ou então a substituir essas instituições sociais pela sua própria sociedade (11).

É um pouco esta última alternativa que tem levado, ~~eventualmente,~~ alguns dêsses agrupamentos, entre nós, a rebeliões armadas como o foi Canudos. A "seita", usualmente pacífica ou indiferente em face de instituições que não correspondem à idealização messiânica, já que a realização das profecias resultaria de fatos extra-rhos ao poder do agrupamento, pôde tornar-se subitamente agressiva, desde o momento em que encontrou um chefe sagrado, arauto ou encarnação dos vaticínios. E, além disso, condições sociais e econômicas aparentemente propícias ao seu desenvolvimento e que se vieram incrustar no corpo da seita.

O estudo, pois, de certos movimentos sertanejos de fundo messiânico, verificados especialmente no Brasil, devera fundar-se, a partir de um elemento historicamente verificavel - a presença de agrupamentos sectários tais como o do sebastianismo -, sôbre critérios mais estritamente sociológicos do que "biológicos", por exemplo, ou geográficos, ou simplesmente políticos, como tem ocorrido algumas vezes.

O único dêsses estudos que pa rece atender verdadeiramente àqueles critérios sociológicos, foi empreendido, no entanto, sôbre um movimento - a chamada "guerra santa" do Contestado - que não apresenta, como núcleo, um mito messiânico relativamente definido, e seria, êste, o caso do sebastianismo (12). Ou então, se efetivamente existe êste

---

(11) Ernst Troeltsch, The Social Teaching of the Christian Churches, I p. 331.-

(12) Maria Isaura Pereira de Queiroz, La "Guerre Sainte" au Brésil: Le Mouvement Messianique du Contestado, Sao Paulo, 1957.-

se núcleo, não é claramente discernivel. Parece significativo que alguns traços peculiares aos movimentos messiânicos do norte ou do nordeste, em contraste com êsse do Contestado - movimentos em que os crentes, para alcançarem o Paraiso Terrestre, se dobram aos mais penosos jejuns, tôda idéia de prazer e satisfação é banida, as roupas se tornam informes e sombrias, beleza e ornamentos são condenados, as mulheres não devem nem mesmo se pentear e os homens que buscam uma vida mais pura não podem sequer olhá-las de frente" (13) -, tanto podem ter a base geográfica mencionada pelo autor do estudo em apreço, onde alude ao fato de se desenvolverem em uma região constantemente ameaçada pela seca, em que os homens vivem sob o terror de verem destruido seu trabalho, seus bens, a própria vida e procuram então abrandar um Deus cuja cólera é inexoravel, como filiar-se ao ascetismo sebastiânico. Ascetismo, êsse, que já é manifesto, de algum modo, na laboriosidade e parcimônia de alguns dos seus adeptos.

A idéia de que o sebastianismo, ao menos em suas origens, chegou a ter alguma relação com o fervor messiânico da população judaica ou cripto-judaica de Portugal, no século XVI poderia ser abonada até certo ponto pelo fato do célebre sapateiro Bandarra, profeta ou pretexto da "seita", ter conquistado entre 1540 e 1550, antes, por conseguinte, de Dom Sebastião, as bôas graças de alguns judeus encobertos, que se teriam deixado seduzir pelas suas trovas, carregadas de reminiscências do Velho Testamento, no sentido como na linguagem. Ele próprio, embora sem confirmar as esperanças de um ou outro cristão novo que já imaginava anunciada a vinda do Messias, também não se preocuparia em desenganá-las.

---

(13) M. I. Pereira de Queiroz, op. cit. p. 280.-

O mais ilustre historiador do movimento em Portugal vai mesmo ao ponto de dizer que "da esperança judaica no Messias, amalgamada com vaticínios trazidos da Espanha, e resíduos de lendas do ciclo arturiano, conservadas na tradição popular, veio a brotar o sebastianismo"(14). Em outro lugar observa: "O messianismo passava por contágio aos cristãos velhos, e a circulação de sangue hebraico, cada vez mais copiosa, preparava a receptividade nas gerações novas. Pouco a pouco se foram introduzindo na consciência nacional as idéias aparentes nas Trovas, e afinal soou a hora em que todo Portugal esperava o salvador prometido, para uns o filho da casa de David, anunciado a Israel, para outros o rei Desejado. Neste sentido foi o Bandarra verdadeiramente profeta, não porque acertasse nos prognósticos, mas pela acção intensa que no seu povo exerceu" (15). E ao lembrar como, entre os moradores da Beira, cuja misticidade, que supõe facil credulidade, deu origem a tantas chacotas de Gil Vicente, foi onde as profecias do Bandarra ganharam maior número de adeptos - D. João de Castro já falara, a propósito, no "corduno grande que houve de cópias principalmente pela Beira" -, não deixa o mesmo historiador de explicar essa boa acolhida pelo fato de que "lá justamente abundava a gente hebraica" (16).

Semelhante concepção, que vê no messianismo uma tendência relacionada de modo inseparavel com a "raça" hebraica, transmissivel pela hereditariedade, assemelha-se muito a certas explicações puramente biológicas daquêle fenômeno. Em vez de constituir um dos elementos que assegurem a coesão e o equilíbrio social para as comunidades israelitas, enquanto distintas da maioria cristã e, por vários aspetos

---

(14) J. Lucio de Azevedo, A Evolução do Sebastianismo, p. 9.-

(15) J. Lucio de Azevedo, A Evolução do Sebastianismo, p. 29.-

(16) J. Lúcio de Azevedo, A Evolução do Sebastianismo, p. 16.-

resistentes a ela, passa a ter existência própria, podendo, por si só, sobreviver à desintegração, decadência ou absorção das mesmas comunidades na massa do povo.

Não parece absurda, certamente, e é, ao contrário, bastante plausivel a crença na possibilidade do messianismo judaico ter chegado a tornar mais facil, com seu exemplo, a eclosão, em Portugal, da chamada seita sebastianista. É muito menos provavel, porém, que viesse a disseminar-se no reino inteiro e em suas terras ultramarinas, com a "circulação do sangue hebraico", adaptando-se, nêsses casos, a novas exigências, adquirindo função nova, e assumindo características inteiramente diferentes, sem, contudo, perder, com isso, a marca indelevel de suas longínquas origens.

Essa explicação "biológica" ou racial não parece valer muito mais, em verdade, do que outra, sugerida por Clemens Brandenburger a propósito da notavel importância que no Brasil se começa a atribuir já durante a segunda metade do século XVIII, às ciências aplicadas. Admitindo que isso é explicavel largamente num país que se desenvolvera antes de tudo graças à mineração e à lavoura e também que a existência, por si só, de numerosas moléstias próprias dos trópicos, justificaria a aplicação de muitos dos seus moradores ao estudo da medicina, parece-lhe no entanto, que não é descabido perguntar-se até que ponto as "influências semíticas" teriam agido sôbre essa orientação espiritual voltada para os problemas da vida prática.

Essa questão leva-o a notar a consideravel porção de sangue "semita" que entrara no povo português, desde o tempo dos fenícios e, mais tarde, dos árabes estabelecidos na península ibérica. Sabemos também, acrescenta, como o número de judeus e de cristãos novos que, em face das perseguições de que eram objeto por parte das Inquisições

vinham buscar abrigo na colônia - abrigo êsse, aliás, que nem sempre foi muito seguro - chegou a ser digno de nota. É muito dificil, em todo caso, afirmar qualquer coisa de preciso acerca dessa influência judaica, por isso que os próprios descendentes dos hebreus foragidos faziam o possivel, como se pode facilmente conceber, para que ela se dissimulasse ou fosse esquecida. "Por isso mesmo", concluí Brandenburger, "podemos, enquanto faltam estudos especializados sôbre essa questão, dizer apenas, de modo muito genérico, que o influxo semítico deve ter existido, sem, contudo pretender comprovar o fato em todos os pormenores" (17).

Caberia, de passagem, perguntar ainda por que motivo essa herança racial se teria manifestado aqui, em gráu tão notavel justamente numa época em que o progresso alcançado pelos métodos experimentais e, em suma, pela revolução científica, chegaram a marcar tão vivamente muitos paises da Europa assim como, de modo menos preciso e às vezes um tanto provinciano, várias sociedades coloniais do Novo Mundo.

De fato, nada faz crer que, segregados, a princípio, em suas judiarias e, mais tarde, forçados por uma série de circunstâncias a fazer com que se dissipassem certos traços ~~que pudessem vir a~~ capazes de trair suas origens, aos hebreus de Portugal estivesse reservado deixar vincos tão fundos e persistentes de suas características e peculiaridades.

---

(17) Clemens Brandenburger, Brasilien zu Ausgang der Kolonialzeit, p.139

V.

É exato que, dados, embora, a ocupações ordinariamente desdenhadas e condenadas pelos cristãos velhos, quando não pela Igreja, nem por isso se pode dizer rigorosamente que êles representassem um corpo de todo intragavel para a gente lusitana. Nem o fato de terem achado seus maiores defensores entre as camadas mais altas, a nobreza e até o clero, ~~de que entre o povo miudo,~~ levará a crer que vivessem ~~inteiramente~~ albergados da gente miuda ~~das camadas humildes,~~ que constituiriam o grosso da população portuguesa.

Se em nítido contraste com os mouriscos, por exemplo, ~~que~~ mostravam-se muitas vezes ~~naturalmente~~ avessos ao labor agrícola, nada indica, por outro lado, que se confinassem aos seus tratos mercantís, que tanto renome e tanta oposição lhes acarretariam. Muitos, certamente a maior parte, entregavam-se também a profissões modestas, que lhes permitiriam estabelecer maior convívio com o ~~gente~~ povo humilde, e não apenas com os homens principais. Documentos procedentes da albergaria de Évora, utilizados por João Lúcio de Azevedo, mostram-nos como, além de mercadores, curandeiros e astrólogos, havia-os, em grande número, empregados em trabalhos manuais, como os de feltreiros, tecelões, esmaltadores, alfaiates ou gibeteiros. O de ferreiro, a que tanto se aplicavam os mouros, por mais que alguns também lhes atribuissem uma decidida preferência por ofícios menos pesados, é que os não atraia vivamente, se

gundo parece, ~~e talvez por exigir grande dispêndio de esforço muscu -~~ ~~lar~~ (1). Nem, ao que consta, e pelas mesmas razões, o de pedreiro.

A mesma situação prevaleceria, muito provavelmente naquêles domínios do ultramar onde abundássem os cristãos novos. Durante a primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, efetuada entre 1591 e 1595, e que apenas se deteve na Bahia e nas capitanias "de cima", ou seja o atual Nordeste, era, de longe, o mais considerável o número dos conversos abertamente dedicados aos negócios mercantís. Havia-os, no entanto, distribuidos por alguns dos diferentes misteres em que sempre puderam realçar-se na península, tais como os de alfaiate, serigueiro e ourives, sem falar nos físicos e cirurgiões, ou "çorgi - ans", da marca do tão citado mestre Afonso, já falecido à chegada dos visitadores. Assim também, dentre os raros mouriscos domiciliados ou estantes na Bahia, àquela época, um apenas, Jorge Fernandes, tem sua ocupação expressamente assinalada, a de pasteleiro justamente, que era vedada, com graves penas, aos de sua ~~raça~~ origem no regimento estabelecido em 1572 pelo Senado da Câmara de Lisboa, conforme já foi dito acima.

Sôbre os que empregavam seu tempo em ocupações a que a gente hebráica, em particular, sempre se mostrara afeiçoada, tudo faz crer que recaissem constantemente suspeitas de apostasia, partidas dos cristãos devotos ou invejosos, embora nada pareça indicar a existência de alguma especial aversão pelos que parecessem sinceramente conversos. De modo que, para por a prova a sua sinceridade, não faltavam recursos de toda espécie, mesmo os menos seguros ou convincentes, e alguns nada dignificantes para os que dêles se valiam.

É de lembrar-se a êsse respeito, como exemplo, o que se deu

---

(1) J. Lúcio de Azevedo, "Organização Econômica", in Damião Peres e outros, Historia de Portugal, II, p. 443 s. -

certa vez na Bahia, em 1591, onde um estudante chamado Fernão Garcia, que andava na primeira classe juntamente com Manuel de Faria, meio c cristão novo, se serviu de curioso estratagema afim de certificar-se se êste seu colega continuava a seguir os preceitos mosaicos, compatíveis com sua origem materna. Assim foi que, numa sexta-feira, tratou de dissimuladamente molhar o dedo no tinteiro, e o tocou por trás sem ser sentido, no filete da camisa ao dito Manoel de Faria, para saber se a traria vestida no outro dia, que era sábado. O plano parecia corresponder às suas expectativas, pois o fato é que Manoel não deixou, ao dia seguinte, de comparecer com outra camisa, esta lavada e "de abanos enroscada", bem diferente da que trouxera à véspera. A lída, já na semana anterior vira ao dito Manoel de camisa lavada, vestida no mesmo sábado, diversa da que tinha usado um dia antes, na qual Garcia puzera outro sinal de tinta.

Como levasse tais circunstâncias ao conhecimento da mesa do Santo Ofício, não deveram elas parecer prova bastante das suspeitas do denunciante. Tanto que lhe perguntaram os inquisidores se ignorava ser costume da gente da terra, por ser quente e transpirar-se muito, vestir cada dia camisa lavada. Ao que retrucou Fernão Garcia ter ouvido, com efeito, falar na existência de semelhante uso entre os que tinham posses, mas não sabia se o seu colega também o praticaria. E "do costume" disse ser amigo do denunciado (2).

Uma sumária consideração das denúncias de Pernambuco, durante a visitação do Santo Ofício àquelas partes, não só revela a proporção notavel de cristãos novos na população local - porporção que acontecimentos ligados à ocupação holandesa irão reafirmar posteriormente -

---

(2) Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denunciações da Bahia, pp. 494 e.-

como as formas de atividade que recebiam suas preferências. Assim é que no ~~inquérito~~ rol apurado dos denunciantes, denunciados e eventuais testemunhas com profissão manifesta naquêles textos, pode verificar-se como, entre cento e trinta e sete pessoas do sexo masculino, residentes ou estantes em Pernambuco, quarenta e duas, quer dizer mais de um terço, seriam judeus mal ou bem convertidos. É bem possivel que fosse ainda maior sua proporção efetiva, pois não faltavam os que pretendessem esconder tal origem, e houve até quem, depois de se proclamar cristão velho, tornou à mesa para desdizer as próprias palavras, receioso, porventura, de que outrem o fizesse em seu lugar, por onde se gravaria, com o de falso juramento, o crime de pertencer à raça odiada.

No que toca às profissões exercidas por aquela gente, uma parcela consideravel de cristãos novos confessos ou sabidos aparece distribuida entre os mercadores e tratantes de qualquer espécie, isto é, dezoito ao todo, dentre os citados quarenta e dois. O contraste com os cristãos velhos avultará sensivelmente quando se considere que êstes, por sua vez, de um total de noventa e cinco indivíduos, se apresentam unicamente com o referido "tratante". Essa porcentagem mínima só sofreria ligeira mudança se considerassemos que outro cristão velho lá aparece como "vinhateiro", nome genérico em português e que tanto se pode ligar àquêles que cultivam vinhas e aos que fabricam vinhos - misteres que nã se filiam rigorosamente à profissão mercantil -, como ainda aos negociantes dêle. Uma vez que em Pernambuco seria improvavel qualquer das duas primeiras atividades (a menos que se não se tratasse, no caso, de vinhos de uva), parece forçoso incluir Antônio Correia, o vinhateiro em questão, entre os simples mercadores.

É curioso notar como, ao trabalho rural, se mostravam, no

Brasil, menos adversos, os cristãos novos, do que o eram tradicionalmente em Portugal. Não haveria nisso uma possivel relação com a base semi-capitalista em que repousava nossa lavoura canavieira, destinada sobretudo a produzir para exportar ? De qualquer forma, tendo-se em conta que, dos quarenta e dois cristãos novos incluidos nas Denunciações, com os respectivos ofícios, doze aplicavam-se a ocupações rurais - pouco mais de vinte e oito por cento - ainda é muito baixa em confronto com a dos cristãos velhos em idêntica situação.

Importa observar mais que a expressão trabalhos rurais não abrange, aqui, exclusivamente lavradores, no sentido mais estrito da palavra. Inclui, igualmente, senhores de engenho, feitores, purgadores de açúcares, mestres de açucares e outras ocupações associadas, de ordinário, à lavoura da cana. E entre os cristãos novos que se arrolam como simples lavradores ' lavradores, porém, ao modo do Brasil, isto é dispondo sempre de escravos, que os poupam dos trabalhos mais duros, pois são como seus pés e mãos -, não faltaria quem, e é o que se diz abertamente de um certo Simão Henriques, conservasse, ao mesmo tempo sua antiga profissão de mercador. Por outro lado, essa relação de chamados inteiros cristãos novos não consta de simples conversos, de cristãos novos "inteiros", como então se dizia. Vários dêles, que se aplicavam ao míster agrário, não passavam de meios cristãos novos (ou "meios cristãos velhos"), e de um, chamado Jerônimo Pardo Barros, diz-se em seu depoimento que tinha "raça de cristãos novos".

No que diz respeito aos ofícios manuais predominantemente citadinos irá repetir-se em Pernambuco o que também ocorre na Bahia e no Reino. Os oito alfaiates assinalados nas Denunciações pernambucanas dividem-se igualmente entre cristãos velhos e conversos -- quatro para

cada um dos dois grupos-, o que naturalmente realça a participação relativa dos últimos, sendo êles minoria, de fato, no conjunto da população . Sucede mais que, dos quatro alfaiates pertencentes ao grupo cristão velho ou tido por tal, dois são simples "obreiros", isto é dependem de mestres, porventura conversos, como é, seguramente, o caso de um dêles, de Gaspar Manuel, obreiro de Cristovam Martins, cristão novo.

Os boticários são, invariavelmente, de origem judaica, e assim, também, o único ourives assinalado, a saber Rui Gomes, um dos condenados, por apostasia, no auto da fé celebrado em Lisboa, na sala dos Estaus, em fins de janeiro de 1599. Além disso, entre os quatro mestres de ensinar moços, que incluem o Bento Teixeira da Prosopopéia, condenado juntamente com Rui Gomes, só de um se diz que era cristão velho. Por outro lado, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, pedreiros, pescadores, são invariavelmente ocupações de cristão velho.

Tanto quanto no Brasil é ilusório presumir-se que, mesmo em Portugal, apesar de pouco inclinados à lavoura, se concentrassem os judeus e seus descendentes exclusivamente nos meios urbanos populosos e ricos, onde lhe fosse permitido auferir lucros maiores da mercância e também dos ofícios manuais. A presença dêles em várias aldeias é atestada em mais de um documento antigo e, ainda em nosso tempo, verificaram-na as investigações de um Eduardo Schwartz, que pôde surpreender muitos dêles em pequeninos lugarejos, praticando ainda, fielmente, e às escondidas, muitos dos ritos e rezas prescritos tradicionalmente pelo seu credo.

Nem é muito lícito afirmar que, onde estivessem confinados às alfamas fosse maior sua segregação do que, por exemplo, a dos mouros nas mourarias. Do contrário mal se explicaria o fato, largamente ates-

tado, de se terem recrutado de preferência entre judeus e judias os antigos casamenteiros, que é mister dificilmente concebivel sem uma perfeita familiaridade com os hábitos dos que podiam servir-se de sua prática nêsse setor, e eram, em muitos casos, cristãos velhos.

Entre as razões que servem para explicar a maior repulsa inspirada pelos hebreus, comparados aos mouros, sobretudo na massa popular, deve incluir-se a de que, já em épocas pouco anteriores às grandes perseguições, formavam, êstes últimos, uma raça de párias ou felás, contentes, aparentemente de sua pobreza e quase sempre incapazes de suscitar rivalidades ou ciumes perigosos. Ao passo que os outros, os "da nação", como eram chamados, encontravam inúmeras possibilidades de rápida ascenção social, devido, não apenas à sua perspicácia proverbial e tino, o "entendimento sutilíssimo" de que já falara Filippo Sassetti, como também a solidariedade íntima que unia, uns aos outros, os correligionários.

Entre a gente mais grauda, os choques que pudessem provir dessa ascenção seriam muitas vezes aquietados pelo desdem sobranceiro em que eram havidos muitos dos meios utilizados pelos hebreus para se alçarem às posições mais conspícuas. "Não temais, Herculano", exclama um dos interlocutores de certo diálogo de frei Amador Arrais, "que se transformem os portugueses animosos em mercadores cubiçosos, e assim percam o Império da Índia, que conquistaram como esforçados cavaleiros, porquê os não leva a isso seu alto natural e grandioso espírito. Esse mal é decerto gênio, e de homens que não levantam o peito da terra;mas são como serpentes, que cobrem de terra seus ovos, segundo relatam Plínio e Aristóteles"(3).

---

(3) Frei Amador Arrais, Dialogos, p. 108.-

Era evidente que, do trato mercantil, não pode prescindir uma nação. Que outros o exercessem, porém, e dêle grangeassem grandes cabedais, bem pouco se lhes daria, contanto que não o exercessem êles próprios ou seus filhos e netos, pois que a homens de tão elevado ser não pertencem mistores de vilão e, como dirá D. Francisco Manuel de Melo, muito comprida é a distância que vai de lícito ao conveniente.

Assim cuidavam, ao menos, ou julgavam cuidar tão nobres varões, ainda que se possa admitir, e é provavel, que não encarassem muitas vezes de bom semblante aquela riqueza imensa, em fazendas e, depois, naturalmente, em honrarias que ia parar às mãos de gente tão ínfima. De sorte que, ou iam fazer causa comum com a ralé intolerante, volvendo-se às clamas contra o cristão-novo e o judeu encoberto, ou acabavam por vencer o próprio desgosto, chegando-se e até misturando-se a êstes, com o que se contrapesavam mutuamente os danos, se os houvesse, e principalmente os proveitos resultantes de tais alianças.

Se a contagião do sangue, pela mistura com cristãos velhos, a muitos repugnava, e era a causa ostensiva da oposição feita aos próprios convertos, em muitas ocasiões, outros sempre houvera, embora nem sempre o confessassem, para os quais a única e a verdadeira pureza era a da fé. Vieira, que pensava com êstes últimos, e não hesitava em confessá-lo nas palestras, nas cartas e do próprio púlpito, pôde lembrar a propósito, certa vez, invocando Santo Agostinho, como o esterco, fora de seu lugar, suja a casa, e posto no seu lugar fertiliza o solo. Aplicando a semelhança e doutrina ao que lhe parecia ocorrer em Portugal, não teve dúvidas em recomendar que tirassem os judeus de onde sujavam a casa lusitana e os pusessem onde fertilizas -

sem o campo.

Em palavras mais precisas, escrevendo a D. Rodrigo de Menezes, assim sumariava suas idéias a êsse respeito:"Lancem-se de Portugal os judeus, os sacrílegos, os ofensores a Deus, e fiquem em Portugal os mercadores, o comércio, a opulência, e tenham de aqui por diante separados a doutrina, que nunca tiveram até agora, e os que se convorterem serão verdadeiros cristãos, e os demais importa pouco que vão ao inferno de aí ou de outra parte, como de aqui vão também aos pés de S.Pedro"(4).

Assente, com os mais ilustres padres e doutores da Igreja, que a pureza da fé chega a sobrelevar ou suprir a outra, a de casta e sangue, e admitido outrossim, que a tolerância e a boa vontade para com os conversos frutificariam em extraordinárias vantagens espirituais, evitando-se assim ao mesmo tempo muitos inconvenientes temporais, como estava a mostrar o próprio modelo da Santa Sé, lei e espelho da Cristandade, caíam naturalmente por terra as barreiras erguidas contra os próprios casamentos mixtos. E não é de admirar, pois, segundo observou João Lúcio de Azevedo, que a estirpe judaica invadisse os lares católicos, não repugnando às melhores famílias a aliança, que os escrupulosos rejeitavam com horror.

Media-se por graus, conforme já foi visto, a mescla estabelecida pelo matrimônio:"meio cristão novo, quarto de cristão novo, são linguagem própria da Inquisição. Os maridos da nobreza eram bucados com afã para as filhas dos hebreus opulentos. Compram a peso de ouro genros cristãos velhos, dizia dêles, no século XVII, um ob-

(4) Antônio Vieira, Cartas do Padre...., II, p. 375.-

servador que não tinha medo às verdades. Pela transação, obtinham certa dose de imunidade das perseguições. E tão despejado era o proceder, da parte dos católicos, que às vezes exigiam para as núpcias fiança aos bem dotados, para não se arriscarem à devolução, no caso do sogro ser preso e condenado à confiscação por delitos anteriores ao casamento, o que também podia suceder à própria desposada (5).

O que sucedera aos mouros e mouriscos, que se deixaram ficar em grande número na península, sem embargo dos decretos de expulsão, também ocorreria notavelmente em Portugal com os hebreus. O mesmo historiador dos cristãos novos lembra, efetivamente, que, mais de cem anos passados da expulsão, sessenta e tantos de perseguição legal pelo Santo Ofício, morticínios ocasionais, como o da capital, em 1506, emigração para terras extranhas, clandestina ou autorizada, segundo os tempos, não impediam que, ao fim do século XVI houvesse no Reino mais gente da estirpe hebráica do que à época de sua expulsão real ou suposta. Em documento dirigido em 1624 a el-rei pelos inquisidores, pretendia-se que das dez mil famílias de judeus, que quando muito teriam ficado em Portugal, o número se elevara a duzentas mil, e isso, mesmo sem ter em conta a famosa fecundidade da gente de Israel, equivaleria pelo menos a um milhão de indivíduos (6).

Como ainda nota com justeza João Lúcio de Azevedo, bastaria comparar-se essa cifra com o que se julga fosse o total da população do Reino para se reconhecer o exagero do cálculo dos inquisidores. Seja como for, êle nos ajuda a apreender a extensa partici-

(5) J. Lúcio de Azevedo, "Organização Econômica" in Damião Peres e outros, História de Portugal, V. p. 303.-

(6) J. L. de Azevedo, op. cit., p. 302.-

pação que tinha então e ainda vivia a ter em Portugal a gente de estirpe hebraica. Extintas as alfamas era natural que, estabelecendo-se agora, no meio do povo cristão, confundida e misturada cada vez mais com êle, apesar das recriminações, suspeitas e antipatias de que era alvo constante, acabasse, em grande número, por diluir-se na massa dos seus inimigos e perseguidores.

Sucedeu mesmo que, do meio dos cristãos novos, esquecidos alguns de suas origens, outros empenhados em fazê-las esquecidas, saíram muitos dos mais rancorosos adversários de sua raça. A histó - ria pode mais facilmente assinalar casos de conversos que ocultamente judaizaram, dos renegados ou tornadiços, que se viram condenados, ao cabo, nos autos da fé. Poucos dados nos restam porém sôbre os outros, certamente muito mais numerosos, que se esforçaram por deixar obliterado tudo quanto os impedisse de integrar-se sem estorvo nas crenças e usos da maioria cristã. Não nos iluda a mania da limpeza de sangue que penetrou até os conselhos, irmandades e grêmios de artesanato, quando maior, justamente, deveria ser entre êles o acesso de cristãos novos, É muito provavel que em Portugal também se dessem fatos como aquêle, referido por Menéndez Pelayo, do estatuto dos pedreiros de Toledo, que, sendo quase todos mudéjares ou mouriscos, consignavam no entanto, a exclusão de todo indivíduo que não tivesse sangue limpo (7).

Justamente êsse pendor comum a tantos cristãos novos para renegar com agressiva intransigência a fé e estirpe dos antepassados terá favorecido poderosamente sua absorção pela maioria, até se perderem na massa da população. Não é preciso recorrer a misteriosas

---

(7) Marcelino Menéndez Pelayo, Historia de los Heterodoxos, I. p. 724.

fatalidades biológicas para admitir que o hábito dos negócios, muitos dêles o conservassem mesmo depois de apagada em definitivo a marca da origem, transmitindo-o aos descendentes, com o que terão contribuido para formar-se em Portugal uma burguezia mercantil cada vez mais ampla, sobretudo nas regiões e ocasiões mais favoraveis a suas atividades.

É possivel, também, que se deixassem contagiar dêsse hábito alguns dos mesmos cristãos velhos que em outros tempos o tinham em abominação, tanto mais quanto se generalizou aos poucos, em toda parte, o louvor à diligência que opulentara aos venezianos e depois aos holandeses, enfrequecendo-se dessa forma todos os argumentos veneraveis com que procuravam justificar-se e exaltar.se os que se mantinham fieis à lei da nobreza.

Assim, já em princípios do século XVII podia frei Luiz de Souza aludir, sem desprimorá-la à singularidade dos naturais de Viana do Minho, onde toda gente, mesmo os nobres, "exercitam a mercância a uso de Veneza e Gênova, contra o costume das mais terras de Portugal, que os louvam e não os seguem, invejam a felicidade e bons sucessos do trato e não sabem imitar a indústria" (8).

Contudo essa mesma inclinação da gente de Viana pela mercancia não era aparentemente antiga ou congênita, senão oriunda das oportunidades que lhe dera o comércio do açucar do Brasil, mormente de Pernambuco, terra de onde, já o dissera Fernão Cardim, os vianêses eram senhores, "e quando se faz algum arruido contra algum vianês, dizem, em lugar de: ai que d'el-rei, al que de Viana" (9).

---

(8) Frei Luiz de Sousa, Vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, I. p. 160.-

(9) Fernão Cardim, Tratados da Terra e Gente do Brasil, p. 335.-

É aliás o próprio frei Luiz quem explica o sumento notável de Viana com o comércio das "terras novas do Brasil", que a todos entendia seus proveitos. "E não parecerá isto muito a quem souber que, havendo oitenta barcas de pescadores naturais, cinqüenta anos atrás, que se contentavam com o pão de cada dia, ganhando com pouco suor nas pescarias de perto e ao longo da costa, hoje não há nenhuma, deixando todos animosamente a pobreza das redes e a segurança das praias, pelas esperanças e perigos do mar alto; e fica sendo granjeria para os lugares vizinhos pobres, que acodem a prover o povo; como também o fazem todas as nações do Norte, trazendo-lhe grande cópia de mercadorias de toda a sorte, e muito pão, à conta do retôrno que levam da grossura dos açúcares do Brasil, que não há engoli-los, segundo os muitos que cada dia entram pela barra".

Que no meio dêsses industriosos negociantes de Viana, enriquecidos no tráfico do açúcar, haveria não apenas fidalgos de velha prosápia como numerosa gente de estirpe hebraica, mostra-o precisamente o caso de Pernambuco, região povoada de vianeses, e onde, no entanto, já se viu como o trato mercantil deveria estar totalmente ou quase nas mãos dos cristãos novos. E outro tanto se dirá dos inúmeros negociantes "portugueses" estabelecidos, principalmente no século XVII em toda a Espanha e nas Índias de Castela.

VI.

Se é exato que em outros países europeus muitos naturais da península ibérica passaram (no século XVI e mais tarde) ~~então~~, ~~frequentemente~~ por judeus ou marranos, não parece menos certo que o mesmo se dava particularmente com os portugueses em Castela. "Através da Espanha e das suas colônias americanas", segundo pode assinalar (o prof. C. R. Boxer) ~~um autor moderno~~, "os termos judeu e português eram virtualmente sinônimos, e (....) o Dr. Lourenço de Mendonça chegou a apresentar um extenso memorial à Coroa, no ano de 1630, onde protesta cheio de indignação contra êsse costume generalizado" (1).

Outro autor, especializado na história colonial hispano-americana, sobretudo a das regiões platinas, escreve, por sua vez: "Em Lima, tal foi o número de portugueses, que chegaram a monopolizar o comércio, e estão cheias as crônicas de pormenores acerca de perseguições que lhes foram movidas pelo Santo Ofício, pois ali, como aliás em toda a América espanhola, o ser português implicava em ser judeu, no conceito popular. A tal ponto que quase não se encontra citada a referida nacionalidade, sem o aditamento étnico aludido, houvesse ou não fundamento razoavel para tanto". Os portugueses desejosos de se estabelecerem na América, é ainda Lucchain quem o diz, foram tidos em toda parte por suspeitosos da fé, e como tal eram vigiados pela Inquisição, que à primeira oportuni-

---

(1) C. R. Boxer, The Dutch in Brazil, p. 101.-

dade os processava e punia (2).

Um documento oficial espanhol de 1777, posterior, por conseguinte, à lei pombalina que extinguiu a distinção entre cristãos velhos e cristãos novos parece consagrar aquêle conceito popular onde explica, a seu modo, a campanha anti-jesuítica do ministro de D. José I. Segundo se lê nêsse documento - a julgar pelo texto ultimamente encontrado em arquivos paraguaios -, respondendo a uma consulta d'el-rei de Porgugal sôbre certa proposição inglesa no sentido de cessarem as perseguições à gente hebraica, procurou seu confessor mostrar os inconvenientes de tal idéia. Pois, se assim se desse, teria ponderado o mesmo religioso, Sua Majestade logo deixaria de ser rei dos portugueses para se converter em rei dos judeus. Por isso, e para que êstes não viessem a conhecer seu número e sua fôrça, importava, para a tranqüilidade do Estado, que tudo permanecesse como antes. Assim, o Reino não deixaria de ser o que fôra no passado e se evitaria que passasse a ser escravo do judaismo.

Fosse porquê el-rei não quizesse deixar de ceder à vontade dos ingleses, fosse para recolher as grandes contribuiçoes dos hebreus, que prometiam concorrer para a reedificação de Lisboa, fazendo-a mais bela e magnífica do que nunca, a verdade, segundo a mesma versão, foi que evitou de se deixar convencer pelas razões de seu confessor, mas não quiz tomar qualquer resolução sem se aconselhar melhor, afim de evitar desordens em seu Estado. Enquanto se deliberava, o assunto se divulgou, porém, devido à indiscrição dos próprios comerciantes ingleses em Lisboa, dando causa a murmurações hostís do povo e do clero. Os sussurros chegaram ao ouvido de Sua Majestade,

---

(2) Lafuente Machain, Los Portugueses en Buenos Aires, pp. 52 e 102.

que desconfiado dos jesuitas, por julgá-los seus promotores, passou desde então a mostrar sua má vontade contra a Companhia (3).

Todo o documento corresponde bem à mesma tendência, corrente durante algum tempo em vários países, para se identificarem portugueses e hebreus, e que, segundo o anônimo do Racional Discurso, levava muitos a chamarem ao rei de Portugal, Rex Judaeorum (4). Fôra essa a causa de muitas das perseguições padecidas pelos portugueses nas terras da Coroa de Castela, principalmente depois de 1640, quando o pretexto da Restauração suprimiu todos os escrúpulos porventura ainda susistentes em favor dêles. Aliás desde 1634 principiara a Inquisição, em Lima, uma intensa atividade que se dirigia principalmente contra os comerciantes e peruleiros idos de Portugal ou mesmo do Brasil. Em 1639 chegou ao auge essa atividade, com setenta e dois condenados no mes de janeiro, sendo sessenta e três por judaismo e onze sentenças capitais. Portugueses eram todos os culpados de cirurgião natural de Tucumã que, no entanto, era filho de outro práticas mosaicas, menos um cirurgião português (5). E no decênio imediato outra onda de perseguições irá desencadear-se, por sua vez na cidade do México.

Não é certo, todavia, que os portugueses espalhados pelas possessões castelhanas fossem invariavelmente de ascendência hebraica. Não o seriam, por exemplo, aquêles marinheiros lusitanos que ajudaram os creoulos de Cartágena das Índias a depor seu governador quando da rebelião de Portugal, segundo se lê em certa memória dirigida em 1646 a Felipe IV por um religioso da ordem dos Pregadores(6)

(3) Bandeirantes no Paraguai, pp. 448 s.

(4) No resumo do Racional discurso publicado por J.L. de Azevedo segundo o manuscrito existente na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa consta, entre outras, a anecdota do padre português que indo a visitar a igreja de anta Cecília, em Roma, foi informado de que deveria passar pelo ghetto. Como perguntasse onde êste ficava, responderam-lhe:Pois sois português e não sabeis onde é o ghetto?

(5) J.L. de Azevedo, Historia dos Christãos novos, p. 234

(6) Virgínia Rau e M.F. Gomes da Silva, op. cit. p. 44.

Isso não significa, porém, que os judeus e cripto-jedeus deixaram de formar um grande contingente dos muitos portugueses ali estabelecidos. É o que sugerem, por exemplo, muitos dos autos da fé de Lima. Alguns ~~dêsses judeus~~ teriam ido do Brasil, e no estudo dedicado por A. P. Cannabrava ao comércio português no Rio da Prata, entre 1580 e 1640, apontam-se vários nomes de pessoas estabelecidas em Lima, Tucumã ou Cuzco, de que há menção nas denunciações da Bahia e de Pernambuco (7). Se um contingente mais apreciavel dêsses portugueses eventualmente judaisantes se fixou em Buenos Aires é talvez porquê se achariam ali relativamente distantes da ação do Santo Ofício, que só existiu nominalmente na cidade platina, embora nela a Inquisição de Lima tivesse um comissário residente.

O cômputo dos portugueses estabelecidos em Buenos Aires, por volta de 1643, data do desarme obrigatório que nos conservou êsses dados, permite fixá-los então em 370, o que significa, segundo Machain, que nada menos de vinte e cinco por cento da população era portuguesa ou da primeira geração de nascidos já no lugar. Proporção que aumentaria muito se lhe fosse acrescentada a segunda geração e os que se achavam de passagem, "estantes e habitantes", segundo a terminologia da época. Dos cento e oito desarmados, sessenta e quatro tinham entrado sem licença legal; quatorze tiveram-na, e quatro foram no desempenho de cargos. Sabe-se, outrossim, que vinte e cinco eram casados com portuguesas ou filhas de portugueses; vinte e nove com castelhanas nativas ou da Europa e vinte com "filhas de conquistadores", que representavam a aristocracia local(8).

---

(7) A. P. Cannabrava, O Comércio Português no Rio da Prata, p.139.
(8) M. F. Lafuente Machain, Los Porgugueses....., p. 86.-

Mesmo depois do tratado de 1660, pelo qual a Espanha re conheceu a independência de Portugal ainda sentian "os cameroien - tes e todos os habitadores" do Brasil, segundo o governador Martinez nos de Salazar, "ancia e cobiça de vir a Buenos Aires", sentindo - se muito irritados, depois de se lhes "haver proibido a comunicação dêste porto, em seguida às pazes, que repugnam grandemente". Num dis curso militar e político feito para a defesa do porto, declarava Sa lazar o quanto importaria para a conservação da terra, fosse tolera da a ida de uns patachos, ainda que somente dois por ano, do Rio de Janeiro a fugar permutas com os conterrâneos de Buenos Aires, " que los de aquí son tan Portugueses como aquellos, por no ever seis ce- sas que no les toque el serlos enteramente, ó mas de mitad". Por is so e por outras razões de congruência, que se originam de não terem por adversários os vizinhos de Buenos Aires, "pues son todos unos; convirla, a seu ver, atalhar com êsse meio o que com maior dificul- dade não se poderia fazer por outro qualquer (9).

Não se modificará grandemente a situação em 1680 e D.José de Garro chega então a manifestar seus receios sôbre a possivel a - ção dessa espécie de quinta coluna lusitana, estabelecida em Buenos Aires, num momento em que a coroa de Lisboa pretende fazer valer suas pretenções sôbre a margem esquerda do estuário do Prata. Em Carta dirigida ao vice-rei de Lima, arcebispo D. Melchior de Liñan y Cisneros, declara o governador buenairense:"Esta cidade, Senhor , em sua maior parte, compõe-se de portugueses, seus filhos e descen dentes, e a ardente paixão que os une aos outros, que com pouco dis simulo dão a conhecer, fazem-me desconfiar de que lhes dêm as mãos..(10)

---

(9) Campaña del Brasil, I. p. 31.-

(10) Campaña cit. p. 145.-

Haverá em tudo isso exagero, como teria havido exagero na rotunda afirmação do procurador Manuel de Frias, feita em 1621, quando, referindo-se ainda a Buenos Aires, chegara a dizer "Todos quantos portugueses biven en este puerto (....) son mucho más que los castellanos" (11). As cifras relacionadas com o célebre "registro y desarme", já nos mostraram como passados vinte anos, o número de portugueses ali estabelecidos, se bem que abundante, alcançará, quando muito, o quarto da população local e mesmo assim se somado ao dos seus descendentes imediatos.

Parcela ainda assim considerável, e que, segundo Machain, avultara sobretudo com a chegada ao Brasil do visitador do Santo Ofício, licenciado Heitor Furtado de Mendonça, causa de grande infiltração de cripto-judeus de origem portuguesa nas possessões de Castela. Outra visitação, a de D. Marcos Teixeira, em 1618, dera origem a nova onda migratória de portugueses foragidos do Brasil, e a esse respeito existe, publicada uma carta escrita pelos inquisidores do Perú ao Conselho da Inquisição, em 20 de abril de 1620 onde se pede que aos comissários do Santo Ofício sejam dados poderes especiais para que remedeiem a entrada de gente tão perniciosa, assim aos da terra como a Sua Majestade. Insiste em que ao menos seja dada permissão a esses comissários para que os navios arribados ao porto recebam visita da Inquisição antes mesmo de chegarem os oficiais reais, ou que visitem conjuntamente, para que não possam desembarcar pessoas ou mercadorias sem a devida autorização. Do contrário, saindo as pessoas proibidas, entrarão no Reino, e a visita não surtirá efeito (12).

---

(11) Campeña.....p. XXXIX.-

(12) Annaes do Museu Paulista, II. 2ª parte. pp. 12 ss.-

Já anteriormente, o capitão Manuel de Frias assinava um memorial acerca da conveniência de estabelecer-se a Inquisição no porto de Buenos Aires, uma das entradas possiveis dos judaizantes nas possessões castelhanas. Nêsse documento, que é de 1619, posterior, por conseguinte, à visitação de D. Marcos Teixeira diz-se dos portugueses indesejaveis, "entrantes y salientes" nas províncias do Perú, que são, muitos dêles, ricos e poderosos, muito inteligentes e capazes de ocultamente introduzir, com outras côres e traças, todo gênero de mercadorias, inclusive negros escravos pelo porto de Buenos Aires. Para isso têm correspondência com outros muitos portugueses e mercadores, tratantes e contratantes residentes nos reinos do Perú, que se encarregam de distribuir a mercadoria, pagando-a com prata, enquanto os outros, que a recebem, se vão ocultamente ao Brasil "pela comodidade de se achar tão perto do porto e pela segurança que acham nos de sua própria nação em Tucumã, Buenos Aires e Brasil....(13).

O comissário Trejo, que se escandalizava deantes do número crescente de suspeitosos, que intentavam passar-se às províncias do Rio da Prata, "que se van poblando y casandose en este puerto", via, no entanto, sempre frustrados os seus esforços. É que longe de o secundar, seus próprios colaboradores tratavam de estorvar as medidas por êle tomadas. Com a ajuda e intervenção dos portugueses anteriormente estabelecidos em Buenos Aires, conseguiam êsses forasteiros obter até a proteção dos clérigos, que se prestam a dá-la de várias formas, sendo uma das mais frequentes a do casamento com mulheres da cidade, celebrados no próprio cárcere onde são recolhidos à espera do momento adequado para a repatriação. E essa manobra ou a da simples

---

(13) Annaes do Museu Paulista, I. 2ª pte., pp. 162 ss.-

obtenção de uma licença para permanecerem na cidade, era facilitada pelos moradores do lugar (14). A isso, aparentemente, se deve o grande número de portugueses estabelecidos em Buenos Aires, por ocasião do "desarme" de 1643, e que se achavam casados, ora com castelhanas nativas e da Europa, ora com as próprias "filhas de conquistadores".

Outro processo muito utilizado para a proteção dos desembarcados sem licença espressa estava em que alcançavam sua liberdade mediante fiança, obrigando-se a não sair da cidade. Uma vez livres, porém, passavam-se para o interior e, descoberta a evasão, pagava o fiador a importância oferecida a tudo terminava bem, tanto para as autoridades como para os foragidos, que dificilmente, nêsses casos, podiam ser recapturados.

Apesar de tudo, não era sem alguma resistência, segundo Machain, que muitos vizinhos admitiam a ocupação dêsses portugueses a lugares privilegiados. A mesma oposição cessaria, entretanto, se em vez de pretenderem postos nos Concelhos, o que lhes vedaria uma Real Cédula ditada pela Audiência da Charcas, se contentavam com o exercício de ofícios mecânicos ou eram artífices, pois entre castelhanos, como entre os próprios portugueses de velha cepa e sangue limpo, não eram favorecidas tais atividades. Em várias ocasiões enviou o Cabildo petições ao governador, solicitando fossem revogadas certas ordens de expulsão, e até com a pretensão de que retivera a fôrça alguns que pretenderam deixar a cidade. Por outro lado, todos, vizinhos e autoridades, eram acordes em reconhecer as especiais aptidões dessa gente para o comércio e unanimemente elevavam solicitações

---

(14) R. de Lafuente Machain, Los Portugueses...., p. 105.-

a el-rei para que permitisse o intercâmbio de produtos da terra com os do Brasil (15).

Só a habitual identificação entre portugueses e judeus, e a inclusão daquêles entre os suspeitosos da fé parece explicar o fato. Em 1596, muito depois, por conseguinte, da união das coroas, incluí os portugueses Felipe II, implicitamente, entre os "estrangeiros dos reinos da Índias e de suas costas, portos e ilhas adjacentes", onde estipulou que nêles não podiam estar e nem residir os que não fossem "naturais dêstes reinos de Castela, Leão, Aragão, Valência, Catalunha e Navarra, e os das ilhas de Maiorca e Minorca, por serem da coroa de Aragão".

A exclusão, até aqui tácita, irá fazer-se expressa a contar de dezembro de 1614, reinando Felipe III, quando se reafirmam as mesmas prescrições, declarando-se, além disso, que os portugueses são estrangeiros naquelas Índias: "y asimismo declaramos por Extrangeros á los Portugueses". Tais estipulações irão passar mais tarde integralmente para a Recopilación de Leyes de Indias (16).

É certo que na mesma recopilação exceptuam-se abertamente da medida que ordenara a expulsão dos estrangeiros, aquêles que exercessem ofícios mecânicos, embora não deixe de se acentuar a necessidade de serem excluidos os que vivessem de tratos mercantís. Declaramos, diz, com efeito, uma lei de 1621, que a expulsão dos estrangeiros residentes nas Índias não se estende aos que exerçam ofícios mecânicos uteis à República, porquê a principal proibição compreende aos tratantes e aos que "viven de vecindad en Pueblos particulares, especialmente ma

---

(15) Lafuente Machain, Los Portugueses.....p. 108.-

(16) Recopilación de Leyes de los Reynos de la Indias, lei XXVIII, tit. XXVII, liv. VIII.-

rítimos". Assim sendo, ordena aos governadores e justiças que providenciem de modo a que nada padeçam os primeiros, pois a principal causa da medida consiste em purgar a República de pessoas qu que não convêm, e conservar as que forem úteis e necessárias, guardando a integridade de nossa Santa Fé Católica (17).

Da ~~mesma~~ suspeição geral de que eram objeto os portugueses nas Índias de Castela originavam-se, com certeza, as acusações de judaismo que recaiam sôbre os artanistas, os "portugueses de San Pablo", que assaltaram as missões inacianas. Na maioria dos casos, as razões para semelhantes denúncias fundam-se, não tanto em testemunhos diretos, como em rumores mais ou menos vagos e anônimos: "es fama...", "se dice...", "corre..."

Isso se dá, em particular, com a alegação, de mais de um documento jesuítico, de que existiria entre os invasores quem levasse estampadas, nas solas dos sapatos, imagens de Nossa Senhora, de São João, de Santo Inácio de Loiola, etc. Ou com outra, ouvida de um índio, antigo criado de portugueses, pelo padre Antônio Ruiz, a saber que os mesmos paulistas usavam não trabalhar aos sábados, guardando-os como a dias de festa. Essas alegações e ainda os desbaratos nas igrejas das missões, assim como os maus tratos padecidos pelos padres, servem, todavia, ao mesmo padre Montoya, para ver corroborada a notícia, chegada aos seus ouvidos, de que intentavam, os do Brasil, fazer vir da Holanda ao filho de D.Antônio e proclamá-lo rei. Sôbre o que nisso entrasse de verdadeiro - x seu depoimento é de 1631 - não saberia êle dizer mais, acrescentando:"tal maldade não a presumo de todos os do Brasil, senão que são

---

(17) Recopilación cit., lei X, tit XXVII, liv. VIII.-

falas de judeus e herejes, que tais me parecem ser muitos dos que vêm do sertão" (18).

Por impressionantes que pretendessem ou devessem parecer, argumentos semelhantes não valeriam muito mais do que a tirada, por exemplo, do padre Jarque, onde, depois de dizer de Piratininga que se formara inicialmente de foragidos, desterrados e "judeus en hábito de cristãos", ajunta que melhor se chamaria Saulo do que São Paulo, como lembrança do sangrento perseguidor da Igreja verdadeira, enquanto teve aquêle nome; lobo voracíssimo que fêz tão lastimosos estragos no gado de Cristo (19). É curioso que outro cronista da Companhia, não menos adverso aos bandeirantes do que Montoya e Jarque extranha, ao contrário, que, antes das suas terriveis excursões, que duravam três e quatro anos, sob as ordens de um chefe que escolhiam, tratassem êles de receber os sacramentos e levavam, às vezes sacerdotes.

Além disso, declara ainda o padre Techo - e o dado por si só é digno de interesse - "acudiam a implorar a proteção de uma imagem da Virgem muito venerada pelos habitantes de São Paulo, que são em geral muito devotos, suplicando que lhes concedesse o voltar sãos e salvos, depois dos muitos perigos que iam correr. Alguns raspavam o pedestal da dita imagem e levavam o pó consigo, como supersticioso amuleto, de maneira que, pela piedade dos ladrões, quase ficou sem base a efígie; cuidavam, sem dúvida, que a rainha dos céus patrocina os malvados...." (20).

---

(18) Annaes do Museu Paulista, I. 2ª pte, p. 257; II. 2ª pte, p. 314.

(19) Dr. D. Francisco Jarque, Ruiz Montoya en Indias, II. p. 305 s.

(20) Nicolás del Techo, Historia de la Provincia del Paraguay, IV p. 47

O alegado "judaismo" dos bandeirantes ou de muitos dêles, resultava, assim de um apodo corrente na época, sobretudo se dirigido a portugueses, ou a filhos e netos de portugueses, segundo uma concepção popular dominante entre castelhanos. A rigor êle não é mais concludente do que, por esemplo, os de "herejes luteranos" ou "mouriscos" com que, em outros casos, eram mimoseados os moradores de São Paulo, ou os de Rochela e Argel que, às vezes em um mesmo documento, servem para nomear sua vila.

De tais apodos, nascidos da ira e malevolência, não se podem tirar melhores razões para a presunção, abraçada até por autores dos mais ilustres, sôbre a parte excepcionalmente notavel que à gente de estirpe hebraica terá cabido nas origens de São Paulo. Nem dêles, nem de motivos supostamente psicológicos que se comprazem em invocar os edeptos de semelhante teoria. Se valessem muito êsses motivos, caberia perguntar em que ponto as animosas expedições dos bandeirantes (que a tradição dizia ser) por lugares escabrosos ou desertos trazem a marca de um povo dado antes à mercancia do que à milícia e mais afeito a sofrer as injúrias dos homens do que a aspereza dos elementos. A simples cobiça dos bens materiais, que está longe de ser apanágio dêste ou daquêle povo particular, pois é de todos os tempos e de todas as raças, em nada abona aquelas idéias. Onde aos judeus se atribui preeminência sôbre outros povos é nos recursos de que se valeram para adquirir aquêles bens, recursos que não se assemelham exatamente aos que utilizaram os bandeirantes.

É inegavel, certamente, que em São Paulo, como em todas as terras de portugueses, deve ter sido apreciavel a infiltração de elementos israelitas. Nada atesta, porém, que tenha sido ela maior, ou me

mor, do que em outras regiões da América lusitana. O livro de regis tro da finta dos "cristãos novos e homens da nação hebreia", de que em 1624 foi fintador Gaspar Gomes poderia ser a êsse respeito tão de cisivo para o planalto piratiningano como o são, por exemplo, os documentos das visitações do Santo Ofício para as capitanias "de cima" (21). O fato de não existirem vestígios dêsse caderno em nossos ar - quivos, priva-nos, entretanto, de um elemento que seria certamente va lioso, para o conhecimento mais preciso da questão. Em todo caso, se as aparências não iludem, é de crer que, ao lado da Bahia e de Per - nambuco, o contingente de judeus ou cristãos novos foi antes menor do que maior, em São Paulo, onde mais escassas oportunidades se ofere - ciam para seus contratos, sendo, como era, terra pobre e que ainda mais se empobreceu e despovoou depois de se descobrirem as minas pre ciosas.

Pode-se alegar, sem dúvida, e o fato já foi apontado aqui, que mesmo em Pernambuco e na Bahia houve muitos judeus e cristãos no vos dedicados a afazeres rurais e mesmo à lavoura, em contraste com o que sucedia de ordinário no Velho Mundo. Uma lavoura, porém, como a canavieira, que tinha como escopo principal a produção em larga es cala, visando à venda aos mercados externos, praticada segundo méto - dos sumários, onde o amanho do solo se limitava ao extrito necessá - rio para a extração de opulentos tesouros, e, de fato, antes minera- ção do que propriamente agricultura, bem podia considerar-se como um prolongamento e até como um complemento do negócio mercantil e urbano.

As denunciações e confissões do Santo Ofício no norte, mos tram, realmente, que ~~muitos dos~~ lavradores tidos por judeus confes -

(21) Sôbre o assunto parecem de todo justificadas as ponderações de Afonso de E. Taunay em vários escritos seus, particularmente na História Seiscentista da Vila de S.Paulo, IV. pp. 109 ss.-

sos ou cripto-judeus, se dedicaram anteriormente a seus tratos e ofí - cios mecânicos. E há boas razões para pensar-se que muitos dêsses novos lavradores chegaram à acquisição das propriedades rurais que exploravam, em paga do muito que os antigos donos lhes deviam.

Dos mercadores onzeneiros, lê-se nos Diálogos das Grandezas do Brasil, atribuidos, aliás, a um cristão novo, como logravam fazer-se requíssimos comprando gêneros nas vilas ou cidades e vendendo-os depois pelos engenhos ou fazendas dali distantes, com que ganhavam nêles muitas vezes cem por cento. "Eu vi na capitania de Pernambuco a certo mercador", diz Brandônio, um dos interlocutores dos Diálogos, "fazer um negócio, posto que o modo dêle não aprovo, pelo ter por ilícito, o qual foi comprar pera pagar de presente uma partida de peças de escravos de Guiné por cantidade de dinheiro, e logo no mesmo instante, sem lhe entrarem os tais escravos em poder, os tornou a vender a um lavrador fiados por certo tempo, que não chegava a um ano, com mais de oitenta e cinco por cento de avanço".

E retrucando a quem extranhava o haver-se de ganhar tamanho dinheiro sem sair do lugar, de uma mão para outra, e sem que qualquer risco interviesse, observou ainda Bradônio que, dêsses tais mercadores, e ainda dos outros, de loja aberta, muitos havia que dispunham de "grossas fazendas de engenho e lavoura na própria terra, e estão nela assistentes e alguns casados" (22). Casados, grande número dêles, com gente principal da terra, no que seguiam, se eram de estirpe hebraica, como parece provavel, o costume assinalado mais tarde por Antônio Vieira, de comprarem a peso de ouro genros cristãos velhos. Por onde não é de se admirar se a descendência dos que outróra seguiam o credo mosaico passou, com o correr do tempo, a infiltrar-se em

---

(22) Diálogos das Grandezas do Brasil, pp. 143 s.-

todas as camadas da população do Brasil, tanto quanto do Reino, contribuindo assim, de algum modo, para justificar a identificação que faziam muitos europeus e normente castelhanos entre portugueses e judeus.

Na própria literatura espanhola do chamado século de ouro ficaram rastros aparentes de semelhante identificação. Assim é que quando Estebanillo Gonzalez, "hombre de buen humor", teve em Ruão certa aventura com judeus originários de Portugal, ali domiciliados, receberam-no êstes entre "preñeces de ojos que..... esperaban por - tos de agua", ao fazer-se [illegible] passar por compatriota seu, coisa muito facil para êle, pois falava bem o português, criado que fôra em Salvaterra de Pontevedra. Apesar dêsse acolhimento lacrimoso e de ter-lhes extorquido por fim vinte e cinco ducados, a fôrça de se queixar das próprias desgraças, sentiu-se Estebanillo contente de si quando pôde, sem maior perigo, safar-se de companhia de uma gente que "siempre engañan y jamás se dejan engañar" (23).

Ora, se êste último traço aparece frequentemente associado aos judeus, e não apenas aos judeus de Portugal, já o outro, dos "ollos prenhes de água" serve com frequência, entre autores espanhóis da época para caracterizar a sentimentalidade plangente dos seus vizinhos.

Assim, num dos "sonhos de Quevedo vemos aparecer a Morte em seu trono, rodeada de muitas mortes, e com uma delas, a morte de amores lá estão Píramo e Tisbe, Leandro e Hero, Ovídio, o poeta, além de alguns portugueses, êstes, evidentemente, "derretidos" (24). O verter lágrimas não seria, segundo aquêles autores, um privilégio de classe entre portugueses. Todos se derretiam, desde o orgulhoso fidal-

(23) La vida de Estebanillo Gonzalez, I., pp. 207 ss.-
(24) Quevedo, Los Sueños, II., pp. 220 s.-

go, cavaleiro da Ordem de Cristo, que é capaz, se enamorado, de suspirar "mais do que beata em sermão de Quaresma" (25) até aos mendigos, que só sabiam pedir esmolas chorando, no que se diferençavam muito dos de Castela, que o faziam com fereza, tornando-se dêsse modo malquistos e insofriveis (26). De tão dados à lamíria e ao pranto ganharam os portugueses fama de sebosos, palavra que, nêsse caso, vale o mesmo que lacrimosos.

En Portugal todo es sebo
hasta quedarse el pabilo.

diz certo heroi de Tirso de Molina (27). E mais tarde, na cidade de Coimbra, alude às belezas da terra para dizer que, como portuguesas, são "todas sebosas" (28). Nem em presença de Sua Alteza el-rei D. João II, a valorosa galega Mari-Hernandez se esquece da expressão que pode desprimorar os súditos do Príncipe Perfeito:

Un portugués mancebo
se hizo en mi casa mandón
y en gozando la ocasión
se deshizo como sebo (29).

Se nos hebreus de Ruão não assentavam mal aquêles olhos aguados, já que os próprios padecimentos e os de sua gente pareciam espelhar-se nas fingidas desventuras do pícaro Estebanillo, a cena

---

(25) Quevedo, Vida de Buscón, i., p. 161.-

(26) Mateo Alemán, Guzmán de Alfarache, II., p. 184.-

(27) Tirso de Molina, Obras Dramáticas Completas, II., p. 985.-

(28) Tirso de Molina, Obras Dramáticas Completas, II., p. 998.-

(29) Tirso de Molina, Obras Dramáticas Completas, II., p. 94. No prefácio que redigiu para sua edição das Comédias de Tirso, Américo de Castro, depois de dizer que na opinião corrente, àquela época, ante os amorosos devaneios, derretem-se em Portugal moços e moças, também observa que, assim sendo "português e soboso vêm a ser sinônimos". Cf. Tirso, Comédias, I., p. XV.-

ganha realce quando nos lembramos de que, portugeses, ainda que bargantes, charlatães, embusteiros e vagabundos, quiz o autor pintá-los segundo a idéia que dêstes, ordinariamente, se fazia: choravam, assim, porquê judeus, mas também porquê portugueses, se derretiam. Nem o contraste religioso, nem o longo exílio ou as crueis perseguições aturadas, que, decorridos vinte anos, ainda arrancavam a Leão Hebreu, o Jehudah Abarbanel, de Lisboa, exclamações lamentosas em sua admirável Elegia sôbre o Destino -

> são como dura pedra, para mim, os pães adocicados
> e entre lágrimas mastigo meu pão seco;
> lágrimas misturam-se à água.... (30)

- bastariam para os divorciar inteiramente do país de origem, que muitos ainda sonhavam rever.

Pode explicar-se dessa maneira, que a mera indicação da nacionalidade, mesmo desacompanhada do aditivo "judeu", podia referir-se a fieis da Toura e, na melhor hipótese, a conversos mais ou menos sinceros. Como se lusitanos e hebreus de Portugal se achassem apenas separados pela divergência de credos e eventualmente por aquêle sutilíssimo engenho que reconheceram nos últimos os viajantes quinhentistas.-

(30) Leone Ebreo, Dialoghi D'Amore, p. 398.-

VII.

Em realidade a questão simplesmente étnica era de pouco peso ou não tinha ainda adquirido, então, aquela importância que viria a ter em tempos mais recentes. As próprias exigências, aliás tão mal cumpridas, de limpeza de sangue para o ingresso em determinados cargos e posições, tinham a ver muito menos com os princípios de pureza racial do que com a necessidade da ortodoxia religiosa, ou, em alguns casosk com a crença, então generalizada, de que às pessoas de geração humilde são naturalmente negadas todas aquelas boas partes e o recatado decoro que fazem o cidadão prestante. De alguém cujos pais viveram em imundas alfamas ou entregue a s ofícios indígnosl não se esperava que fosse da boa têmpera velha, por mais que o abonassem sua fama e fazenda. Todos, porém, cristãos e judeus, eram de fato portugueses, apesar das razões políticas e religiosas que os mantinham divididos.

Quando, após a restauração, em Portugal, de uma dinastia própria, com a casa de Bragança, os reis de Castela já não tiveram dúvidas em ordenar que se incrementasse a campanha movida aos portugueses, acusados freqüentemente de judaizar, o padre Antônio Vieira, dirigindo-se ao então secretário de Estado do Reino, serve-se para

para nomear aquela gente perseguida do simples pelativo nacional, lusitano em bora não desconhecesse, com certeza, que ela se compunha em grande parte de cripto-judeus, e nascidos longe da pátria:"Todos", escreve , com efeito, em 1647, "estão muito sentidos de El-rei de Castela, pela destruição que se tem feito nas Índias, e porquê, de presente, tomou todas as consignações de todos os assentistas portugueses, excep tuando nomeadamente os genoveses, de que receberam grande perda e escândalo" (1).

Mesmo fora da Espanha e das terras de língua castelhana , restam, ainda em nossos dias, vestígios evidentes da atividade internacional desenvolvida longamente pelos portugueses de estirpe hebraica, tão numerosos eram êles em certos lugares e tão presos se achavam, muitas vezes, ao seu país de origem. Das numerosas confusões que tal circunstância produziu, pode dar idéia uma das anedotas, cuka autenticidade, no entanto, não é indiscutivel, consignadas no Racional Discurso: a de certo francês que, convidado a ensinar a língua grega em Portugal, cuidou de se aperfeiçoar na hebraica, certo de que, sendo judeus todos os portugueses, só assim se faria entender dos seus discípulos futuros (2).

Por outro lado, os próprios judeus foragidos não contribuiam para que se desfizessem algumas dessas idéias, pois, apesar de todos os dissabores padecidos, continuavam não raro, a sentir-se tão

---

(1) Antônio Vieira, Cartas do Padre...., I., p. 106.-

(2) No Discurso conta-se que Filipe II, quando em Lisboa, lhe proporcionaram, entre os muitos festejos organizados em sua honra, o espectáculo de um auto da fé, teria exclamado: Que es esto ? Los portugueses llegaran a tan miserable estado que de su sambenito hacen gala ? Alguém que se encontrava, no momento, ao lado do soberano, disse-lhe, por sua vez, segundo consta do mesmo escrito: Los que miran son judios publicos, los otros son sospechosos. A exclamação de Filipe poderia basear-se no fato de que em Castela, o rei, a Côrte e os grandes do Reino não assistiriam, ao que pretende Pfandl, à parte fi

(continua)

portugueses quanto os cristãos velhos, e não raro a orgulhar-se da ascendência lusitana. Tão amorosos desvelos, observa Graetz, "não deixavam em seus corações lugar para o rancor a que os deveria incitar, contra a mãi-pátria, a desdita a que ela mesma os lançara. Nos lugares onde se estabeleciam, logo fundavam colônias hispânicas ou portuguesas". Consigo tinham levado a língua de sua terra de origem, a dignidade e o decoro ibéricos: na África e na Turquia européia, na Síria e na Palestina, em Flandres ou na Itália. Fora da península sabiam zelosamente guardar, com o ser hispânico, o idioma dos seus pais. Nêle, através dos séculos, continuariam a pregar os rabinos de origem castelhana ou lusitana, fazendo constante empenho em pronunciá-lo com correção. Por êsse e outros aspetos distinguem-se vivamente dos judeus alemães, quase sempre descuidados no falar a língua materna (3).

Entre os sinais ainda hoje presentes do êxodo de judeus ou cripto-judeus de procedência lusitana figura, e tem o endosso até de autores de responsabilidade científica, a noção de que determinados apelidos portugueses denunciam por si sós, e infalìvelmente, o sangue israelita dos seus portadores. O que é de certo modo com-

---

(continuação da nota 2)nal dos autos da fé, ou seja à queima dos enfeitados. Cf. L. Pfandl, Spanische Kultur und Sitte, p. 154 s. Que em Portugal a situação seria diversa, sugere-o Dubnow, baseando largamente em testemunhos de israelitas. Lá, como aliás em Castela, os autos da fé seriam um espectáculo dileto do grande público, semelhante de algum modo às lutas de gladiadores na antiguidade e às touradas na Espanha atual. Nos mais importantes viam-se não apenas monges de diferentes ordens, tendo à frente os bispos e os inquisidores, mas também, em regra, a família real, rodeada dos fidalgos, cavaleiros, altas autoridades militares, membros da administração e da justiça. Na mesma praça onde se erigia a fogueira, erguia-se um anfiteatro destinado às autoridades e aos convidados de honra. Simon Dubnow, Weltgeschichte des jüdischen Volkes. Die Neuzeit. VI. p.412.

(3) Dr. H. Graetz, Volkstümliche Geschichte der Juden, III. pp.127 s.

presensível pelo fato dos hebreus portugueses não terem usado, a não ser secretamente, em alguns casos, e no meio dos seus correligionários, nomes que os distinguissem dos cristãos velhos, mesmo os de linhagens das mais ilustres no Reino.

Assim é que um moderno historiador, ao tratar, como exemplo da animosidade contra os judeus em Pernambuco, sob o domínio holandês, de certa petição endereçada aos administradores da Companhia das Indias em dezembro de 1637, onde se reclama sejam os hebreus sumariamente expulsos, ou, ao menos, tenham restringidas as suas atividades, por serem inclinados a enganos e falências, não deixa de comentar, a propósito dos responsáveis por essas"usuais calúnias": "Bastante curioso é o fato dos nomes de alguns dos signatários poderem ser dados por judeus(4).

A petição é firmada, em realidade, por Jacques Stack, Gaspar Dias Ferreira, Francisco de Brito Pereira, Guilherme Duncar e João Carneiro de Mariz. Destes signatários, Stack (aliás Hack) e Duncar (aliás Doncker) eram holandêses, ou vinham com os invasores; os demais, com seus cognomes, eminentemente lusitanos, eram portugueses ou luso-brasileiros. Formavam todos a primeira Câmara dos Escabinos de Olinda, criada pouco antes pelo conde João Maurício, e nomeada pelo prazo de um ano, segundo lista organizada pelos eleitores da mesma vila e seu termo.

---

(4) Herbert I. Bloom, The Economic Activities of the Jews of Amsterdam, p. 137 e n.-- A nota o autor indica, como fonte, F. A. Varnhagen Hapm Historia Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1926 (?), pp. 316-323. Há aqui um inexplicável equívoco, porquê o documento vem transcrito, de fato, não na Historia Geral e sim em outra obra do mesmo Varnhagen: a Historia das Lutas com os Holandezes no Brasil. A paginação indicada é correta, embora corresponda à 1ª ed. desta última obra impressa em Viena d'Austria, 1871, onde, com efeito, se acha reproduzido o documento citado a pp. 316-323.-

Em nota a sua observação, o mesmo historiador, que separa, sem motivo, por uma vírgula, os apelidos de Francisco de Brito Pereira, como se se tratasse de duas pessoas diferentes, assinala ainda que os autores da petição se referem aos judeus como inimigos de Cristo, "nosso Salvador". Isto, acrescenta, quer naturalmente dizer que Ferreira, Pereyra e de Brito, que poderiam ser de origem racial judaica, eram cristãos novos, e leais ao credo adotivo" (This indicates naturally that Ferera, Pereyra and de Brito, who might have been ol Jewish racial origin, were New Christians, loyal to their adopted creed").

Outro autor, cujo largo conhecimento da história do Brasil holandês faria esperar informação mais segura dêstes assuntos, tende a incorrer em engano semelhante a propósito de Martim Afonso de Souza, por êle chamado simplesmente Alfonso de Souza. "A julgar pelo nome", escreve, "Alfonso, assim como o notavel organizador do Brasil, Tomé de Souza, poderia ter sido de ascendência judaica. Sombart refere-se ao último como descendente de judeus; a Enciclopédia (Jewish Encyclopedia) não alude a nenhum dos dois". Contudo pondera que "se fossem marranos ou, no que dissesse respeito à crença, pessoas duvidosas, a Inquisição lhes tornaria simplesmente impossivel a investidura em tais postos"(5).

A passagem de Werner Sombart que menciona o autor, é, aparentemente, aquela em que, tendo declarado, com sua habitual ênfase, que no Brasil, os judeus - e os cristãos novos - desde cedo se constituiram na "casta dominante", o mesmo historiador e sociólogo ajunta que "um homem de estirpe hebraica foi quem, na qualidade de pri -

---

(5) Dr. Hermann Wätjen, Das Judentum und di Anfänge der modernen Kolonisation, p. 29 e n.-

meiro governador-geral, poz em ordem a administração da colônia";com efeito, diz ainda, q nova possessão só começou verdadeiramente a florescer depois que para ela foi mandado, no ano de 1549, um homem de virtudes superiores: Tomé de Souza". E em nota a essa passagem, alude, reportando-se a M.Kayserling e a M. Grunwald, à "rica família judaica dos Souzas"(6).

É nêste último ponto, naturalmente, que está o seu engano maior. Parece fora de qualquer dúvida que, já no século XVI, e mesmo antes, se tivesse generalizado o apelido entre pessoas das mais variadas condições e, porventura, entre alguns de manifesta progênie judaica. Nem por isso deixava êle, contudo, de prevalecer consideravelmente entre cristãos sem jaça, tanto quanto é possivel supor, e de velha casta. Tão velha, de fato, que Gil Vicente pareceu querer derivá-lo dos tempos romanos, quando fez um dos seus personagens, em versos enigmáticos, clamar por Sossideria (de quem ~~xxxxx~~ procedem todos os de Souza")

onde reponsa
o canto da antiguidade Romana (7).

---

(6) Werner Sombart, Die Juden und die Wirtschafsleben, pp. 35 e 443, n. 69. Entre os exageros do mesmo autor, alguns denunciados e repudiados com boas razões pelos historiadores mais recentes, está o de atribuir decisiva preeminência aos judeus na expansão da lavoura canavieira no Novo Mundo. Sombart favorece ainda, embora confessando não dispor de elementos para verificá-la melhor, a versão de que Colombo era espanhol e de sangue hebreu (cf. op. cit. p. 33). A seu ver, o que chamamos hoje americanismo não passa, em realidade, de uma das manifestações do "espírito judaico" (p. 44). E, em suma, a América "em todas as suas partes é terra de judeus: essa a conclusão a que um estudo das fontes há de levar-nos de modo inevitavel" (p.31) Não falta por outro lado quem, sob o pretexto de combater essa visão unilateral, seja facilmente levado ao extremo oposto, de reduzir às menores proporções a parte que teria cabido aos judeus na história econômica, e é êsse, um pouco, o caso do próprio João Lúcio de Azevedo.

(7) Gil Vicente, Obras Completas de...., fl. CXIII.-

Mais tarde não faltarão, entre os judeus portugueses de Amsterdão, portadores dêsse apelido. Haverá mesmo ali, muitos Souzas, assim como haverá outras pessoas que, por seu nome, fazem pensar em fidalgos da mais ilustre prosápia. Entre os acionistas da Cpmpanhia das Indias Ocidentais para o período de 1623-1626, encontra-se, por exemplo, certo Jerônimo Rodrigo de Souza (ao lado de um Simão Rodrigues de Souza) e encontra-se, igualmente, um Francisco Coutinho e um Miguel de Crasto, ou de Castro (8). De passagem, cabe notar que, entre os contribuintes da Companhia das Índias Orientais, em 1682, vamos encontrar um, cujo nome pode dizer alguma coisa aos brasileiros de hoje: chamava-se exatamente Miguel Osório de Almeyda (9).

Tudo isso quer apenas dizer que muito judeu, batizado ou não, teria tido, já antes do êxodo, certa preferência por apelidos que de algum modo o ilustrasse, dissimulando, ao mesmo tempo, sua verdadeira origem. Também pode dar-se o fato, admissível em certos casos, de provirem tais apelidos de consórcios com gente de boa laia e "sangue limpo".

Não é tão certo, porém, o engano de Sombart e de outros, que o seguiram ou antecederam, no que respeita, em partigular, a nosso Tomé de Souza, filho do último prior do mosteiro de Rates e, por êste, neto de Dona Maria Pinheiro, tida por alguns, mas sem prova suficiente, como de origem judaica. A dúvida também é válida, aliás, para o caso de seu primo Martim Afonso, neto da mesma senhora, posto que os tentasse o prenome do Chicharro, seu antepassado e bastardo d'el-rei Dom Afonso III, por onde a família se ia entroncar na antiga dinastia

---

(8) Hermann Wätjen, Das Judentum..., p. 32.-

(9) Hermann Wätjen, Das Judentum..., p. 12.-

lusitana. A aversão mostrada pelo primeiro governador-geral do Brasil aos cristãos novos, quando tirou a um dêles do capitão de Ilheus não é indício seguro, conforme já o disse, e com razão, o historiador português Pdreo de Azevedo, de que estivesse êle isento de lhe correr nas veias sangue de israelitas (10).

Também no que toca aos escabinos "cristãos novos" de que tratou Mr. Bloom, não permitidas dúvidas a emelhantes, ao menos quanto a um dêles, Gaspar Dias Ferreira. Em nota à História Geral de Varnhagen, Rodolfo Garcia, seguindo frei Manuel Calado, que o dá por filho de cristã nova, com raça de mourisca e principalmente Roberto Southey, que o chama "the richest jew in the Province", considera-o "judeu português riquíssimo" a propósito de sua parte comprovada na elaboração do livro de Gaspar Barlaeus sôbre o Brasil holandês (11). Que seria, ao contrário, cristão, e até cristão velho, pretendem-no Varnhagen e, ultimamente, o historiador pernambucano J. A. Gonçalves de Melo Neto, além de o sugerirem a petição anti-semita de que foi signatário, endereçada em 1637 aos administradores da Companhia das Índias, em Amsterdão, e certo incidente ocorrido quando, naquêle mesmo ano, fora organizada a lista de eleitores para a escolha dos escabinos da vila de Olinda.

O incidente, referido pelo último dos historiadores citados, de conformidade com as Dagelijksche Notulen do Alto Concelho no Brasil, é mais uma prova, entre tantas outras, de que a suposta indulgência dos holandeses para com a gente de estirpe hebraica só é notável se comparada à severa intransigência de que usaram para com e-

---

(10) Pêdro de Azevedo, "A Instituição do Governo Geral", História da Colonização Portuguesa do Brasil, III., p. 328

(11) Varnhagen, Historia Geral do Brasil, II. p. 341.-

la, espanhois e portugueses. O fato é que, segundo a fonte citada, no rol organizado em Olinda para a eleição daprimeira Câmara de Escabinos incluiram-se alguns marranos ou suspeitos de judaismo. Isso levou o conselheiro Jacob Stachouwer, numa das sessões, a declarar que alguns não poderiam ser tolerados entre os eleitores ou em cargos de direção, porque, segundo era voz corrente, tinham origem judaica. Os eleitores acusados pela murmuração popular foram Pedro Lopes de Vera, Fernão do Vale e o próprio Gaspar Dias Ferreira.

Destes, o primeiro não se encontrava presente, o segundo, declarando-se realmente judeu, retirou-se da sala. Gaspar Dias Ferreira, porém, insistiu em que as alegações de judaismo, que corriam a seu respeito, eram inverídicas, acrescentando que seus antepassados eram cristãos velhos e de tão nobre linhagem como qualquer dos presentes, o que tratou de provar. Assim sendo, nenhuma justificativa de incapacidade para sua inclusão entre os eleitores poderia ser suscitada. Admitidas essas razões, foi habilitado pela maior parte dos delegados presentes, contra o parecer de Stachouwer e também de Nifolaes de Ridder, que não se mostraram convencidos e se retiraram da sessão, em sinal de protesto (12).

Essas negativas de Ferreira não são, todavia, concludentes, partindo, como partiram, de um deslavado oportunista, que passou grande parte de sua vida a agradar e enganar simultaneamente a holandeses e a portugueses, sem outro fito além das vantagens materiais que podia alcançar de um lado ou do outro. E que só se separou dos primeiros, quando viu por êles descobertas e castigadas suas traições costumeiras. Contra as ~~suspeitas~~ acusações de judaismo ou cripto-judaismo que lhe fo

---

(12) Cf. J. A. Gonçalves de Mello, Neto, Tempo dos Flamengos, pp.303 s-

ram feitas e de que tão ardorosamente se defendeu, poderia invocar-se a circunstância de se ter tornado, com um dos filhos, cavaleiro da Ordem de Cristo. Honrarias semelhantes e até mais altas, porém, couberam a outras pessoas de ascendência pelo menos discutivel, a começar, como se sabe, por um João Fernandes Vieira, grande amigo e protegido, êste, de seu denunciante Stachouwer. No qual Vieira estavam longe de entrar os requisitos de "sangue limpo" necessários para a obtenção de tais título. Não, é certo, por judeu, mas por mulato.

De quantos portugueses se poderia pretender, aliás, com perfeita segurança que fossem isentos da pecha de ter antepassados hebreus. Já antes e mesmo depois das perseguições, o largo convívio e a mistura, muitas vezes insondavel, com a gente da nação, desenvolvera-se em sua terra numa extensão que não se pode medir ou calcular, mas que tudo indica ter sido consideravel. Se são até certo ponto justificaveis protestos tais como o do Cavalheiro de Oliveira, quando se indignou, num dos seus escritos, contra os "ignorantes" da Inglaterra e Holanda, que insistiam em julgar peculiares à nação judaica os nomes próprios de quase todas as famílias principais de Portugal (13), nem por isso se pode dizer inteiramente destituida de fundamento a crença comum, em vários lugares da Europa, de que os portugueses, por mais que se declarassem cristãos velhos, tinham raça de marranos.

Fosse porquê nêles havia mistura de hebreus, fosse porquê os próprios judeus ibéricos, e mormente os lusitanos, disseminados no mundo inteiro, guardassem muitos dos traços físicos que teriam em comum com as gentes da península, a verdade era que o próprio facies de gran

---

(13) Os protestos do Cavalheiro de Oliveira, reproduzidos por J. Lúcio de Azevedo, em História dos Cristãos Novos, cit p. 405 n., dizem o seguinte: "Les juifs abandonnent tous les jours le Portugal pour chercher un asyle particulièrement en Angleterre et en Hollande, y ont apporté

(continua na pag. seg.)

de número de portugueses, dados, sem dúvida, como cristãos velhos, correspondia bem à idéia que no estrangeiro se fazia mais geralmente do tipo israelita, em particular dos sefardim.

Até hoje, embora desvanecida talvez, essa crença corrente de que todos os portugueses seriam judeus ou marranos, não cessaram, todavia, muitas das confusões a que as simples aparências podem dar margem. O fato é que ainda continuam a subsistir ~~largamente~~ dessas confusões, e não apenas com referência aos naturais do antigo Reino, mas também, e não sei se diga em maior grau, aos seus descendentes no Novo Mundo.

A tal respeito não parece descabido lembrar certa passagem de um escritor dos mais ilustres de nosso tempo, o qual, descendente de luso-brasileiros, do lado materno, se viu alvo, por sinal, de críticas de anti-semitas que pareciam querer atribuir-lhe sangue judaico (14). Apenas é de notar que no trecho lembrado, os lusitanos ou melhor luso-brasileiros, já não surgem assimilados aos judeus, segundo o velho costume, Estes, sim, e a circunstância não deixa de ser igualmente significativa, é que irão parecer menos judeus, em confronto com aquela gente. De um dos seus personagens, Leo Naphta, cristão novo e jesuita, escreve, com efeito, Thomas Mann, que tivera a vocação sacerdotal estimulada pelo ambiente tolerante e democrático de um pensionato que freqüentou na Alemanha, mantido por padres da Companhia, cujo cosmopolitismo tornava despercebidos seus traços raciais: entre os condiscípulos do

---

(continuação da n. 13) les noms de presque toutes les premières familles du Royaume. Les gens du commun, c'est à dire les ignorants de Hollande et d'Angleterre, s'imaginent que ces noms là sont propres aux juifs, et de là vient qu'ils croient sottement que tout portugais est juif, dès qu'il porte un de ces noms". Comentando tais palavras, diz J. L. de Azevedo que "ainda hoje se pensa dessa sorte".-

(14) Nessas críticas, que infelizmente só posso referir de memória, não dispondo no momento da biografia de Thomas Mann por Eloesser, onde as vi citadas e combatidas, mostra-se cético, quem as faz acerca da procedência sul-americana da mãe do romancista, inclinando-se antes a crer que Este teria origens "menos confessaveis".-

mesmo Naphta havia gente de lugares exóticos, sul-americanos de origem portuguesa que se diria mais "judeus" do que êle próprio, filho, no entanto, de um schochet da Galícia, rigorosamente adstrito, em seu ofício, aos preceitos talmúdicos (15).-

(15) Thomas Mann, Der Zaubergerg, II., p. 153.-

VIII.

Se ao exotismo de fundo oriental - judeu ou mouro -, que pareciam assim exibir, não apenas em seus usos peculiares, mas até em seus traços físicos, portugueses e espanhois em geral, mostraram-se demasiado sensíveis, já à época dos grandes descobrimentos marítimos, inúmeros viajantes europeus que percorreram a península, eram em geral contraditórias as impressões ali recolhidas pelos mesmos viajantes. E isso se dava sobretudo quando em contacto com as regiões peninsulares onde se respira mais de perto o ar da África - segundo disse um dêles, o humanista Olenardo, escrevendo de Lisboa - mais agressivo era o contraste com o restante do mundo ocidental.

Entre os homens do norte da Europa, certamente, mas também entre italianos, tão próximos, em muitos pontos, da gente ibérica, e que dela ainda mais se aproximariam com o domínio territorial e a hegemonia política exercidos pelos espanhois em sua terra, a atitude dominante, em face daquela gente envolveu, realmente, desde o início, um curioso mixto de aversão, não raro de íntimo desprezo, com uma admiração às vezes exaltada ante os feitos dos denodados marinheiros e soldados peninsulares.

Seu formalismo austero e mesureiro, seu gôsto do aparato exterior e da pompa, a ociosa sobranceria e petulância dos grandes,

unida à miséria sem remédio da massa popular, a fanática e supersti-
ciosa religiosidade dos que se pretendiam católicos e que chegavam a
fazer-se mais papistas do que o Papa, ao lado do "peganismo" ou judg
ismo de minorias sempre numerosas, a suscetibilidade irritadiça de qu
quase todos, expressa na noção bem hispânica do ponto de honra, o "
pundonor", como diziam, inscrevem-se entre os fatores declarados da-
quela aversão. E, contudo, não chegam a impedir os panegíricos, às
vezes interesseiros, é certo, que lhes vão de toda parte, sugeridos
pelas suas façanhas no ultramar e ainda mais, pela ascenção políti
ca de Castela, que com o tempo iria situá-la em primeiro plano entre
os Estados europeus.

De modo que o menosprezo, real ou fingido por tudo quanto
nas populações ibéricas parecesse lembrar os contactos forçosos e a
mistura de raças, costumes e credos estranhos pôde ser muitas vezes
sobrepujado por uma admiração quase sem contraste por tudo quanto dis
tingue particularmente aquelas mesmas populações. É natural que a ad
miração, nêsse caso, se volte principalmente para a Espanha, a Espe-
nha da casa da Austria e se manifeste nos seus mais variados matizes,
desde a emulação decidida até à imitação ou o aplauso das suas pecu-
liaridades nacionais.

Como ela se relaciona claramente com a grandeza política e
militar de Castela, que deita sua sombra sôbre ~~grande~~ larga parte do conti
nente, e não apenas sôbre as remotas terras de ultramar, bem minguada, comparativamente, seria a participação lusitana nêsse prestígio europeu do mundo ibérico. Pode lembrar-se, evidentemente, que, antigos discípulos, nêsse particular, de outros povos, dos italianos principalmente, os portugueses se tinham, aos poucos, tornado verdadeiros

mestres em tudo quanto pertencesse à arte de navegar, e não é por acaso se até aos nossos dias são de procedência lusitana, muitos dos termos náuticos mais geralmente usados. Acrescente-se que a eminência por êles demonstrada nêsse ramo de atividade envolve tanto os seus aspetos estritamente práticos, como ainda as questões especulativas e teóricas associadas a sua vocação marítima. Assim é que se destacaram na cartografia, independente das simples cartas de marcar, a partir, principalmente de Pedro Reinel; na astronomia, cosmografia e matemática, através de Pedro Nunes; no estudo dos seguros, com Pedro de Santarém, o Santerna dos tratadistas....

E não é mister discorrer aqui sôbre o poderoso estímulo que a outros povos chegaram a oferecer suas maravilhosas navegações, assim como os frutos delas e, em particular, o melhor conhecimento que proporcionaram das novas terras descobertas e exploradas. De um modo geral, porém, o interesse merecido pela obra dos portugueses confunde-se largamente com a curiosidade nascente pelos mundos novos que êles foram os primeiros a revelar, cada vez mais distantes de seu reino europeu.

No apogeu de Castela, que bem cedo aliás pudera competir com Portugal na expansão oceânica, essa mesma expansão está longe, ao contrário, de ser empolgante e soberana. Mais do que a conquista das suas Índias, o que a engrandece, aos olhos dos estrangeiros são as formas de organização política, religiosa, militar e intelectual, que a converteram numa das grandes potências européias.

É de notar-se que essas formas nem sempre resultam, ali, naturalmente, de condições particularmente favoraveis ao seu franco desenvolvimento, tais como aquelas que a Portugal, breve faixa de terra

voltada para a imensidade do mar Oceano, tenderiam a dar uma fisionomia predominantemente talássica. É ao contrário a vontade humana, criadora e organizadora, independente, em todo caso, das condições naturais, o que parece dar-lhes corpo e animá-las.

Na arte da guerra, por exemplo, a superioridade dos equinos ibéricos e a longa prática adquirida nas lutas com a mourisma, tão afeiçoada a êsse gênero de milícia, seria de molde a fazer com que se viessem a destacar os castelhanos antes na cavalaria do que na infantaria. Deu-se, porém, justamente o oposto e foi preciso muito esforço para que pudessem competir seus cavaleiros com os de outros paises europeus. Ao tempo de Maquiavel, a cavalaria dos espanhois comparava-se desfavoravelmente com a dos alemães e suissos, por mais que houvesse entre êles bons homens de guerra (1). E isso, talvez, porquê a própria prática alcançada nos combates com o sarraceno aferrara-os a métodos peculiares e que resistiam mais vivamente a qualquer tentativa de reforma, já que o hábito se tornara entre êles como uma segunda natureza. Houve quem dissesse dos espanhois que, no cavalgar, pareciam servir-se dos animais à maneira asiática e africana (2), e Guicciardini sustentava que costumavam valer-se das suas cavalgaduras segundo o modo dos mouros, bom para a caçada, as escaramuças de retaguarda nos acampamentos, as ações que visam a interceptar a condução de mantimento às tropas inimigas e provocar outros estorvos semelhantes, não para o combate em campo aberto (3).

O resultado foi que nêsse modo de milícia, mas somente nêle, tiveram de seguir, ao cabo, a escola dos suissos, franceses e alemães.

---

(1) Ver sobretudo o fi al de Il Principe e também o livro segundo de L'Arte della Guerra. Nicolò Machiavelli, Tutte le Opere di...I.pp.ss e 484.

(2) Cf. Benedetto Croce, La Spagna nella Vita Italiana, p. 218.-

(3) F. Guicciardini, "Relazione di Spagna", Scritti Autobiografici e Rari, p. 129.-

Em compensação, os métodos desenvolvidos para a infantaria, por obra de Gonzalo de Córdoba, popularizaram-se rapidamente com os sucessivos triunfos de Gran Capitán, a tal ponto que se tornaram o modelo fiel - mente coipado pelos demais exércitos europeus.

Em outros pontos, os tipos de organização suscitados pelos castelhanos em seu reino e em todo o Império espanhol foram o ponto de partida das atividades desenvolvidas logo depois por outros Estados. Em tudo quanto diz respeito à vida estatal, principalmente ao tipo de monarquia absolutista, amparada na idéia do direito divino dos reis, tornaram-se êles antes credores do que devedores dos demais pises europeus que se inclinariam para as mesmas tendências.

No domínio econômico, êsse princípio levaria os castelhanos e também, nêste caso, os portugueses, a desenvolver ao extremo a intervenção estatal na vida econòmica de seu Império. Se tal política não chegou a ser largamente imitada por outros paises, durante a era do mercantilismo, deve-se isso, talvez, ao fato de que nêstes o poder do Estado eramenos absorvente das energias e iniciativas que pudessem ser exercidas, eventualmente com maiores vantagens pelos particulares.

De outro lado seria um nunca acabar se se pretendesse dar aqui o devido realce à parte que coube aos espanhois na reorientação da vida eclesiástica da Europa. É bastante lembrar que espanhola, de origem, é a companhia de Jesus e que por intermédio do Concílio de Trento e da Contra Reforma, uma genuina reforma católica de raizes hispânicas e castelhanas acabou por triunfar em grande parte do mundo cristão. E que dizer do alcance das formas de espiritualidade mística nascidas em Castela, com Santa Teresa e São João da Cruz, mas logo adotadas além dos Pirineus ? Ou da renovação do pensamento escolásti-

co através dos teólogos, principalmente dos teólogos jesuítas da Espanha ? Ou ainda do novo e vasto capítulo que alguns dêsses nossos teólogos, a começar pelo dominicano Francisco de Vitória abriram no campo do direito das gentes?

Essa decisiva influência espiritual castelhana irá alcançar aliás, territórios mais profanos, com as imitações dos dramas e comédias espanholas do romance picaresco, da pintura barroca, sem falar nas narrações bucólicas ou nas novelas de cavalaria do tipo do Amadis de Gaula, gêneros, êstes dois, e são quase os únicos, onde os portugueses também têm papel conspícuo. Mas é bem notar, de passagem, que mesmo essa participação lusitana foi largamente possibilitada pela circunstância das suas obras mestras, em tais sectores, terem sido inicialmente propagadas ou até redigidas em castelhano: é o caso do próprio Amadis, se é que existiria um texto português antes da redação espanhola de Montalvo, atualmente conhecida, ou o da Diana, que o português Jorge de Montemor compos diretamente em espanhol.

Cumpre ter-se em conta que, já em fins do século XVI, a importância do espanhol no resto do continente europeu começava a ser comparavel, de algum modo, à que tivera anteriormente o italiano, e à que, em seguida, seria reservada ao francês. Na Inglaterra e na Alemanha, consta que o falavam ou compreendiam todos os homens de certa cultura. Na França, é Cervantes quem o diz, "ni varón, ni mujer deja de aprender la lengua castellana" (4). O mesmo, aproximadamente, já o disera Juan de Valdés, a propósito da Itália, onde "assi entre damas como entre cavalleros se tiene por gentileza y galanía el saber hablar castellano" (5).

---

(4) Miguel de Cervantes Saavedra, "Persiles y Sigismunda", Obras Completas, p. 1667.-
(5) Juan de Valdés, Diálogo de la lengua, p. 6.-

Pode presumir-se que, em muitos aspetos, foi a Europa que mais depressa se hispanizou, de vários pontos de vista, a partir da mesma época, do que a Espanha se europeizou. Até as formas ibéricas de cerimôniosa etiqueta, que os viajantes quinhentistas tanto ridicularizaram nos primeiros tempos, logo passariam a constituir uma espécie de patrimônio comum a todo o continente, em virtude, talvez, do fastígio internacional da casa d'Austria. Passado algum tempo, é já a complacente curiosidade de seus compatriotas e a viva admiração que alimentam, a seu ver, por tudo quanto fosse estrangeiro, o que leva Saint-Simon a dedicar uma longa digressão, nas Memórias, aos hábitos de cortesania e aos títulos espnhois.

Outro aspeto do prestígio singular das coisas hispânicas durante a era do barroco, prende-se ao largo apelo de certas formas de devoção religiosa, próprias da península ibérica. Se o culto tradicional, e as correspondentes peregrinações, a Santiago de Compostela, principiam, e na própria Espanha, a conhecer seu ocaso durante o Renascimento, outras devoções, popularizadas principalmente pelos jesuitas, parecem sugerir, mais vivamente ainda, aquêle prestígio. Surge assim a devotio ignaciana, por exemplo, e com ela, a devotio xaveriana, atestada, esta, pelo número consideravel de irmandades patrocinadas por São Francisco Xavier, que surgem em todas as partes do mundo católico.

O aparecimento dêsses novos cultos não precisa esperar, aliás, pelo ano de 1622, em que foram canonizados os dois grandes jesuitas, juntamente com outros religiosos espanhois, como Teresa de Avila e Isidoro de Sevilha. Mas é a contar daquêle ano, que irá ultrapassar os Pirineus o uso, por exemplo, da água consagrada em nome

de Santo Inácio ou de São Francisco Xavier. Em Mindelheim, na Alemanha, chegou a criar-se o uso dos recipientes de cerveja decorados com a imagem de Santo Inácio, na presunção de que, por essa forma, se conservaria melhor a bebida(6).

A devoção por outro santo ibérico, o português Antônio de Bulhão, irá revigorar-se, igualmente, na era do barroco. É então que a popularidade de Santo Antônio começa a ultrapassar todos os limites convertendo-se em alívio dos necessitados, amparo das vítimas da guerra, da peste, dos naufrágios, socorro dos viajantes, proteção dos rebanhos, além de dar-lhe qualidades especiais para favorecer casamentos ou achar coisas perdidas. De Portugal e Castela propaga-se a outros países, principalmente aos que se sujeitam à casa de Habsburgo, a noção do Santo Antônio guerreiro e provido de patente militar; noção, essa, que ganharia também o Brasil.

Na Alemanha, em particular, vemo-lo transformado em general e almirante, algumas vezes representado de chapeu de plumas e espada à cinta: nêste último caso, de acôrdo com modelos castelhanos. Já houve quem se perguntasse até que ponto essa forma de culto, comum a portugueses e espanhois em geral, não seria uma lembrança de hábitos oriundos da Reconquista na península, em que os santos aparecem tão frequentemente pintados, na imaginação popular, a lutar entre os soldados cristãos. E não é inverossimil a idéia, ultimamente sugerida, de que o Santo Antônio soldado tenha tido sua origem na crença, divulgada pelos hagiógrafos lusitanos, de que pertenceria êle próprio à linhagem de Godofredo de Bulhão, heroi da primeira cruzada e advocatus Sancti Sepulchri (7).

---

(6) Veit-Lennart, Kirche und Volksfrömmigkeit im Zeitalter des Barock, p. 69

(7) Veit Lenhart, Kirche und Voldsfrömmigkeit, p. 74.-

Com muito maior freqüência, porém, aparece o santo de Pá - dua - e de Lisboa - tendo nos braços o menino Jesus, imagem essa que se generalizou em princípios do século XVII, ao passo que, em tempos anteriores, principalmente na Idade Média, êle é figurado, de ordinário, trazendo nas mãos um lírio e um livro. Qual a popularidade dessa nova imagem, coincidindo com o culto de São José, mais uma devoção tipicamente barroca e promovida em grande parte pela espanhola Teresa de Ávila, tivesse surgido como complemento necessário da idéia do absolutismo paternálístico da era dos Filipes, é uma hípótese bastan sugestiva, quando não de todo plausivel, que chegaram a apresentar alguns doutores modernos.

Juntamente com semelhantes cultos, outras muitas devoções, estas nada piedosas, dado que danavam, mais do que aproveitavam aos que as exercitassem, expandem-se da península ibérica côbre o resto da Europa. É o que acontece, por exemplo, com as danças espanholas, objeto, em toda parte, durante o século XVII, de fervorosos adeptos. Já se lembrou como até na Inglaterra chegaram a introduzir-se muitas delas, inclusive os "bailos de mourisco", a que todas, em geral, se aparentavam.

Seria interessante assinalar-se como ainda a mesma Inglaterra não se mostrou insensivel à sedução erótica exercida pela mulher do tipo meridional, predominante na Península Ibérica: sedução que parece ter substituido quase de golpe, na Europa Ocidental, a idealização da mulher loura e de olhos azues, alimentada pelo platonismo petrarquiano, que se refletira nas obras dos poetas e pintores quinhentistas. Não admira se até uma palavra protuguesa, capaz de evocar o nome dos infieis, antigos dominadores do território hispânico, chegasse a impor-se em alguns círculos para designar a mulher de

tez trigueira e cabelos escuros, ameaçando tomar o lugar do vocábulo de origem francesa que, ainda em nossos dias, entre povos anglo-saxões, continua a usar-se com o mesmo sentido.

Assim, "morena", e não "brunette" era como se costumava chamar em Londres, durante o reinado de Carlos II, a bela Elizabeth Dekins, figura de realce, aparentemente, na sociedade britânica da época da Restauração. Samuel Pepys, que regista essa alcunha de Elizabeth, ainda alude a outra morena - "my new Morena" -, que avistara numa cerimônia religiosa, em companhia de Pegg Penn, mais tarde Mrs. Lowther, irmã do fundador da Pennsylvania (8).

A introdução dessa palavra portuguesa na Inglaterra dera-se com a chegada ali de Dona Catarina de Bragança. E se alcançou um êxito apenas passageiro, foi talvez devido ao medíocre interesse despertado ali, não apenas pela rainha, igualmente "morena", como pelas damas portuguesas que a acompanharam. Segundo fazem crer depoimentos contemporâneos, além de não representarem estas, precisamente, tipos de beleza, vestiam-se de um modo antiquado, em Londres, pelo menos de vinte anos, e não exibiam o desempeno que tinham alcançado as damas inglesas. É certo que êse contacto com a Côrte dos Stuarts prometia mudar seus hábitos de severa reclusão trazido do país natal: "I find nothing in them that is pleasing", escreve ainda Samuel Pepys, "and I ~~find~~ see that they have learnt to kiss and look freely up and down already, and I do believe will soon forget the recluse practice of their own country" (9).

---

(8) Samuel Pepys, The Diary of...., II., p. 110, e IV., p. 289.-

(9) Samuel Pepys, The Diary of ..., II., p. 229.-

Outro vinco, porém, e êste mais duradouro, terá deixado na Inglaterra, o casamento lusitano do terceiro Stuart, se é exato, como houve quem o pretendesse, que a rápida difusão ali do consumo do chá, primeiramente na Côrte, depois nos círculos da aristocracia, finalmente entre gente mais humilde, se deve a Dona Catarina de Bragança e ao seu séquito, que, já em Lisboa, tivera ocasião de travar conhecimento com a bebida(10). Ao lado da laranja doce, chamada em alguns lugares "laranja de Portugal", e também do tabaco, remetidos ambos, por volta do ano de 1560 pelo embaixador Jean Nicot, que tratou de obtê-los a instâncias, num caso, do cardeal de Lorena, no outro, de Catarina de Medicis (11), é êsse dos principais produtos cuja disseminação na Europa, depois de introduzido seu consumo na Península, terá sido, ao menos em parte, obra lusitana.

Tal obra representa, contudo, apenas uma face do continuado trato e communicação com os paises do mesmo continente, que hão de servir para melhor integrar as nações ibéricas no concerto europeu, ao par da acção imperial desenvolvida sobretudo pelos castelhanos, e que não se exerceu menos na Europa do que nos novos mundos. Se Portugal não foi parceiro nêsse imperialismo, senão como vítima ou então, nas palavras de um autor do Setecentos, como "perpétuo instrumento para que se enfraqueça a Espanha"(12), era inevitavel que, vergôntea da mesma árvore, viesse sua gente a partilhar de algum modo da reputação, boa ou má, que grangeassem para si os seus vizinhos caste

---

(10) Edmundo von Lippmann, Historia do Assucar, ii., p. 200.-

(11) Cf. C. da Cunha Coutinho, "Expansão da laranja doce e do tabaco na Europa", Congresso do Mundo Português: Publicações, V., pp. 275 e 279.-

(12) "Britannia Languens or a Discourse of Trade (1680)", Early Tracts of Commerce, p. 470.-

lhanos. E parece muito provavel que essa reputação chegou a ser, em muitos pontos, menos má, ao findar-se, do que o fôra ao iniciar-se a magnífica trajectória imperial de Castela.

Por um lado, o próprio declínio do poderio político e militar da Espanha deveria contribuir, em parte, para que se abrandassem queixas, aquietassem ciumes, amainassem rivalidades ou despeitos, oriundos do natural abuso daquêles poderes (13). E, além disso, o tempo teria ajudado a embotar um pouco a sensibilidade dos naturais de outros reinos a certos traços peculiares das gentes ibéricas, de modo que seu próprio "exotismo" se fizera, algumas vezes, menos exótico, e sua singularidade mais toleravel, ou, não raro, atraente.

É, de fato, nos anos que precedem imediatamente a expansão plena de suas energias nacionais, que os povos da Península tendem a oferecer, aos olhos daquêles estrangeiros, contrastes mais violentos ou irritantes com o resto da Europa, se bem que já tenham principiado a sobressair dentre êles por alguns dos feitos que mais os notabilizam. Nada tão característico, a êsse propósito, como as impressões contraditórias que, segundo já foi lembrado, recolhe das nações ibéricas Francisco Guicciardini, por exemplo, apologista de sua obra e desprezador de sua índole. Ou do que certas considerações do próprio E-

---

(13) É significativo que na mesma Inglaterra, onde o sentimento anti-espanhol fôra singularmente intenso desde a época de Maria Tudor, e só tivera motivos de fortalecimento, com a recordação do episódio da Invencivel Armada ou das guerras de religião, a opinião pública parece ter evoluido, aos poucos, num sentido mais favoravel do que adverso àquêles peninsulares. Prova dessa mudança está nos tumultos sangrentos que se sucederam nas ruas de Londres, em setembro de 1661, devido a um caso relacionado à tradicional questão da precedência entre os embaixadores da França e da Espanha, que resultou, segundo Pepys, no triunfo do último, para grande júbilo de toda cidade. E assim se deu, explica o diarista, porquê, em realidade, "todos nós estimamos naturalmente os espanhois e detestamos os franceses" ("indeed we do naturally al love the Spanish an hate the French") S. Pepys, The Diary of..., II. p. 105.-

remo de Rotterdam, cuja latente hostilidade ao mundo hispânico - não obstante os estreitos laços que o unem a um Vives ou a um Damião de Góis - se vai fundir, de modo altamente significativo, naquela sua ponta de anti-semitismo, que mal conseguia dissimular em vários escritos públicos ou em cartas particulares.

Os honrosos convites, os encômios entusiásticos, as demonstrações de afeto que recebe continuadamente da Península, podem fazer-lhe mudecer nêle, momentaneamente, a consciência de sua pouca afinidade com aquêles meridionais, enfadonhos e um tanto risíveis com suas inflamadas cortesias, amigos, além disso, das posturas aparatosas e solenes, onde o humanista julgaria discernir uma espécie de prolongamento mundano daquela devoção puramente exterior, atribuida com freqüência aos judeus. De qualquer forma, se os modos cerimoniosos, à espanhola, pareciam ter em si qualquer coisa de religioso ou litúrgico, se o próprio vocábulo "cerimônia" fôra, conforme se lê no Galateo, transferido do domínio do sagrado para o do profano, do altar para os salões ou a praça pública (14), as reverências que manifestavam eram em tudo avessas às suas idéias mais diletas sôbre o que fosse a verdadeira piedade cristã.

---

(14) "Galateo ovvero De'Costumi", in Baldassar Castiglione e Giovanni della Casa, Opere, p. 579:"...quelle solennità, che i chierici usano dintorno agli altari, e negli uffici divini, e verso Dio, e verso le cose sacre, si chiamano propriamente cirimonie: ma poichè gli uomini cominciaron da principio a riverire l'un l'altro con artificiosi modi fuori del convenevole; ed a chiamarsi padroni e signori tra loro, inchinandosi e storcendosi e piegandosi in segno di riverenza, e scoprendosi la testa; e nominandosi con titoli isquisiti; e baciandosi le mani, come se essi le avessero, a guisa di sacerdoti, sacrate; fu alcuno che, non avendo questa nuova e stolta usanza ancora nome, la chiemó cirimonia; credo per istrazio.... la quale usanza senza alcun dubbio a noi non è originale; ma forestiera e barbara..."

Por isso não admira se o menor agravo que Erasmo receba ou julgue receber daquela gente mesureira e formalística, logo faz subir à tona a opinião desfavoravel que ela lhe sugere - o seu non placet Hispania -, bem diferente, em suma, e tão mais radicel do que a impaciente irritação que é capaz de exprimir em face dos alemães, empenhados em tê-lo por um dos seus, ou daquela acrimônia com que se aparta dos italianos, sempre apegados ao seu pretenso monopólio das letras e da cultura clássicas e desdenhosos de todos os engenhos bárbaros, isto é estrangeiros. Pois o que o move, nêstes casos, é, de um lado, uma simples reação de defesa - que o levará mesmo a dizer-se mais gaulês do que germano, invocando a posição geográfica dos Paises Baixos, onde nascera - e de outro, principalmente quando o provocam certos "macacos de Cícero", alguma ponta de despeito.

Em seu elogio das grandes navegações portuguesas, inserto na epístola dedicatória a D.João III, que precede os Crisostomi Locubrationes, discerniu um notavel estudioso qualquer coisa de frio e seco (15). Embora admitisse talvez, o alto valor daquelas emprezas, é de crer que Erasmo se sentisse intimamente extranho ao espírito que as guiava. Com efeito, a um homem como êle, profundamente europeu e civilizado, não deveriam dizer grande coisa as terras remotas e as gentes selvagens que atraiam as caravelas lusitanas. O timbre falso que podem dar as palavras onde celebra a glória de um país que, para bem da Cristandade, domesticara o vasto Oceano, "desde Ceuta, nas colunas de Hercules, até à China, lugar da Índia", fazendo-o a mais segura via para os nautas - êle país exíguo em território, assim como Esparta, e que

(15) Marcel Bataillom, "Erasme et la Cour de Portugal", Etudes sur le Portugal au temps de l'Humanisme, p. 84.-

todavia, "não cede a palma a nenhum outro reino, em fama e bom nome" -, prende-se também, de algum modo, ao convencionalismo próprio dêsse gênero literário que são os panegíricos endereçados a um monarca.

E é mistér ter-se em conta que redigida a instâncias de seu amigo Erasmo Schetz, comerciante de Antuerpia, o mesmo Schetz que terá o nome ligado, mais tarde, ao engenho chamado de São Jorge dos Erasmos, em nossa ilha de São Vicente, uma das primeiras, senão a primeira, fábricas de açucar erigidas no Brasil, essa epístola fôra seguramente ditada pela esperança de vantagens materiais, já que, por muito menos - como êle próprio o dirá depois -, chegara antes a receber duzentas cordas de ouro do cardeal de Lorena. Nem assim consegue dominar, nêsse escrito, uma revolta, sincera, certamente, contra "determinados monopólios". Os quais, ainda que fizessem mais cômodas e módicas as importações, só serviam, no entanto, para que mais se elevassem os preços dos gêneros de consumo, de modo que alguns dêles, como o açucar, em particular, alcançavam os lugares de destino mais caros e, o que é peór, deteriorados.

Essa passagem, segundo observa também Marcel Bataillon, no belo estudo que dedicou ao assunto, é de grande importância: primeiramente porquê nela se exprime a indignação generalizada contra os monopólios, e, depois, porquê nos oferece a interpretação oficial, que deveria circular nas rodas da feitoria real de Antuérpia, acerca das conquistas portuguesas de Marrocos.

Tratara-se inicialmente, é œrto, de conquistar praças africanas, por serem estas as bases principais e os maiores ninhos de piratas muçulmanos, que tornavam insegura a navegação da Índias. Fôra

mesmo dito, a respeito, que os soberanos portugueses não tinham em vista retirar de semelhantes conquistas senão o montante das despezas de ocupação. E, não obstante esses promessas, o insigne benefício estava ameaçado de perder-se devido à ganância de alguns agenciadores, e a obra de propaganda da fé, viveiro de piedade cristã, achava-se comprometida. Semelhante obra realizava-se apenas "de passagem, obiter: consequência e não alvo da empreza de conquista" (16). Não é um parco a censura dirigida por um Paulo Giovio aos métodos de expansão lusitana, e que dera origem a acerbas contestações de um amigo do próprio Erasmo, ou seja de Damião de Goia (17)?

De qualquer modo, e conquanto o humanista cuidasse a seu gos

---

(16) Marcel Bataillon, op. cit., p. 75.-

(17) É interessante notar como, em sua réplica, Damião, pretendendo defender seu rei e seus portugueses, não propriamente o monopólio, pois, observa, "se abusos há por vezes, são culpados só os mercadores, regatões e bufarinheiros, para os quais nada vale além do lucro" parece ter em mente algumas das críticas de Erasmo. Assim é que refere como a gente lusitana, depois de vencer aos castelhanos, tratara de conquistar Ceuta, famosa cidade edificada nas Colunas de Hercules. Submetendo, depois, em grandes empresas, os reis de Fez e das Hespálides, tomámos Tanger, Arzila, Alcácer, Tetuão, Safim, Castelo Real e Azamor, Tício e Mazagão, patrimônio que era dêstes Reis, e outras cidades que foram destruídas. De todos êstes feitos de armas não resultou benefício para os nossos Reis, senão enormes gastos e a perda de muita nobreza. que lá ficou para sempre sepultada". Alude ainda aos esforços missionários como finalidade perseguida em primeiro lugar, e não obiter, pelos seus compatriotas, que acabaram por converter à santa fé o rei do Congo, com seus imensos Estados, à pregação religiosa em Guiné e toda a costa d'África, quase até aos montes da Lua, e "nos reinos de Sofala, Benamataxe, Moçambique, Quiloa, Mombaça e outros mais e na vastíssima costa austral do Brasil, onde atualmente nos temos estabelecido em muitas colônias". Admite que êles também procurem auferir lucros e riquezas, mas, ajunta, "que piedoso cristão nos há de ofender com seus malévolos comentários ? Em boa verdade não somos motivo de inveja, antes a todos cumpre dar-nos auxílio, comprando as nossas especiarias por melhor preço - que sempre vendemos mais barato do que antes outras nações as vendiam - e assim poderemos, com êsse dinheiro exterminar da terra a raça dos infieis e pacificamente pregar a Lei Santa, enquanto os demais príncipes cristãos, esquecidos dos seus deveres, se combatem uns aos outros". Damião de Goia, Opúsculos Históricos, pp. 85-89.-

to de dourar a pílula, exprimindo a esperança de que a autoridade dos príncipes saberá opor um paradeiro à ganância dos tratantes, aquelas observações constituiam, em verdade, um ato impensado e contraproducente de parte de quem pretendesse, e Erasmo por certo o pretenderia ao redigir a epístola dedicatória, recolher elevado galardão de tão desvanecedora apologia. Seu escrito não foi apresentado ao soberano e, se o foi, não teve a honra de qualquer resposta.

Uma edição posterior das Lucubrationes sairia emputada do panegírico a D.João e aos portugueses, embora conservando o elogio a Crisóstomo. E em vida do autor, não mais se imprimiria, posto que este manifestasse mais tarde a amigos, inclusive Damião de Góis, seu arrependimento pelo erro que o levara a tratar de assunto tão delicado, atribuindo o trecho infeliz a notícias defeituosas que lhe fornecera certo português.

No primeiro momento, entretanto, chegara a lamentar-se ris pidamente da humilhação sofrida, em carta ao mesmo Schets que lhe sugerira aquela homenagem ao filho do afortunado D.Manuel. "Semelhante dedicatória", diz, "deveria valer-me as graças de qualquer grande príncipe". E acrescenta, logo adeante, "assim sendo, e depois disso, que leve o diabo essa casta de judeus".

Casta de judeus, genus judaicum: o apodo, infamante no espírito de Erasmo envolvia aqui aos portugueses em geral, e não apenas os traficantes marranos, que pululavam em Flandres àquêle tempo. Envolvia inclusive o seu monarca, D. João III, que se mostrara inacessivel a tão exaltadas lisonjas e se via, já então convertido numa espécie de rex judaeorum, tal como aos soberanos da casa de Bragança chamariam mais tarde por despique alguns estrangeiros. Ditada, muito embora, por uma intenção de desabafo, a frase correspondia naturalmen

te à idéia corrente de que a península Ibérica, de todas as partes da Europa, era a mais eivada pela mistura de hebreus. Idéia que, sobretudo na Itália, tornara comunissima a injúria de marrano, enderaçada a qualquer espanhol: "louco, judeu, marrano (dizia então um gramático) são vocábulos indispensaveis em todos os motejos que lhes são dirigidos (18).

Alguns dêsses epítetos parecem justificados, entretanto, não só pelo grande número de hebreus que se deparam por toda a península ibérica, mas ainda pelo fato de se sentirem, êsses hebreus da Espanha - compreendidos, aqui, os portugueses -, mais próximos e orgulhosos das suas raizes asiáticas do que os do restante da Europa, o que os fazia, em verdade mais judeus do que os outros judeus. A longa sujeição ao muçulmano, que lhes permitira o trato mais assíduo dos seus irmãos da Palestina ou de Babilônia, ajudara a melhor preservar-se e avivar-se nêles, com incomparavel pujança, a marca de origem: Toledo, já durante a Idade Média, tivera, entre os judeus de todo o mundo, o nome de "corôa de Israel", tornando-se, ao menos para os da Europa como uma segunda Jerusalem (19). Mas as mesmas afinidades orientais também não seriam encontradas, em maior ou menor grau, e por motivos semelhantes, nos demais habitantes da península ?

Os exageros dessa tendência para se identificarem os espanhois, em geral, com os judeus, se em parte nascia de indisposições ocasionais daquêles que, motejando ou insultando, costumam carregar naturalmente as tintas, devia provir, também, do confuso sentimento de que alguma coisa, sem embargo dos muitos contrastes resultantes de divergências de credo religioso, trazia efeticamente unidos, entre si

(18) Miranda, Osservationi della lengua castigliana, p. 341, apud B. Croce, La Spagna nella Vita Italiana, p. 229.-

(19) Cf. Heinrich Graetz, Volkstümliche Geschichte der Juden, II. p. 595-

cristãos e judeus da península. Uniaõ essa que, manifestando-se não apenas nas feições externas dos homens, como, até certo ponto, em seu próprio comportamento e gênio, apartava-os, de certa forma, dêsse mundo ocidental, a que, no entanto, os anexava a geografia.

A íntima repulsa que, quase sem exceção, suscitavam portugueses e espanhois nos visitantes quinhentistas, quando êstes, ao visitá-los em suas terras, tinham com êles maiores ocasiões de convívio, assemelhava-se muito, em todo caso, à espécie de idiossincrasia que a muito europeu tornou sempre intoleravel o comércio e comunicação dos orientais, apesar do fascinante mistério que pode proporcionar sua velha civilização. E não seriam essas mesmas afinidades asiáticas das populações ibéricas, mais patentes, sem dúvida, no século XVI do que em nossos dias atuais, que tinham em conta, mesmo involuntariamente, os que, se serviam contra elas dos apodos de judeu e marrano ?

Daquela idiossincrasia são característicos, entre inúmeros exemplos que podem proporcionar as letras clássicas, o mortal desalento de um Juvenal, ante o espectáculo da Roma de seu tempo, infestada cada vez mais de gregos - menos aqueus, aliás, do que levantinos, segundo êle próprio o diz, e segundo o sugere sua imagem do Orontes, rio da Síria, a desembocar de velha data no Tibre, trazendo consigo o idioma& os costumes daquelas pafges, a harpa de cordas em viés, os flautistas, os tamborins exóticos, as raparigas expertas na arte de caçar o cliente às portas do circo (20). Ou então, em eras bem menos recuadas, o enjôo de Petrarca, afirmado em carta a um amigo de Pádua, por tudo quanto viesse dos árabes, apesar da aptidão por êstes

(20) Juvenal, Satyra III.- No mesmo sentido pode lembrar-se a fundain compatibilidade de carater que separava os antigos romanos de seus contemporâneos egípcios. Na reação que nêles produziam os habitantes das margens do Nilo, inclusive gregos e judeus, segundo se lê na admiravel descrição de Burckhardt, entrava, aliás, um mixto de desprezo e cautela com o velho respeito que lhes mereciam as crônicas e monumentos da época dos Faraós. Jacob Burckhardt, Die Zeit Constantins des Grossen, pp. 96-105.-

~~dela, por tudo quanto outrora se dera nela, apesar de tudo quanto~~ mostrada no cultivo da ciência, da poesia e da medicina.

"Repugna-me toda aquela corja", escreve, com efeito. Repugnavam-lhe em particular os modos insinuantes e as palavras unctuosas de tal gente, que lhe pareciam trair um fundo de baixeza e perversão. "As mentes humanas", escreve mais, "inclinam-se a agir diversamente, umas das outras; cada homem, porém, como costumaveis dizer, irradia sua disposição mental peculiar. Em suma, estou persuadido de que nenhum bem nos pode vir da Arábia..."(21). Essa crença não é provavelmente estranha à aversão ou, melhor, à irritação que ao grande poeta e humanista provocavam os sequazes de Averróes, comparavel em tudo à de Erasmo contra os cabalistas hebreus ou à de Pascal, e tantos outros, contra a casúística labiríntica de certos teólogos espanhois, principalmente se jesuitas.

Imensuravel, não há dúvida, é a distância que separa os castelhanos do Quinhentos e do Seiscentos, que aportavam à Itália e outras conquistas sempre enfunados de arrogâncias nobiliárquicas ou guerreiras, ainda que os mais andassem macilentos e famélicos, daquêles invasores imbeles do tempo de Juvenal, que, trazidos por um mau vento, em companhia dos seus figos e damascos, logo se aprestavam para desalojar das mais opulentas casas, dos cargos mais altos, dos melhores lugares nos banquetes, homens nascidos sob o céu glorioso do Aventino e alimentados de olivas da Sabina.

O fato, no entanto, é que, maneirosos, os primeiros por honrados, galantes ou cortesãos, êstes por lisonjeiros; palradores, cada qual ao seu jeito; dados, uns e outros, a intrincados pleitos e demandas ou a mestéres parasitários e de pouco peso, ou ainda

(21) Cf. Carta a Giovanni de'Dondi dell'Orologio in Petrarca, Valla, Ficino, Pico, Pomponazzi, Vives, The Renaissance Philosophy of Man, ed. por Ernst Cassirer e outros, p. 142-

se preciso, a se fazerem homens de muitos instrumentos (de modo que o gréculo do ano 100 ou 120 de nossa era se improvisava sem dificuldade em gramático, retor, geômetra, pintor, massagista, áugure, funâmbulo, médico, ou mágico, mais ou menos como o pícaro dos tempos dos Filipes), rufiães incorrigiveis e muito afeitos, igualmente, a amores fáceis, tanto que, segundo o caso e a época, se comprazem em fôlgar com suas bárbaras lobas, de mitra multicor - a picta lupa barbara mitra do satírico - ou com gente de raça daquêlas mil españolas que saben hacer maravillas, mencionadas na Lozana Andaluza de certo Francisco Delgado, médico e literato espanhol que morou em Roma entre 1523 e 1527, aproximadamente (22), podiam impressionar quase de forma idêntica, apesar de diversos, por certos traços que têm em comum: o gôsto das demonstrações exteriores, dos cerimoniais, da improvisação rápida, dos requebros, das facécias, do dizer arguto ou empolado e propriamente asiático, de todos os artifícios, enfim, que ajudam a dissimular, e não raro dissimulam, um perfeito vácuo espiritual

Se entre gentes menos habilidosas encontraram êsses homens quem os aplaudisse, ou os quizesse imitar, a outros, porém, nunca deixaram de dar aso a uma cordial antipatia, quando menos a uma admiração temerosa e desconfiada, que são tudo isso - admiração, antipatia, temor, cautela -, maneiras distintas de traduzir-se a mesma desconformidade de gênios. Vinha desta desconformidade o fato de que, em outras terras, deixavam agravados os naturais, mais do que de ordinário sucede, sempre que, pela própria valentia ou malícia, se elevavam a algum lugar eminente e honroso.

(22) Apud B. Croce, La Spagna nella Vita Italiana, p. 249.-

IX.

Querer frizar, porém, apenas as finidades "asiáticas" apresentadas pelos reinos ibéricos ainda à época em que atingiam seu maior apogeu, é procurar aí um aspeto único de uma realidade múltipla e complexa. Justamente a presença importuna daquêle elemento oriental, mouro ou hebreu de origem, a idéia comunísssima no estrangeiro e tida por afrontosa entre êles, de que os mesmos cristãos tinham ali mistura de infiéis ou não passavam sequer de marranos mal encobertos, serviu em dado momento de aguilhão para as tentativas de reavivar-se a qualquer preço o que nêles ainda houvesse de europeu e ocidental. Donde a própria exigência de uma Inquisição, o requisito da limpeza de sangue, a ostentação e os fumos de nobreza - o querer vir "dos godos" -, que logo passaram a empolgá-los.

Se tinham, no meio dêles, muitos filhos de Israel, e êstes, mais judeus do que os outros judeus, trataram, por contrapeso, de fazer-se mais cristãos do que os outros cristãos. Como a aspereza das lutas da Reconquista aguçasse seu ânimo guerreiro, a moldura social e espiritual a que se afeiçoaram para melhor exercitá-lo, tomaram-na emprestada ao ocidente católico, o que era um meio de separá-los ainda mais dos inimigos da Fé.

Desta forma, a idéia da cavalaria, que se criara nas partes no norte à sombra do princípio feudal, pôde reaparecer e firmar-se

gamente nestas terras, onde o princípio feudal, entretanto, jamais lograra deitar fundas raizes. E diversamente do que ocorreu na Itália, por exemplo, onde, a mesma tibieza do feudalismo fôra empecilho ao desenvolvimento de um código moral de recíproca fidelidade, de justiça, de devoção e obediência, com o que a Cavalaria nunca pescou, ali, [illegible] de uma idéia fictícia, ou meramente literária, aqui ela vai ao ponto de fundir-se com as mais profundas aspirações nacionais dos povos hispânicos.

O ofício próprio dos espanhois é a guerra, dirá certa personagem de um dos mais celebrados poetas e prosadores do Seiscentos (1). E outro tanto declarara Gil Vicente, um século antes, dos seus lusitanos, ao exortá-los:

Alabardas, alabardas !
Não queirais ser genoveses,
senão muito portugueses.... (2)

Mas os preceitos de Cavalaria, que correspondem a êsse nobre ofício, querem, da milícia cristã, que siga virtudes bem específicas. O cavaleiro deve, assim, mostrar-se constante, firme, discreto.

sempre aberto o coração
pera receber paixão,

dedicado, liberal, sóbrio no comer, no beber, até no dormir, que êste haverá de ser "meo velando". E mais, di-lo ainda o poeta da Exortação da Guerra,

Há de ter mui doces modos,
humano, cortês a todos,
servir sem esperar dela,
que quem ama com cautela
não segue a tenção dos Godos (3).

---

(1) Quevedo, Los Mañ Sueños, II., p. 176.-
(2) Gil Vicente, Obras Completas de.... fl. CLIX.-
(3) Gil Vicente, Obras Completas de.... fl. CLVIII.-

Ao par disso, há de fugir, segundo convem a um bom cavaleiro, de toda ocupação servil e da mercancia que, se enriquecem, não enobrecem, nem enrijam a têmpera, mas descansam e aquietam o coração em váos cuidados:

Cobrai fama de ferozes,
Não de ricos, qu'é p'rigosa.

Ora, estas senhoriais virtudes, de uma espécie que se diria antes predatória do que produtiva, sendo recebidas, também, das sociedades feudais do norte, vão enlaçar-se com a tendência geral, em toda a Península, para se recolher e desenvolver, ao máximo, em face do Infiel, um legado ocidental e cristão. Representam, em verdade, modos de agir e sentir nitidamente, tradicionalmente europeus, não do Oriente islâmicoou judaico. E é significativo que se exacerbem na Espanha - e em Portugal - precisamente quando na Europa se desvanecem, com o definhar do feudalismo.

Por isso mesmo que, já no ocaso da Idade Média, eram modos pelo menos antiquados, sua presença tão vivaz nos paises ibéricos pode apresentar-se a muitos como um arcaismo ou até como um exotismo. Não é outra a impressão que ali recebem em particular os viajantes oriundos das terras mais progressivas do continente, da Itália, por exemplo, que mal conhecera o feudalismo e a Cavalaria, ou de Flandres, que já quase os não conhecia.

E contudo à vida renovada que adquirem ao sul dos Pirineus aquelas virtudes senhoriais, caberá uma consideravel missão histórica. São elas o que fornece, se não a regra absoluta, o padrão ideal de vida para uma minoria poderosa e pronta para superar todas as fôrças disjuntivas. O próprio vigor e a singular intransigência com que se afirmam tais virtudes obedecem a uma exigência necessária, pois

só a elevada temperatura de fusão poderá dar fisionomia de algum modo unitário a povos internamente tão divididos.

Contudo, à época dos ~~grandes~~ descobrimentos marítimos, quando principiam, êsses povos, a tornar-se objeto de grande interesse de parte das demais nações, ainda está longe de rematar-se essa obra unificadora. Pode mesmo dizer-se que as fôrças capazes de realizá-la, devido a sua maior projeção na sociedade, representam, de fato, mais um princípio de divisão. Nem a nobreza ou o clero, com efeito, nem os que tratavam de seguir o exemplo das camadas mais altas - e eram sem número, tanto que até a gente miúda reclamava para si o tratamento de senhor, essa manha comum a toda Espanha, de que se escandalizavam os forasteiros (4) - podiam constituir toda a nacionalidade. Forçoso fazia-se, assim, a admissão em vasta escala, de elementos adventícios e heterogêneos, gente que se dedicasse aos trabalhos braçais e aos tratos e negócios, tidos em má conta pela maioria, mas sem os quais não se sustentaria a república.

É explicavel, dêsse modo, que, relativamente à parte do povo obstinada em não abraçar o cristianismo, ou que o adotava só na aparência, prevalecesse uma atitude confusa e incongruente, porquanto os mesmos que tinham por missão ajudar a extirpar o que lhes parecia vergonhosa gafa, eram muitas vezes dos primeiros a cooperar no sentido de se descumprirem todas as ordens visando a isso, sempre que, assim o fazendo, melhor serviam ao próprio interesse. A situação era aproximadamente a mesma em Portugal e em Castela. Se mais árduo se mostrava aqui, e mais persistente o problema dos mouriscos, outro tanto se dava no reino lusitano dom os judeus, que aumentaram, em lugar

---

(4) A. Herculano, "Viagem dos cavalleiros Tron e Lippomani", Opúsculos, VI., pp. 121.-

de diminuirem, desde que à população hebraica natural do país se fo
rem somar novos e copiosos contingentes, expelidos de todas as par-
tes da península ibérica, e que nêle, apesar de todas as medidas em
contrário, puderem muitas vezes permanecer.

A escassez de ~~artifícios~~ artífices e mercadores supria-se
ao menos até certo ponto, com o considerável ingresso de europeus
de outras terras, flamengos, alemães, italianos, ingleses, franceses,
(e bretões), desde 1452, ou antes, fôra concedida em Portugal carta
de privilégios. Nem todos se empregavam em tratos rendosos, e é mes
mo provavel que, em seu maior número, se dedicassem a ocupações hu-
mildes e desdenhadas pelos naturais. "Se uma grande quantidade de e
estrangeiros e compatriotas nossos não exercitasse cá as artes mecâ
nicas, creio bem que mal teriamos sapateiros e barbeiros", escreve
de Évora, em 1535, o flamengo Clenardo (5). Dada sua especialização
na fatura de calçados, os alemães, particularmente, já aparecem em
Lisboa, em meiados do século anterior, servindo nêsse ofício. De um
dêles, Miguel Arnã, sapateiro morador em 1452 na mesma cidade, sabe
-se que foi expressamente compreendido nos privilégios assegurados
àquela data aos de sua nação (6).

É notório que, dentre os mercadores, com ou sem loja, mui
tos eram também os italianos. E havia-os em todas as categorias,
desde a de agentes de grandes firmas, tais como a dos Bardi, de Flo
rença, uma das "colunas da cristandade", na frase bem conhecida de
Villani, os quais, por sua vez, já tinham carta de privilégios em

---

(5) M. Gonçalves Cerejeira, Clenardo e a Sociedade Portuguesa de seu tempo, p. 279.-

(6) Silva Marques, Descobrimentos Portugueses, I. (Suplemento), p.159-

1338, sete anos, por conseguinte antes da falência da matriz (7), até aos atravessadores de gêneros aos pequenos retalhistas. Neste último ramo de negócios parece que ao lado dos italianos, principalmente piacentinos e genoveses, chegaram a destacar-se os ingleses (8), detentores, todos, de antigos privilégios e imunidades.

A presença de numerosos elementos alienígenas, sobretudo nos meios urbanos, ao lado dos judeus e mouros forros, complicava-se ainda mais em terras lusitanas com o avultado concurso de naturais de todas as conquistas ultramarinas do Reino. Sem falar nos pretos africanos, para os quais chegou-se aparentemente a cunhar, entre castelha

---

(7) No vol. 1º a pp 53 e s., da valiosa coleção de documentos publicada por Silva Marques com o título de Descobrimentos Portugueses, pode ler-se a íntegra da carta de privilégios dada a 9 de abril de 1338 a "Beringel Omberto, a Nicolao Bertaldi e aos mercadores da Companhia dos Bardos, da cidade de Florença, que vieram a morar e viver em Portugal". Para uma idéia do que fossem êsses privilégios convém saber que aos ditos comerciantes se concedia segurança para suas possessões e bens, e assim se ordenava que ninguém lhes ousasse fazer mal, podendo eles entrar no Reino e dêle saír livremente, trazer suas mercadorias e vendê-las, feirá-las, trocá-las, pagando a dízima e outros direitos, em pé de igualdade com os naturais, ou exportá-las, nêsse caso sem pagar os referidos direitos; ter consul para julgar de seus pleitos, com direito de apelação para o juiz da côrte. Outrossim ficava estipulado que el-rei e seus corsários, quando fizessem armada de frotas, lhes não tomassem as naves, nem as fazendas que trouxessem, ainda que fosse de terra de mouros, salvo quando se tratasse de coisas defesas, que no documento se especificam minudamente. É interessante notar como só um dos mercadores nomeados no texto figura no elenco de feitores dos Bardi publicado por Armando Sapori, onde se chama Niccolao di Bertolo Bertoldi. Esse nome já aparecia em 1328 entre os empregados da firma, com o estipêndio anual de 72 e 1/2 libras. O último estipêndio registrado com seu nome tem precisamente a data de 1336 em que ia estabelecer-se em Portugal. Sapori não alude a sua estada ali, mas dá-o como estante em Sevilha no mês de julho de 1336 e entre março e abril de 1337. E acrescenta que continuou a ter relações com a Companhia até 1342. Cf. Armando Sapori, "Elenco di fattori della Compagnia Bardi dal 1310 al 1345 e loro curriculum vitae", Studi di Storia Economica Medievale, p. 488.-

(8) Cf. "Carta de defesa posta aos mercadores genoveses, piacentins, ingleses e outros estrangeiros de retalhar panos pelo reino, por si ou por outrem, bem como de comprar mel, e outro de haver-de-peso em todo o reino", de 25 de Agosto de 1391, in S. Marques, Descobrimentos Portugueses, I (supl.), p. 308.-

nos, a designação eufemística de "ébano de Portugal"(9), havia ali, particularmente em Lisboa, gente de toda parte, dos mais remotos lugares, utilizada nos mais variados misteres. À época em que Filipo Sassetti andou na metrópole portuguesa, isto é de 1578 a 1580, só lá não iam, ou já não iriam, os nativos do Brasil, pois o que corria acerca de sua ruindade e teimosia - "gente cattiva e ostinata" - era de molde a depreciá-los no mercado.

Não faltavam, em compensação, os japões, por exemplo, dados a todas as artes mecânicas e em geral "de bom entendimento". E também os chinas, "gente de grande intelecto", sabiam desempenhar-se a contento nos mais variados efícios' mas onde davam de si melhor conta era na culinária, em que tudo aprendiam "maravilhosamente". Embora os dados disponiveis não permitam, a êsse respeito nenhuma presunção segura, é pouco provavel que avultassem numericamente em Portugal dêsses escravos japoneses ou chineses. Por um lado cabe imaginar que sua captura em larga escala deveria encontrar obstáculos incomparavelmente mais sérios do que a dos negros africanos e, por outro, o transporte, ao longo da dilatada derrota do Oriente, era de molde a tornar pouco acessiveis os preços dessa mercadoria humana.

E não é lícito desprezar o fato de que as objeções opostas ao tráfico dêsses orientais por numerosos eclesiásticos e teólogos, em contraste com a posição por êles tomada no caso do comércio negreiro, fundavam-se em razões de certo modo ponderaveis. O jesuita Luiz de Molina, por exemplo, que vivia àquela época em Portugal, e que não era certamente um modelo de severidade com relação aos traficantes de africanos, revela-se bastante cético e reservado quanto à

---

(9) Cf. Espinel, Vida de Marcos de Obregón, I. p. 91.-

justiça do cativeiro dos chineses.

A razão das suas dúvidas nêsse particular estava em que, reinando uma paz perene no Império do Meio, segundo relatos fidedignos, êle não via bem como os portugueses pudessem alquirir ali prisioneiros de guerra, da forma por que o faziam no continente negro. Assim sendo, no que diz respeito aos naturais da China levados como escravos para o Reino, só podia admitir que eram vítima da cruel rapacidade de certos traficantes. Acrescenta ainda, o mesmo Luiz de Molina, que, tendo já manifestado por escrito suas suspeitas, desfavoraveis à ação dos mesmos traficantes, encontrara, posteriormente, ocasião de submetê-las à apreciação de um dos padres da Companhia -"um dos nossos", segundo suas próprias expressões -, que, tendo estado longamente nas partes da China, não teve hesitação em confirmá-las plenamente (10).

Quanto aos escravos originários das Índias orientais, é pouco provavel, apesar do silêncio aparente de Molina, que essas razões adversas ao tráfico de chineses tivessem contra êles a mesma fôrça. Ao menos se é certo, como o faz crer Sassetti, que pertenciam, os de Lisboa, apenas a duas gerações distintas, a saber a dos mouros maometanos e a dos negros gentios, isto é pagãos ou politeistas. Pois se, quanto a êstes últimos, era em tudo aplicavel o que já fôra dito dos pretos da costa d'Africa, no caso dos mouros, a simples circunstância de serem êstes dos peóres inimigos da Fé, do bom nome e das virtudes cristãs, já por si daria ensejo a guerras justas, que permitissem seu cativeiro.

---

(10) L. Molina, De Justitia et Jure, Tract II. disp. 34. n. 20, apud Dr. J. Hoffner, Christentum und Menschenwürde, pp. 195.s.-

Sôbre êsses "mouros" da Índia escreve ainda o florentino que, ferrenhos na côr, mais do que os ciganos e menos do que os negros de Guiné, eram dotados de inteligência deveras excepcional - "gente di tanto inteletto che nessuna più" - e na própria vivacidade do olhar já deixavam transparecer seu agudo engenho. Mal inclinados de natureza, passavam por ladrões refinadíssimos; entretanto os que fossem isentos dessa balda podiam ser de grande serventia para seus amos. Os negros da Índia, por sua vez, que incluiam também os de Moçambique e dos sítios do mar Índico propínquos à Equinoxial, êstes recrutavam-se de preferência para os serviços pesados e extenuantes. Baixos de corpo e membrudos, não era a mais negra tinta tão retinta como sua pele (11).

Já em 1571, um cronista da viagem do Cardeal Alexandrino falara de muitos indiáticos então domiciliados no Reino. Não pertenciam, provavelmente, àquela geração de gentios pretos e de cabelo revolto a que aludira Sassetti, sendo capazes, muitos dêles, de trabalhos mimosos. Assim o leva a crer um presente que mandaram ao legado pontifício, de várias plantas, flores e frutos de sua terra, feitos de cera e representando uma primavera: não faltavam aí rosas, violas, ervas odoríferas, naturais e verdadeiras, colhidas em Lisboa, e que deram para encher dois bergantins (12).

Se a imprecisa nomenclatura do tempo era de natureza a abranger sob êsse nome de "indiáticos" povos das mais diversas procedências, desde os abexins e moçambiques até aos japoneses, a verdade é que, devido às diferentes aptidões dos mesmos povos, que se refletiriam nos mercados de escravos, foi havendo, ao menos entre portugueses, maior rigor no estabelecer a identidade nacional de cada

---

(11) Filippo Sassetti, Lettere di...., p. 126, s.-

(12) Alexandre Herculano, Opúsculos, VI, p. 77.-

grumo. Assim é que se podem ver nomeados, em diversos textos, "guzerates" de Cambaia, ou "chinas azemeis" e ainda jaus insulares, bons estes últimos para todas as obras de carpintaria.

No entanto ainda se conservam, através de todo o século XVI e mais tarde, para escravos desembarcados ou já existentes no Reino, designações tão indecisas como a de "mouros", por exemplo, com que se abrangem, indiferentemente, já àquêle tempo, gente "alva", baça ou negra"natural da África, desde que mametana, ou do longínquo oriente, sem contar os mudéjares da própria península ibérica. E também a dos "índios", esta mais eclética ainda, pois que inclui, não apenas naturais do Novo Continente, como da Ásia e até da Etiópia.

A Lisboa chegavam muitos dêsses cativos nús e famintos, em magotes de vinte e cinco, trinta ou quarenta para cada navio, e logo eram procurados pelos eventuais compradores. Tratavam êstes, então, de examinar cautelosamente a mercadoria proposta, forçando, cada escravo, a exibir todos os dentes, estirar e encolher os braços, correr, saltar, fazer, enfim, todas as cabriolas e piruetas que pudessem denotar um indivíduo de físico são.

"Não posso deixar de referir a V. S.", escreve Sassetti, de Lisboa, a Franco Valori, "um caso que me deixou verdadeiramente atónito deante da miséria de tal gente e da inhumanidade dos seus amos. Havia, numa praça, deitados, uns cinquenta dêsses animais, fazendo como um círculo, de sorte que seus pés formavam a circunferência e as cabeças o centro, uns por cima dos outros, todos forcejando por arrastar-se na terra. Aproximei-me para ver que espécie de jogo era aquêle e só então pude perceber, no solo, um grande alguidar de madeira, onde se moteavam uns poucos restos de água. Aquêles míseros lá estavam, fazendo o impossível para sugar alguma gota, ou lambendo as

beiradas do alguidar. Posso assegurar que entre êles e um amontoado de porcos a grunhir e lutar por meter os focinhos no cocho, não havia, na côr, como no aspeto geral, a mais leve diferença"(13).

Esses e outros depoimentos sôbre os maus tratos a que se viam sujeitos os escravos à sua chegada, em Lisboa, e também já antes, a bordo dos navios negreiros, impõem o confronto com as condições que presidiram à colonização e exploração dos senhorios ultramarinos da corôa lusitana. A êsse respeito é verdadeiramente sui generis a situação do Portugal quinhentista ou seiscentista no continente europeu, e de algum modo, na própria península ibérica.

Basta-nos considerar que, segundo estatística de 1552 a que se reporta João Lúcio de Azevedo, havia àquêle ano em Lisbôa dezecarretores de escravos que também e ome eram de cavalos. Ao mesmo comércio dedicavam-se ainda sessenta a setenta tratantes. Mil e quinhentas negras lavavam roupas. Mil, de canastra à cabeça, efetuavam a limpeza das ruas, onde os moradores tinham o costume de despejar todas as imundícies caseiras. Outras mil, as chamadas "negras de pote" supriam de água os domicílios. Quatrocentas incumbiam-se de vender mariscos, arroz cozidos e guloseimas de toda espécie. Duzentos moleques empregavam-se em fazer recados. Nêsses totais deixavam de ser computados os muitos pretos que serviam na estiva, na alfândega e casa da Índia, nos ofícios mecânicos, em que vários, em particular os angolas, demonstravam singular habilidade, e enfim, nos serviços doque não havia casa honrada onde faltassem. "Aos olhos do forasteiro", comenta o mesmo autor, "a cidade oferecia o aspeto que tem, para os nossos de hoje, as povoações ultramarinas, onde entre os brancos abun

---

(13) Filippo Sassetti, Lettere di...., : 130.-

da a gente de côr" (14).

Em todo caso, o confronto com as sociedades coloniais de ultramar não nos deve conduzir demasiado longe. Entraria, naturalmente, uma grande parte de exagero nas impressões divulgadas pelos visitantes, surpresos ante aquêle espectáculo inusitado em suas terras de uma tamanha multidão de gente de côr ocupada em humildes misteres e misturada às camadas mais baixas do povo. Ou mesmo nos testemunhos de alguns portugueses, cada vez mais alarmados com a situação que lhes ia oferecendo o Reino, invadido por aquela população exótica, enquanto o cheiro da canela indiana e a sedução de conquistas remotas despovoava dos seus naturais.

Tentando emendar tais exageros, em particular os de um Cadamosto e de um Garcia de Rezendi, houve quem, fundado em estimativas quinhentistas, tão fidedignas quanto nos é lícito esperar de uma época ainda mal afeita ao gosto da exatidão numérica, pudesse concluir que, em lugar de um escravo para cada homem livre, como levam a supor êsses autores, haveria em Lisboa, pelo anos de 1551, um cativo para cada dez livres e, mais precisamente, 91950 escravos num total de cem mil habitantes, que era a quanto montava, aproximadamente, a população da cidade (15). Cabe acrescentar que a relação do total de escravos para a população livre se refere, nêsse caso, unicamente em Lisboa. No território português, tomado em seu conjunto, ela baixaria consideravelmente, de dez a quatro por cento, antes menos do que mais, se aceitarmos a estimativa lembrada ainda por Verlinden para 1573, ano em que labutariam, em todo o Reino, quarenta mil escravos.

---

(14) J. Lúcio de Azevedo, Épocas de Portugal Econômico, p. 75 s.-
(15) Charles Verlinden, L'Esclavage dans l'Europe Médiévale, I. p.837

Embora as entradas dêsses escravos, mormente de negros africanos não tenha sofrido pausa ou queda, muito ao contrário, durante os anos ou os decênios seguintes - em 1620 existiriam em Lisboa 10.470 escravos, mais do que em meiados do século antecedente -, tudo leva a crer que a relação permanecesse aproximadamente a mesma. Só se modificará, em realidade, a partir da segunda metade do Seiscentos, já agora, em detrimento do número dos cativos, que, comparado ao da população livre, irá minguar progressivamente. Consta que, ainda em 1785, eram exportados muitos dêles, dêsses "negros portugueses", como se dizia, para a Espanha, onde se empregavam na lavra das minas (16). Deveriam representar, no entanto, como já houve quem o disse se, o sobejo do tráfico das colônias e, a bem dizer, da América lusitana.

Por maior que fosse, a percentagem dos escravos na população global do Reino europeu iria ficar sempre incomparavelmente aquém da que alcançará no Brasil com os progressos da lavoura do açucar e com a mineração. À época de nossa independência política, mesmo nas províncias que dependiam em menor grau de seu trabalho, representavam êles o quádruplo ou o quíntuplo das percentagens alcançadas no Reino, três séculos antes, por aquêles negros cativos que Garcia de Rezende julgava a caminho de suplantarem em número aos próprios brancos.

Nada disso altera muito, porém, um fato indiscutivel, o de que em Portugal prevalecia então uma condição verdadeiramente singular - para o mundo europeu no que concerne à hospitalidade oferecida a gentes de todas a s castas e origens, a tal ponto que a cidade de Lisboa - nas palavras de um contemporâneo italiano, chegava a representar una mis -

(16) Ch. Verlinden, L'Esclavage...., p. 840.-

tura da non ritrovarne l'origine...(17). E tudo faz crer que os escravos constituiriam simplesmente uma parte, se bem que apreciavel, dessa massa multicolorida de negros, mestiços, orientais, que ali pululavam em todos os lugares e tamanha impressão causava aos visitantes saidos de outros reinos.

Com efeito, as alforrias dos cativos eram frequentes, tanto ou mais frequentes do que o seriam no Brasil. Na ausência de estatísticas possibilitando qualquer confronto válido, a presunção de que no Reino eram mais frequentes do que entre nós pode fundar-se no fato de haver lá, de qualquer modo, um numoroso proletariado, sobretudo um proletariado urbano, coisa desconhecida ou, a rigor, inoperante na sociedade colonial, sujeito a uma existência miseravel que o deveria impelir, mais cedo ou mais tarde a aceitar meios de vida pouco diversos dos que se quadram com a condição servil. Não serão novas, senão mais prementes, talvez, em 1761, as causas que hão de mover a administração pombalina a interditar o ingresso em Portugal de escravos negros, quando alega que competem com os trabalhadores livres. E as que doze anos mais tarde vão estender a proibição a homens de côr transportados do próprío Brasil.

Em Lisboa e Lagos, provavelmente também em outros lugares há confrarias de negros libertos, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, já em meiados do século XVI, fato êsse de que não há precedentes na Idade Média. O exemplo vindo do alto deveria favorecer a abundância das cartas de alforria: já el-rei D. Manuel beneficiara dessa forma a certo preto de Benim, escravo seu, que o fôra de D. João II Comuníssimo era o uso, que se há de repetir mais tarde no Brasil, de

---

(17) F. Sassetti, Lettere di....., p. 133.-

se dar em testamento alforria a alguns escravos. E lá, como aqui, sucede, não raro, que os herdeiros procurem furtar-se, por todos os meios ao cumprimento dessa estipulação.

Que se corrompesse de algum modo a liberdade dos que se achavam aptos a usá-la, por não a terem exercitado antes, indica-o um passo do testamento de André de Resende. O qual, mandando vender a um dos escravos do espólio, de que nunca se pudera fazer amigo, deixava forro e contemplava com legados a outro, sob a condição expressa, porém, de obedecer e acompanhar ao filho do testador, sempre que disso houvesse mister, "como por direito os libertos eram obrigados aos filhos dos patronos".

Não se conhece outra notícia da existência dêsse pormenór jurídico (18) e pode imaginar-se que se tratasse antes de praxe costumeira, do que de preceito escrito. Praxe que se aparentaria, por sua vez, à dos acostados dos nobres, prontos a dar a própria vida pela dêstes, e chamados, de ordinário, sua feitura e seus criados. Criados no sentido particular a que alude Costa Lobo, de homens de sua criação (19). É nêsse sentido que, ainda no século XVI, se dirá de nosso Brás Cubas, o fundador de Santos, que é "criado" de Martim Afonso de Sousa.

Com ou sem as restrições que, na pior hipótese, podem ser um passo para o granjeio de melhor estado e representarem, assim, mais um estôrvo do que um estímulo à ascensão social numa sociedade onde as diferentes classes nunca chegaram a ser compartimentos perfeitamente estanques, grande era o número de homens de côr, em sua maior parte mulatos e pretos africanos, que se iam mesclar com a gente bran-

---

(18) Fortunato de Almeida, História de Portugal, iii., p. 236.-

(19) Costa Lobo, História da Sociedade em Portugal..., p. 427.-

ca. Acrescentando-se a uma população que já comportava tantos componentes heterogêneos, contribuiam êles para fazer do Portugal quinhentista e seiscentista um autêntico melting-pot de raças, como só o seriam mais tarde certas conquistas ultramarinas e o são, ainda em nossos dias, as várias nações do Novo Mundo.

Não é apenas êsse traço propriamente étnico o que dá a Portugal e, em muitos pontos, também a Castela, seu embargo de todo o seu poderio militar e de seu imperialismo expansionista, uma feição quase "colonial" entre os demais países da Europa renascentista. Essa feição parece prender-se, em grande parte, à própria estrutura íntima de sua sociedade: de uma sociedade onde o desapreço geralmente votado aos ofícios mecânicos e ao trato mercantil deixa pouco lugar à constituição de uma verdadeira classe média. O mesmo, em maior ou menor grau será exato de muitas das possessões européias no ultramar, mormente daquelas onde venha a prevalecer o regime da grande propriedade rural, como será o caso, não só do Brasil açucareiro, mas ainda das Antilhas e até das áreas sulinas dos atuais Estados Unidos.

Um outro traço por onde aquêles países, Portugal especialmente, parecem desatar-se do conjunto europeu, encontra-se, e aqui mesmo já se assinalou êsse ponto, no caracter nitidamente extroversão de sua vida econômica. Apesar de algumas tentativas isoladas e sem maiores consequências, no sentido de contrariar-se a tendência generalizada, o certo é que trataram êles sempre de fazer-se fornecedores ou agenciadores de matérias primas em larga escala, destinadas a exportação, ao passo que faziam vir do exterior praticamente todos os produtos manufaturados de uso mais corrente.

De uso corrente foram, por exemplo, em Portugal, as lorgas

capas que passaram durante muito tempo, ao lado das botas, por elementos inseparaveis do trajo nacional de sua gente, mormente entre castelhanos (20). E todavia, nunca deixaram, elas ou as baetas de que eram feitas, e para as quais havia abundante e boa lã no país, de ir prontas da Inglaterra. O que é mais notavel, nêsse caso, a creditar-se em Manuel Severim de Faria, é que os forasteiros iam a buscar a própria lã no Reino, ao menos nos maiores centros de criação de ovinos, como Estremós, Borba, Portalegre, Covilhã, levando-a em estado bruto para depois a devolver sob a forma de tecidos (21).

Pode esta informação sujeitar-se a sérias dúvidas, desde que se imagine que, produtoras em avultadíssima escala de lã, e não somente de tecidos manufaturados, as ilhas Britânicas mal necessitariam recorrer para sua indústria ao artigo lusitano. É certo, no entanto, é que, justamente durante o século XVII, em que M. Severim de Faria escreve suas reflexões, a idéia da superioridade indiscutivel da lã britânica sôbre todas as demais, deixara, mesmo entre os ingleses, outrora tão ciosos da bondade de seu produto nativo, de apresentar um artigo de fé "Os melhores panos ingleses" escreve, com e

---

(20) É o que sugere sobretudo a leitura dos autores espanhois do "século de ouro". Assim, Mateo Luján, na sua segunda parte do Guzmán de Alfarache, diz de certo posta que "vestia una capa larga de baeta, como portugués", Mateo Luján de Sayavédra, "Segunda Parte da la Vida del Pícaro Guzmán de Alfarache", La Novela Picaresca Española, p. 622. De capa de luto, botas altas e grandes bigodes, é como se apresenta Vasco de Menezes, o português enamorado e lacrimoso de que fala Quevedo. Cf. História de la vida del Buscón, p. 161. E em um dos "sonhos" do mesmo Quevedo aparece Judas em pessoa, a explicar que o motivo de geralmente o pintarem de botas está nisto que sempre andou de caminho para o inferno e ainda em que é dispenseiro, que os dispenseiros, que sempre são assim representados, "y no lo que algunos han colegido de verme de botas, diciendo que era portugués, que es mentira..." Los Sueños, p. 144.-

(21) Manuel Severim de Faria, "Dos Remédios para a Falta de Gente"- 1655 - em Antônio Sérgio, Antologia dos Economistas Portugueses, p. 210.-

feito, E. Lipson, "contém então uma larga mescla de lã espanhola, e nossa dependência com relação à Espanha, nêsse ponto, acabou por nos privar de nosso antigo monopólio, colocando-nos em pé de igualdade com outros paises produtores do tecido (22).

A sugestão apresentada pelo autor mercantilista português para que se mandem ir de Londres ou outra parte oficiais, incumbindo-os de desenvolver a manufatura de panos de lã, mormente baetas e sarjas que são os mais usados, não constituia novidade. Já no ano de 1627 tinha sido outorgada a um súdito inglês John Milles, autorização para o estabelecimento de lanifícios no Reino, trazendo de fora operários, desde que "sejam católicos" (23).

Nem êsse, porém, nem outros esforços consecutivos e bem intencionados, que em alguns casos tiveram o efeito de inquietar aos próprios fabricantes britânicos, temerosos de virem a perder para sustecidos o valioso mercado de Portugal e colônias portuguesas (24).

---

(22) E. Lipson, The Economic History of England, III, p. 32. Outro historiador britânico refere que, não obstabte a mais opulenta indústria inglesa da época se baseasse, então, na lã extraída dos numerosos rebanhos existentes no país, nem por isso as importações de matéria prima da Espanha e também de outros paises europeus deixara de ter uma certa importância, ao menos para servir de mistura com o produto da terra. Cf. T. S. Ashton, An Economic History of England, p. 59.-

(23) J. Lucio de Azevedo, "Organização Econômica", in Damião Peres, História de Portugal, V., p. 311.-

(24) E. Lipson, The Economic History of England, III, p. 48 e n:Portugal, além da Holanda, Alemanha, França e Espanha figura constantemente, por essa época, entre os paises que procuram aliciar artesãos ingleses. Uma carta do secretário de Estado britânico, de 1678, aludindo aos esforços do "ex-embaixador português no sentido de seduzir nossos homens para irem ensinar em seu país a tecelagem e manufatura de baetas e outros panos" diz que "semelhante costume ainda continúa e, dessa forma... se perderá nosso comércio não só com Portugal, mas, segundo todas as probabilidades, também com a Espanha". Consta ainda que um irlandês a serviço da rainha, ao tempo de Carlos II, levara a Portugal, ~~seguindo os projetos do conde de Ericeira~~ em 1681, muitos teceloes e fabricantes de baeta, e que passados três anos o rei de Portugal, seguindo os projetos do conde de Ericeira, mandara vedar a introdução de panos estrangeiros no Reino, para assim proteger os lanifícios lusitanos.-

puderam escapar ao mais completo malogro. E a mesma coisa deverá dizer-se das restrições que se oporão à entrada de panos estrangeiros, segundo a pragmática de 1677, de cunho visivelmente protecionista, mais do que suntuário, como sucede a grande parte da legislação inspirada em Portugal pelo conde de Ericeira. Nenhuma delas afetará de modo apreciavel êsse ramo de comércio. Escrevendo no ano seguinte a Duarte Ribeiro de Macedo, o padre António Vieira trata dos grandes debates havidos em Lisboa sôbre a execução da pragmática, porquê, observa, "depois dela cresceu tudo aquilo que se proibia". E dá a entender que contra ela começavam a militar interesses pessoais de alguns poderosos, até mesmo dos que antes a tinham favorecido: "Por sinal que ouvi murmurar do Conde de Milar-Maior, por ser de parecer que se não execute, havendo sido um dos que mais instaram por ela. E se atribui esta mudança de parecer ao casamento do filho, que ainda não está recebido, porquê o aparato das bodas, e a suntuosidade do palácio, houve mistér mais dias do que se cuidava. E nisto é que se cuida" (25).

Apesar de tudo, não foi só à mingua das boas intenções e da pertinácia dos poderosos que acabaram falhando tão completamente todas essas tentativas, mas em parte, talvez, devido à tendência inveterada no povo, e animada pelo hábito dos largos proveitos tirados do tráfico ultramarino ou, muito antes disso, das entradas em terras de mouros, para se retirar do menor esfôrço a maior vantagem. A predileção impaciente pela quantidade em prejuizo de outras virtudes - mais um traço próprio da produção colonial, essencialmente quantitativa - existiu, é claro, em todas as terras e em todas as épocas. Mas não é

---

(25) P. Antônio Vieira, Cartas do..., III., pp. 110 e s.-

talvez por acaso se em Portugal, por exemplo, e não menos no Brasil, ela seja constantemente mencionada entre as causas mais decisivas do mau ~~sucesso~~ sucesso de inúmeros empreendimentos destinados não só ao progresso das manufaturas, como ao manejo das matérias primas.

Os mesmos que acusaram tantas vezes aos antigos portugueses de pouca aptidão e tino mercantil não deixaram de acusá-los dessa espécie de cobiça sôfrega, que, desacompanhada de certas qualidades de exatidão, previdência, temperança e pontualidade, está longe de ser, rigorosamente, uma virtude econômica. Num plano muito elevado essa cobiça, unida ao afã de glórias, pode estar à origem dos grandes feitos que mereceram a tuba alta e clangorosa dos Lusíadas. Em terrenos mofinos, porém, ela só há de pertencer, se tanto, ao domínio da farsa e da comédia. É o terreno em que pode vicejar, assim, aquela pobre regateira do auto de Gil Vicente, que se vê interpelada pelo diabo sôbre a

água no leite
que deitavas ieramá...(26)

como, passados mais de dois século, os pastores que faziam a tosquia sôbre um solo molhado, para aumentar o peso da lã, ou os vendedores que, com o mesmo fim, no meio do velo, metiam pedras, (27) comprometendo, dessa forma, o bom crédito e todo o futuro de uma indústria aparentemente tão rica em promessas.

O fato é que da Inglaterra foram constantemente, e mesmo antes do tratado de Methuen, não só os panos de que se vestiram os portugueses, mas ainda os gêneros básicos de que se alimentavam como o bacalhau da Terra Nova, a manteiga, o toucinho, em parte o próprio

---

(26) Gil Vicente, Obras Completas de...., fls LI v.-

(27) J. Lúcio de Azevedo, Épocas de Portugal Econômico, pg 428.-

trigo, também importado da França, Holanda, Dinamarca e outros países, já que a produção da terra só muito poucas vezes bastou para suprir-se o mercado interno, e ainda o papel em que escreviam, além dos navios onde deveriam ser transportados os gêneros coloniais, que eram o fundamento principal de sua riqueza.

Tudo quando de Castela, no século XVI, escreveu Ranke, ao lembrar como os homens mais honrados do país só faziam suas refeições, servindo-se de panos de mesa idos de Antuérpia, adornavam suas salas de tapetes de Bruxelas, trabalhavam em escrivaninhas flamengas ou holandesas, cobriam-se de brocados florentinos, faziam as orações em rosários franceses e dormiam, enfim, sob cortinados trazidos invariavelmente do estrangeiro (28), aplica-se ao pé da letra, e ainda em maior grau, a Portugal. E não apenas no que diz respeito aos artigos de luxo, pois a verdade é que alí os mesmos escravos se vestiam, por vezes, de panos importados de Flandres, e deitavam-se em esteiras da Múrcia.

Assim se deu, ao menos, depois que a indústria caseira se mostrou insuficiente para corresponder ao rítmo alcançado pelo incremento do tráfico. Também, nos tempos mais antigos, ao que informa Duarte Ribeiro de Macedo, as exigências da própria nobreza teriam sido bem mais moderadas do que em eras ulteriores, quando todos, nobres e vilãos igualmente, se deixaram cegar pelos fumos da Índia. Antes disso, os adornos das casas mais fidalgas não passariam de cabides de armas, sempre prontas para o exercício da guerra; as sedas eram coisa proibida; nem coches, nem liteiras, se conheciam, e até as rainhas marchavam em suas mulas - com êsse aparato recebeu D. Leonor

(28) Leopold von Ranke, Die Osmanen und Spanische Monarchie, p. 260-

a princeza de Wales, quando levou a Lisboa seu filho para se receber com a infanta D. Brites -, de sorte que os forasteiros tinham pouca ocasião para meterem no Reino suas fazendas, ou aquelas coisas que a arte e o luxo tinham descoberto em outros lugares.

Descontado em tais ponderações tudo quanto tece a imaginação de um laudator tempori acti, não falece alguma justificativa ao escritor nô passo em que compara o Portugal de seu tempo ao das épocas em que nêle havia mais para dar ao estrangeiro do que para dêste tomar, pois já então existiam no Reino ao menos as riquezas e drogas da África, ao par do que nêle se produzia. É certo ainda o que diz o mesmo Ribeiro de Macedo, ao analizar as causas da contínua saca de dinheiro, quando se pergunta qual o português que traz sôbre si coisa alguma feita na terra, para concluir que, nêste caso, só se acham talvez, o pano de linho e os sapatos de couro: os mesmos religiosos, acrescenta, "se vestem commmente todos de sarjas e panos de fábricas estrangeiras"(29).

É de notar-se quanto à essa ressalva, que bem fundada porventura, no que diz respeito aos panos de linho, se já então mereciam os louvores que um século mais tarde receberam de um viajante, a propósito da indústria doméstica da fiação e tecelagem, entregue às mulheres, principalmente na Beira (30), não se aplicaria tão bem à manufatura de calçados . A verdade, que se pode deduzir dos textos das pragmáticas, é que ela continuaria a nutrir-se largamente de matéria prima inglesa, por mais que na América lusitana fosse abundantíssima

---

(29) Duarte Ribeiro de Macedo, "Sôbre a introdução das artes" - 1675 - em Antônio Sérgio, Antologia dos Economistas Portugueses, pp. 256 e 264.-

(30) Cf. Jorge de Macedo, A Situação Econômica do Tempo de Pombal, p. 230.-

a produção de solas e as peles dos animais abatidos servissem ali, à falta de melhor emprego, para a embalagem do fumo.

Todos êsses aspetos, por onde Portugal parece destoar do conserto europeu - o emprego em vasta escala do braço escravo; convivência e assídua mescla com povos das mais várias origens; inexistência ou inoperância da classe média como tal; vida econômica apoiada, de modo predominante, na exportação de matérias primas e importação de artigos manufaturados; valor soberano atribuido, na produção, ao simples critério quantitativo -, fazem-no, já à época dos grandes descobrimentos marítimos, uma espécie de compendio e antecipação do que háo de ser as terras do Novo Mundo povoadas e exploradas pela sua gente.-